

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
INFÂNCIA E JUVENTUDE

Luísa N. Pereira Lara

**O atendimento em grupo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa
em meio aberto no Distrito Federal: (Re)Significações e potencialidades**

BRASÍLIA
2025

Luísa N. Pereira Lara

O atendimento em grupo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no Distrito Federal: (Re)Significações e potencialidades

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília (UnB) como requisito à obtenção do título de mestra.
Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Yokoy

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Dayane Silva Rodrigues
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal

Profa. Dra. Gleicimar Gonçalves Cunha
Universidade Federal de Uberlândia

Profa. Dra. Natália Pereira Gonçalves Vilarins
Universidade do Distrito Federal

BRASÍLIA
2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Governo do Distrito Federal e à Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal por me concederem a licença para o estudo acadêmico, no qual faço e fiz questão, através desse trabalho dissertativo, de ressaltar as potencialidades de um sistema socioeducativo em meio aberto, onde os adolescentes e jovens podem ser acompanhados, ouvidos, vistos e acolhidos em liberdade e em seus próprios territórios, independente do que tenham feito. Minha confiança nas pessoas, em especial nos adolescentes, é uma das coisas que move meu trabalho nesta Secretaria. Meu muito obrigada.

Agradecer às membras da banca de defesa, Profa. Dra. Dayane Rodrigues, Profa. Dra. Gleicimar Cunha e Profa. Dra. Natália Vilarins. Dayane, sua atuação profissional e trabalho acadêmico me inspiram e inspiraram enormemente essa dissertação. Você é umas das principais referências sobre o atendimento em grupo na socioeducação no DF e poder contar com sua inteligência, competência e conhecimentos científicos e profissionais para a finalização desse trabalho é uma honra e um privilégio. Meu profundo agradecimento pelo interesse, por se importar, por contribuir, pelas trocas de livros, referências bibliográficas e diálogo. Gleicimar, minha professora de graduação em psicologia, que tanto contribuiu com minha formação e, agora, contribui aqui, com mais um processo. Criteriosa, atenciosa e sensível, obrigada por fazer parte desse momento e contribuir academicamente. Natália, todas as vezes que você se comunica nos espaços acadêmicos e profissionais tem a minha atenção plena e a minha profunda admiração. Sua comunicação é repleta de sensibilidade, humanidade, inteligência e conhecimento crítico daquilo que expõe. Obrigada por iluminar e acrescentar cientificamente e profissionalmente através da sua experiência, com essa dissertação.

Agradeço pelas orientações coletivas do mestrado, que concretizaram aquilo que eu defendo neste trabalho: o coletivo, o grupo, as interações, compartilhamentos, circulação de saberes e ideias, através das pessoas significativas e incríveis, com quem tive a sorte de estar junto: Daniela Gomes, Flávia Evangelista, Luana Afonso, Luís Henrique, Maria Juliana Fagundes, Paula Gratão e Vinicius Mota, além da nossa orientadora e mediadora de sentidos e significados: Tatiana.

Tatiana Yokoy, uma orientadora humana, inteligente, competente. Obrigada por me orientar, corrigir e confiar em mim e no meu percurso e trabalho acadêmico. Por promover processos de desenvolvimento em mim enquanto pesquisadora, com autonomia, confiança e ética. Você, enquanto pesquisadora experiente, contribuiu de maneira robusta, sólida e com qualidade nessa dissertação.

A jornada acadêmica, por vezes, pode ser bastante solitária; mas, eu, como defensora dos relacionamentos interpessoais e por reconhecer a importância das trocas, pude ter a honra de ter Paula Guimarães Gratão como parceira dessa jornada, dividindo angústias e compartilhando processos. Que alegria, honra e alívio poder ter feito essa caminhada quase que de mãos dadas com você! Meu agradecimento especial pela companhia, ajuda mútua, dicas, organização, conselhos e escuta.

A todos as/os Professoras(es) do PPGPIJ, cada um com seu jeito único e notável, que se propõem a promover uma educação pública de qualidade, com competência, inteligência e dedicação. Obrigada por dividirem conhecimentos e fortalecerem esse Mestrado Profissional.

A todos os colegas de mestrado que cruzaram meu caminho, em especial os da 2ª turma. Sob o risco de esquecer algum nome, opto aqui por não citar nenhum específico, mas eles sabem quem são. Ensinaaram-me que o ambiente acadêmico pode, sim, não ser um espaço de competitividade, ego e individualismo, mas de ajuda mútua, risadas, amizade e companheirismo. Obrigada pelas conversas, dentro e fora do ambiente acadêmico, pela

companhia, troca de saberes nas aulas, corredores da Universidade, grupo de WhatsApp. Esse mestrado foi, sem dúvidas, mais leve e prazeroso graças a cada um de vocês.

Às amigas que estiveram próximas nesse processo: Natália Rezende e o meu trio preferido no mundo: Monique, Rosa e Sabrina. Vocês quatro foram colo, escuta, incentivo, força. Obrigada pela amizade.

A todas/es as/os trabalhadoras/es do sistema socioeducativo, em especial às gerentes das duas Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMAs) e servidores destas GEAMAs, por me receberem tão bem nas unidades socioeducativas, de forma acolhedora, prestativa e colaborativa. Graças também a vocês, a realização dessa pesquisa foi possível. Obrigada pelos aprendizados e por dividirem comigo a realidade do trabalho de vocês.

Meu agradecimento às mulheres fortes da minha família de origem, minha mãe Ester e irmã Ana Elisa (obrigada por algumas traduções para o inglês ao longo desse processo!). Às duas pelo apoio no cuidado compartilhado com minhas filhas, pelo incentivo e encorajamento. Estendo o agradecimento à família paterna do meu companheiro, que também foram rede de apoio no cuidado com as meninas: Socorro, Roberto, Aline, Keila e Manoel.

Agradeço a minha base, o meu apoio, o meu (melhor) cotidiano, a quem esse mestrado só faz sentido por ter e ser com vocês: Meu companheiro Lucas e minhas filhas Eloísa e Lis. Agradeço por toda a compreensão e apoio que tive nesse processo. Houve desafios, dificuldades, crises, mudanças internas e externas, mas foi também um grande privilégio poder tê-los comigo de forma tão próxima, construtiva, trans-forma-a-dor(a) e amorosa. Obrigada pelos colos, beijos, alegrias, choros, risos, abraços, caos, danças no meio da sala, conversas, passeios, viagens, cafés da manhã na cama, refeições compartilhadas... A vida é (muito) boa com vocês.

Agradeço ao Universo, a Energia Potente, Criadora, Maravilhosa e Transformadora, advinda dentro de cada ser humano, animais e natureza. Sou imensamente grata pela vida e pelas inspirações que vieram dessa energia interna e universal, para realizar as discussões desta dissertação.

Finalizo esses agradecimentos para as pessoas mais importantes, sem as quais nada disso existiria: os adolescentes dessa pesquisa (e seus familiares, através das autorizações). Meu muitíssimo obrigada por aceitarem participar, pelas conversas, trocas, por dividirem suas histórias, ideias e opiniões. Obrigada pela confiança, pelos encontros, pelos aprendizados, e por serem, junto comigo, autores deste trabalho.

RESUMO

A pesquisa qualitativa discorre sobre as significações e as potencialidades de trabalhos em grupo com adolescentes em atendimento socioeducativo em meio aberto em duas Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMAs) do Distrito Federal (DF). Os processos grupais são considerados importantes espaços promotores de reflexividade, processos desenvolvimentais pessoais e sociais de adolescentes, elementos centrais para sua responsabilização e para a garantia de seus direitos. A pesquisa guia-se pela abordagem histórico-cultural por teorias críticas sobre grupos, entendendo os adolescentes e as relações grupais como diversos, complexos, dinâmicos e multicircunscritos pela história e pelos contextos socioculturais. O objetivo foi compreender as significações de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) no DF sobre o atendimento socioeducativo ofertado na modalidade de grupo. A revisão da literatura caracterizou as medidas socioeducativas e os adolescentes em atendimento socioeducativo; a Liberdade Assistida; e o atendimento em grupo enquanto uma orientação metodológica do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Foi feito um breve histórico sobre grupos em teorias críticas e em perspectivas psicológicas sociais latino-americanas. Abordaram-se estudos sobre adolescências, a relevância da socialização para o desenvolvimento humano, e grupos no contexto socioeducativo, existindo consenso sobre a necessidade de qualificação das equipes em metodologias grupais e sobre o incentivo a atendimentos socioeducativos realizados em grupo. A metodologia envolveu três fases: 1) entrevistas semiestruturadas com adolescentes e jovens que cumprem a LA no DF em duas GEAMAs; 2) observação participante de grupos ofertados nessas GEAMAs; 3) grupo focal com adolescentes e jovens que vivenciaram o atendimento socioeducativo ofertado em grupo. Os resultados foram organizados em cinco núcleos de significação que emergiram da triangulação das três fases da pesquisa. As análises revelaram que os grupos foram significados pelos adolescentes como espaços de acolhida e diálogo, ainda que o atendimento socioeducativo seja obrigatório e que exista resistência inicial a participar de grupos. Preferiram o formato grupal ao individual, destacando as trocas com pares, a promoção de novas experiências, atividades coletivas expressivas e atividades externas de esporte, cultura e lazer. As análises evidenciam a importância do vínculo e da afetividade para os processos grupais, bem como da qualificação das equipes de atendimento socioeducativo em metodologias grupais e de garantir transporte e mobilidade urbana dos adolescentes. Conclui-se que os grupos, quando concebidos como processos dinâmicos, dialógicos e situados socioculturalmente, potencializam transformações pessoais e institucionais, alinhando-se aos princípios do SINASE e objetivos das medidas socioeducativas e colaborando para metodologias participativas de atendimento socioeducativo. A pesquisa reforça a urgência de incentivos a práticas grupais no atendimento socioeducativo e em outros serviços relacionados a políticas públicas ligadas à área da infância e juventude, visando à promoção do desenvolvimento dos adolescentes/jovens e à garantia de seus direitos.

Palavras-chave: Socioeducação. Grupo. Atendimento em Grupo. Medida socioeducativa em Meio Aberto. Adolescentes.

ABSTRACT

This qualitative research explores the meanings and potentialities of group work with adolescents completing noncustodial socio-educational measures at two facilities in the Federal District, Brazil. Group processes are considered crucial spaces for promoting reflexivity, personal and social development, key elements for juvenile accountability and the guarantee of their rights. The study is guided by the historical-cultural approach and critical theories on groups, understanding adolescents and group relations as diverse, complex, dynamic, and circumscribed by history and sociocultural contexts. The objective was to understand the meanings attributed by adolescents and young people under Supervised Probation (SP) regarding group-based socio-educational interventions offered in two Socio-educational facilities. The literature review characterized socio-educational measures and adolescents in the Brazilian National Socio-Educational Service System (SINASE), focusing on SP and group interventions. A brief history about groups was made in critical theory and from a latin american social psychological perspective. Studies on adolescence, the importance of socialization for human development, and group interventions in socio-educational contexts were discussed, highlighting a consensus on the need for professional training in group methodologies and the promotion of collective socio-educational approaches. The methodology involved three phases: 1) Semi-structured interviews with adolescents and young people under SP in two facilities; 2) Participant observation of group activities in these facilities; and 3) Focus groups with participants who experienced group-based socio-educational interventions. Results were organized into five thematic clusters (cores of meaning) emerging from the triangulation of data. Analyses revealed that adolescents perceived the groups as welcoming and dialogical spaces, despite initial resistance due to the mandatory nature of the socio-educational measures. They preferred group over individual formats, emphasizing peer exchanges, new experiences, expressive collective activities, and external initiatives in sports, culture, and leisure. The findings underscore the importance of emotional bonds and professional training in group methodologies, as well as the need to ensure adolescents' access to free public transportation and urban mobility. The study concludes that, when conceived as dynamic, dialogical, and socioculturally situated processes, group interventions enhance personal and institutional transformations, aligning with the principles of socio-educational measures and promoting participatory methodologies. The research emphasizes the urgency of expanding group-based practices in socio-educational services and related public policies for children and youth, aiming to foster adolescent development and guarantee their rights.

Keywords: Socio-educational measures; Group; group methodologies. Noncustodial socio-educational measures. Adolescents.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Percurso metodológico GEAMA 1	46
Quadro 2 – Percurso metodológico GEAMA 2	47
Quadro 3 – Informações sobre as entrevistas feitas com os adolescentes nas GEAMAS.....	53
Quadro 4 – Informações sobre o Grupo “Uso abusivo: que brisa é essa?” da GEAMA 1	56
Quadro 5 – Informações sobre o Grupo “Oficina de Tatuagem” da GEAMA 1.....	57
Quadro 6 – Informações sobre as atividades coletivas “Eixos do PIA” da GEAMA 2	59
Quadro 7 – Informações sobre os grupos focais	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1	Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	15
2.2	Grupos na Perspectiva Social Latino-americana	19
2.3	Grupos no Contexto Socioeducativo.....	26
2.3.1	Algumas considerações sobre grupos socioeducativos.....	31
2.4	Adolescências	36
2.4.1	Relevância da socialização para o desenvolvimento de adolescentes	40
3	METODOLOGIA	43
3.1	Procedimentos éticos de pesquisa	43
3.2	Participantes da pesquisa	44
3.3	Materiais e instrumentos	45
3.4	Procedimentos metodológicos	45
3.5	O campo de pesquisa: aproximação e caracterização.....	47
3.5.1	A Gerência de Atendimento em Meio Aberto 1 (GEAMA 1).....	49
3.5.2	A Gerência de Atendimento em Meio Aberto 2 (GEAMA 2).....	50
3.6	Etapas de construção das informações de pesquisa	51
3.6.1	Entrevistas semiestruturadas	51
3.6.2	Observações Participantes.....	53
<i>3.6.2.1</i>	<i>Grupo “Uso abusivo: que brisa é essa?” – GEAMA 1.....</i>	<i>55</i>
<i>3.6.2.2</i>	<i>Grupo “Oficina de Tatuagem” – GEAMA 1.....</i>	<i>57</i>
<i>3.6.2.3</i>	<i>Atividade Coletiva “Eixos do PIA” – GEAMA 2</i>	<i>59</i>
3.6.3	Grupos Focais	60
<i>3.6.3.1</i>	<i>Grupo Focal “Uso abusivo: que brisa é essa”?</i>	<i>62</i>
<i>3.6.3.2</i>	<i>Grupo Focal “Oficina de Tatuagem”</i>	<i>63</i>
<i>3.6.3.3</i>	<i>Grupo Focal “Eixos do PIA”</i>	<i>63</i>
3.7	Procedimentos de análise das informações construídas	64
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	66
4.1	Núcleo de significação – “Por mais que seja legal, ainda assim é chato, que é uma obrigação.”	66
4.2	Núcleo de significação – “O pessoal é de boa!”.....	70

4.3	Núcleo de significação – “O individual é paia... Em grupo (...) vai em sincronia”	73
4.4	Núcleo de Significação - “Achei que seria maior paia (...), Mas depois vi que é bom”	81
4.5	Núcleo de Significação – “A bagunça!”: Interesse da instituição versus dos adolescentes	88
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	REFERÊNCIAS	102
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS JOVENS ENTREVISTADOS.....	113
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO NEGOCIADO JUNTO COM FAMILIARES OU RESPONSÁVEIS LEGAIS PELO ADOLESCENTE.....	115
	APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS ADOLESCENTES ENTREVISTADOS	117
	APÊNDICE D – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA COM OS ADOLESCENTES.....	119
	APÊNDICE E – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE GRUPO FOCAL	121
	ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT) PARA A PESQUISA.....	123

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado profissional parte da motivação em construir conhecimentos acadêmico-científicos sobre medidas socioeducativas em meio aberto (Brasil, 1990) e sobre as potencialidades de trabalhos em grupo com adolescentes em atendimento na socioeducação (Costa *et al.*, 2011; Cunha; Oliveira; Branco, 2020; Gurski; Stryzyski, 2018; Rodrigues, 2017; Rodrigues; Oliveira, 2018; Rosário, 2010; Rossato; Souza, 2014; Santos; Beiras; Enderle, 2018; Schmitt; Nascimento; Schweitzer, 2016).

Atuo como psicóloga do sistema socioeducativo do Distrito Federal (DF) há 8 anos, acompanhando adolescentes que cumprem Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e suas famílias. Nessa atuação, a angústia se fazia presente em muitas ocasiões, levando à reflexão sobre diferentes e novas formas de acompanhamento socioeducativo, capazes de ultrapassar os modelos tradicionais e burocráticos de atendimento existentes no cotidiano de trabalho. Nesse movimento, os espaços grupais se mostravam alternativas potentes e transformadoras de atendimento socioeducativo de adolescentes e suas famílias. O grupo é para os adolescentes, mas também para mim enquanto servidora, uma vez que essa modalidade de atendimento me tira do lugar comum, possibilita processos de trabalho criativos (no próprio grupo e fora dele) e faz com que eu tenha que rever e refletir sobre as minhas práticas profissionais.

Ademais, nas experiências profissionais vivenciadas no sistema socioeducativo, deparei-me com demandas dos socioeducadores por formação em metodologias de atendimento socioeducativo em grupo. Muitos parecem sentir-se receosos para ultrapassar o modelo do atendimento individual ao adolescente e apresentavam diversas indagações. Como trabalhar com vários adolescentes juntos? O que falar? Como falar? Se surgir alguma questão que eu não saiba responder ou algum conflito no grupo, como proceder? E se os adolescentes não aderirem à proposta do encontro? Como acessar as subjetividades dos adolescentes, qual linguagem e quais “técnicas” devo utilizar? A presente pesquisa pretende auxiliar na práxis dos profissionais que realizam atendimento socioeducativo em formatos grupais.

Sabe-se que as medidas socioeducativas em meio aberto devem ser priorizadas em detrimento das medidas privativas de liberdade (Brasil, 1990; Brasil, 2012). Já as medidas privativas de liberdade devem ser aplicadas de modo excepcional e breve, de acordo com as regras, diretrizes e princípios do SINASE aprovadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Brasil, 2006) e de acordo com a Lei que instituiu o SINASE (Brasil, 2012). Contudo, apesar dessa diretriz legal, a execução das medidas em meio aberto ainda

apresenta desafios decorrentes de sua complexidade, o que evidencia a necessidade de aprofundamento nas discussões acerca de sua prática cotidiana, bem como de maior valorização e reconhecimento no âmbito das políticas públicas socioeducativas.

Na visão do senso comum que circula nas mídias de massa, costuma-se enfatizar estereótipos de adolescentes que praticaram atos infracionais contra a vida, mais graves, de modo sensacionalista e os posicionando como os principais culpados pela violência urbana (Yokoy; Rodrigues, 2021). Contudo, as evidências demonstram que, nacionalmente, mais da metade dos atos infracionais cometidos por adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo em meio fechado correspondem ao roubo (31,7%) e ao tráfico de drogas (27%), somando 58,7% do total (Brasil, 2025). Além disso, o número de adolescentes em cumprimento de medidas de LA e/ou PSC por homicídio não chega a 1% no país (Brasil, 2018) e no DF (Distrito Federal, 2022). No período de janeiro a agosto de 2025, registrou-se média mensal de cinco ocorrências no DF (Distrito Federal, 2025). Nesse sentido, pesquisar o meio aberto é uma oportunidade de mostrarmos quem são esses adolescentes, com todas suas complexidades e humanidade. No mais, é no meio aberto onde a maioria (82%) dos adolescentes brasileiros cumprem medidas socioeducativas (Brasil, 2018).

Em minha prática profissional no sistema distrital de atendimento socioeducativo em meio aberto, quando os adolescentes são chamados para atividades em grupo, observo, em um primeiro momento, uma resistência, permeada talvez por medos, vergonha de serem expostos, inseguranças e receios de não saberem se todos os participantes presentes também cometeram atos infracionais, entre outras indagações. Porém, com frequência, ao longo e após o processo grupal, percebo, através das falas e comportamentos não verbais dos adolescentes, uma empolgação por terem participado de um grupo, por terem discutido temáticas relevantes de modo coletivo, além de trazerem, com frequência, um feedback positivo e uma afirmação de que querem estar presentes nas futuras atividades coletivas.

Neste processo de acompanhamento socioeducativo, tenho verificado que processos grupais se mostram importantes contextos promotores de reflexividade, pensamento crítico e transformações pessoais e sociais de adolescentes, os quais são elementos centrais para a responsabilização e para a garantia de seus direitos, que são objetivos das medidas socioeducativas (Brasil, 2012). Reflito sobre os possíveis impactos positivos do atendimento em grupo no contexto socioeducativo e, por que não, impactos também no contexto social mais amplo, afinal, como dizem muitos pensadores e movimentos sociais ao longo da história, a

transformação, a revolução, só é/será possível, por meio e através do coletivo (Marx; Engels, 1998; Gramsci, 1999; Luxemburgo, 1999; Freire, 2021; Santos, 2016).

Dessa forma, pensar os trabalhos coletivos e os atendimentos em grupo é também fazer um contraponto com a atual configuração sociopolítica da nossa nação, com profundas desigualdades sociais estruturadas no neoliberalismo e no individualismo. Conforme estudo de Abrantes e Gonçalves (2023), o individualismo e o neoliberalismo promovem a crença de que o sucesso social advém somente de mérito pessoal, ignorando os fatores estruturais e as desigualdades sociais. A consciência de classe se torna fragmentada, sendo substituída pela “consciência de eu” (Abrantes; Gonçalves, 2023, p. 285) e pelo entendimento de que a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso pessoal é exclusivamente de cunho pessoal. De acordo com esses autores, isso pode ocasionar menor identificação coletiva e baixo engajamento na luta para transformações sociais.

Em contraste a estas crenças, nesta pesquisa, consideramos que grupos de adolescentes no contexto socioeducativo podem promover importantes processos de desenvolvimento individual e coletivo (CNJ, 2021; Rodrigues, 2017; Rodrigues e Oliveira, 2018; Oliveira *et al.*, 2018). Os grupos potencialmente oportunizam contatos interpessoais significativos com a diversidade em espaços socioeducativos mediados por profissionais e orientados pela garantia de direitos de todos os seus membros.

Na atuação profissional em meio aberto, são várias as vantagens que podem ser destacadas na realização da modalidade de trabalho em grupo. Citamos primeiro aqui a socialização entre os adolescentes, em um espaço seguro, podendo acarretar a construção de vínculos comunitários mais saudáveis. Nas atividades coletivas, frequentemente, os adolescentes experimentam o sentimento de se sentir pertencentes ao grupo e vivenciam ocasiões para ouvir as diferenças, dialogar com os diferentes e falar de si, de suas experiências e de seus territórios.

Apontamos, ainda, a vantagem da transformação pessoal (de trabalhadores e adolescentes), por meio dos atendimentos em grupo, considerando a possibilidade dessa transformação através do outro e dos pares. Enquanto profissionais do socioeducativo, devemos ter o cuidado de não entrarmos em uma posição de suposto saber, muitas vezes, sob o risco de cair em uma posição moralizante. O diálogo entre os adolescentes em grupo, que vivenciam experiências similares, permite o compartilhar de contextos territoriais e simbólicos comuns. Isso parece contribuir para ser transformador e transformado, ao longo de encontros

interpessoais entre pares e do exercício do papel ativo dos adolescentes no atendimento socioeducativo.

A pesquisa parte da premissa e confiança de que os próprios adolescentes possuem a capacidade de pensar em estratégias para a própria transformação pessoal e do seu contexto sociocultural. Essas capacidades e estratégias, ao serem trocadas e compartilhadas no processo grupal, podem catalisar a transformAÇÃO de todos os envolvidos. Como diz Zanella, Lessa e Ros (2002), a ressignificação de si mesmo, viabilizada nos grupos, é possibilidade de produção de novas relações sociais; essas relações deflagram novos movimentos desenvolvimentais, novos encontros e desencontros, debates e embates, concretizando nesse processo o vir-a-ser.

Para além das transformações pessoais, o grupo pode oportunizar transformações sociais. Através de discussões de temáticas presentes na nossa sociedade e que atravessam as experiências dos adolescentes em atendimento socioeducativo (tais como racismo, homofobia, machismo, entre outros), é possível desmistificar crenças e discursos criminalizadores do senso comum, contribuindo para transformações sociais mais amplas.

No entanto, apesar das reconhecidas potencialidades do trabalho em grupo no contexto socioeducativo, é necessário reconhecer que as metodologias coletivas, por si só, não são capazes de responder a toda a complexidade que envolve o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto. A heterogeneidade das demandas – tais como casos de violência sexual, que exigem maior cuidado, confidencialidade e proteção da vítima ou ofensor, visando a não reprodução de estigmatizações ou revitimizações –, ou ainda casos em que se faz necessária a identificação individualizada, seguida de encaminhamentos para o acesso a serviços e direitos educacionais, sociais e de saúde, bem como os distintos graus de vulnerabilidades psicológicas, como transtornos mentais graves e surtos psicóticos, os quais podem comprometer e não se beneficiar da dinâmica grupal (APA, 2019; Yalom; Leszcz, 2006), frequentemente impõem desafios à condução dos grupos. Nesse sentido, o atendimento individual mantém papel indispensável, pois possibilita uma escuta mais aprofundada das singularidades e demandas de cada adolescente e a elaboração de estratégias personalizadas de acompanhamento.

Ainda, outras ferramentas socioeducativas – como oficinas/cursos, atividades comunitárias, acompanhamento familiar e articulação intersetorial com saúde, educação e assistência social – devem ser compreendidas como complementares e essenciais, compondo um mosaico de práticas que, articuladas, favorecem a efetividade das medidas socioeducativas e a promoção de direitos (Brasil, 2016).

A pesquisa busca ampliar as reflexões e discussões sobre as práticas grupais de atendimento socioeducativo, partindo das significações dos próprios adolescentes sobre os atendimentos em grupo dos quais participam no DF. A pergunta que orienta a pesquisa é: Quais as significações que podem ser construídas com os adolescentes sobre o atendimento em grupo e que processos emergem em um grupo com adolescentes que cumprem medida socioeducativa? Foram selecionadas duas Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMAs), localizadas no DF, que desenvolvem práticas recorrentes de atendimento socioeducativo em grupo e que não são o locus em que atuo profissionalmente.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender as significações coconstruídas pelos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida no Distrito Federal sobre o atendimento socioeducativo ofertado na modalidade de grupo no meio aberto. Os objetivos específicos são:

1. Coconstruir significações com adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida no Distrito Federal sobre atendimento em grupo;
2. Analisar interações, diálogos e trocas interpessoais ocorridas durante o processo grupal vivenciado por adolescentes e jovens em duas Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMAs); e
3. Analisar e discutir as potencialidades do atendimento socioeducativo em grupo para a promoção do desenvolvimento dos adolescentes e jovens e para a garantia de seus direitos.

A próxima seção expõe a fundamentação teórica, apresentando-se: Medidas Socioeducativas em Meio Aberto; Grupos na Perspectiva Social Latino-Americana; Grupos no Contexto Socioeducativo e Adolescências. Na sequência, mostra-se a metodologia utilizada, incluindo procedimentos éticos, procedimentos de construção e de análise das informações da pesquisa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com adolescentes e jovens em cumprimento de LA no DF; observação participante de grupos ofertados em duas GEAMAs no DF; e grupo focal com adolescentes e jovens que vivenciaram o atendimento socioeducativo ofertado em grupo. Por fim, apresenta-se a análise dos núcleos de significação que emergiram através da triangulação dos dados das entrevistas, observação participante e grupos focais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990 (Brasil, 1990), estabelece seis medidas socioeducativas ao adolescente responsabilizado por ato infracional, sendo elas: advertência, obrigação de reparar o dano, Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, inserção em regime de semiliberdade, e internação em estabelecimento educacional. As medidas de semiliberdade e internação são cumpridas em meio fechado e são de responsabilidade de governos estaduais. Já as medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e de Liberdade Assistida são cumpridas em meio aberto e são de responsabilidade de governos municipais. Um jovem com até 21 anos de idade pode cumprir medida socioeducativa, em caso de ter praticado ato infracional antes dos 18 anos de idade.

Os objetivos das medidas socioeducativas preconizados pela Lei nº 12.594/ 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (Brasil, 2012), são: a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional; a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais; e a desaprovação da conduta infracional. Os parâmetros norteadores da ação pedagógica dos programas de atendimento socioeducativo “devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social” (Brasil, 2006, p. 46). Assim sendo, as medidas socioeducativas devem privilegiar o seu caráter pedagógico sobre o caráter sancionatório e devem colaborar para ressignificações de práticas infracionais, de projetos de vida e de visões de mundo (Yokoy; Rodrigues, 2021).

Os Levantamentos Anuais do SINASE feitos pelo governo federal (Brasil, 2019, 2023, 2025), por exemplo, sistematizam apenas os dados referentes a adolescentes que se encontram em internação provisória¹ e que cumprem medidas socioeducativas de semiliberdade e internação. Os dados mais recentes sobre adolescentes em atendimento socioeducativo em meio aberto são do Relatório Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de 2018 (Brasil, 2018) e do Relatório do Diagnóstico Nacional Sobre a Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto de 2021 (Brasil, 2021). Releva-se a necessidade de maior investimento público e social para o monitoramento e avaliação do atendimento socioeducativo

¹A internação provisória é uma medida cautelar que pode integrar a etapa jurídica de apuração da autoria de um ato infracional e envolve a privação de liberdade do adolescente por, no máximo, 45 dias em uma unidade de internação (Brasil, 1990, 2006). Embora não seja uma das medidas socioeducativas previstas no artigo nº 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), funciona com base na medida de internação.

prestado em meio aberto no país. Considerando-se a ausência de informações sobre essa modalidade nos recentes Levantamentos Anuais do SINASE (Brasil, 2023, 2025) bem como o lapso temporal de quatro anos desde a última atualização oficial, evidencia-se um processo de relativa invisibilização do meio aberto no âmbito das políticas socioeducativas. Tal cenário aponta para a urgência de investimentos mais consistentes no plano estatal, que garantam a efetividade das medidas socioeducativas em meio aberto e fortaleçam os sujeitos e instituições envolvidos em sua execução.

Segundo o Relatório de 2018 (Brasil, 2018), existiam 117.207 adolescentes e jovens em cumprimento de LA ou PSC, correspondendo a 82% de todas as medidas socioeducativas aplicadas no país, sendo: 84.755 adolescentes na LA e 69.930 na PSC. A maioria tinha entre 16 e 17 anos de idade, era do sexo masculino e praticou atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas, seguido de roubo e furto. O diagnóstico mais recente sobre o meio aberto (Brasil, 2021) reproduziu a mesma quantidade de adolescentes e jovens cumprindo LA e PSC no país que o Relatório de 2018, vinculados a 2.091 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

No contexto distrital, o mais recente Anuário Estatístico do sistema socioeducativo (Distrito Federal, 2022) informa que, em 2021, o sistema socioeducativo local atendeu 1.875 adolescentes em medidas de LA ou de PSC. O perfil sociodemográfico dos adolescentes em atendimento socioeducativo em meio aberto no DF era o de adolescentes entre 16 e 18 anos (70,5%), rapazes cisgênero (75,9%), negros (68,1%), e que cometeram atos infracionais relacionados a roubo, tráfico de drogas e furto (70%). Além disso, a maior parte dos adolescentes em atendimento socioeducativo em meio aberto no DF integrava famílias com baixa renda (69,6% com renda familiar de até três salários-mínimos) e a família de apenas um em cada quatro adolescentes era beneficiária de algum programa de transferência de renda (25,8%). A maioria dos adolescentes que se declarou como negro tinha renda familiar mensal menor que dois salários-mínimos (61%). A grande maioria dos adolescentes que morava com a mãe e irmãos (86,8%) recebia menos de dois salários-mínimos por mês.

Complementarmente, de acordo com os dados da Diretoria do Sistema de Informações Para Infância e Juventude (Distrito Federal, 2025) vinculada à Subsecretaria do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Governo do Distrito Federal (SUBSIS/SEJUS/GDF) – que sistematiza mensalmente informações sobre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no DF, contribuindo de forma relevante para a viabilização de políticas públicas a serem implementadas –, de janeiro a agosto de 2025

registrou-se uma média de 885 adolescentes atendidos em medidas de LA ou de PSC. O perfil demográfico atualizado indica: idade entre 16 e 18 anos (72%), negros (71%), e que cometeram atos infracionais relacionados a tráfico de drogas (29%) e roubo (24%), seguidos de furto e lesão corporal, ambos com a mesma frequência (8%). Além disso, integram famílias com renda familiar de 1 a 2 salários mínimos (33%) e residiam com a mãe e irmãos (27%) (Distrito Federal, 2025).

As medidas socioeducativas em meio aberto devem ser cumpridas em programas de atendimento socioeducativo específico, podendo ser executadas por órgãos públicos municipais ou organizações não governamentais, segundo as orientações técnicas do Governo Federal (Brasil, 2016). Suas ações de proteção social se realizam por meio do Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade, nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), equipamento de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No caso do Distrito Federal, por sua organização administrativa englobar competências de estado e município, as medidas socioeducativas, tanto em meio aberto quanto em meio fechado, são executadas pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS/SEJUS/GDF). Atualmente, segundo informado no sítio eletrônico da SUBSIS², existem: 1 Unidade de Atendimento Inicial; 7 Unidades de Internação; 6 Gerências de Semiliberdade; e 15 Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMAs).

De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (Brasil, 2016), a metodologia de trabalho socioeducativo no meio aberto se orienta por princípios como o exercício da alteridade, a defesa de direitos humanos, a responsabilização, e a promoção da criticidade e do protagonismo (Brasil, 2016). Envolve etapas como a acolhida inicial do adolescente e sua família, a coconstrução com o adolescente de um Plano Individual de Atendimento (PIA), atividades de acompanhamento individuais e coletivas, além da elaboração de relatórios de acompanhamento, monitoramento e avaliação.

Selecionou-se a medida socioeducativa de Liberdade Assistida como foco da pesquisa por ser executada em meio aberto e envolver o acompanhamento do adolescente, que permanece convivendo com sua família e comunidade – o que pode favorecer sua responsabilização pedagógica e cidadã (Oliveira, 2016). A medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) objetiva acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, envolvendo a nomeação

²Acesso em 02/06/2025. Disponível em: <https://www.sejus.df.gov.br/subsecretaria-do-sistema-socioeducativo/>

de uma pessoa capacitada para acompanhar o adolescente e sua família, segundo o Art. 118 do ECA (Brasil, 1990). Este(a) orientador(a) apoia o adolescente e sua família no acesso a serviços essenciais voltados à garantia de seus direitos, como inclusão escolar, profissionalização e colocação no mercado de trabalho, além da inserção em programas socioassistenciais. O prazo da LA é de, no mínimo, seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida socioeducativa.

O trabalho socioeducativo das medidas socioeducativas em meio aberto executadas no DF é guiado por eixos como: acompanhamento familiar; articulação com medidas protetivas; integração de políticas públicas; escolarização; inserção no mercado de trabalho e profissionalização; atendimento individual, familiar e em grupo; dentre outros (Distrito Federal, 2013). Deste modo, as medidas socioeducativas em meio aberto demandam a articulação intersetorial entre SINASE, Sistema de Justiça, SUAS e serviços de diversas políticas públicas (Brasil, 2016, 2018).

Ainda, o trabalho socioeducativo em meio aberto deve estar orientado por metodologias que favoreçam a participação ativa dos adolescentes e possibilitem processos de responsabilização e reinserção social de forma coletiva. O Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto destaca a importância de processos de trabalho que articulem dimensões individuais e coletivas, assegurando a realização de atividades grupais como estratégia pedagógica (Brasil, 2016). Essa perspectiva encontra respaldo no SINASE, que define parâmetros de gestão e execução das medidas, enfatizando a necessidade de metodologias específicas e diversificadas de atendimento (Brasil, 2012).

Complementarmente, o Guia Socioeducativo – Caderno III, ressalta que oficinas e debates em grupo constituem instrumentos fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes em cumprimento de medida (CNJ, 2021). No âmbito do Distrito Federal, pesquisa da CODEPLAN evidencia que as atividades em grupo já são incorporadas à prática cotidiana das unidades de meio aberto, sendo reconhecidas pelos profissionais como estratégia socioeducativa relevante (Distrito Federal, 2018). Desta feita, entendendo o atendimento em grupo como uma orientação metodológica do SINASE e demais documentos, e uma modalidade presente na realidade das medidas socioeducativas em meio aberto, propõe-se, no tópico seguinte, discutir o grupo em uma perspectiva social latino-americana.

2.2 Grupos na Perspectiva Social Latino-americana

Desde 1945, o campo da psicologia testemunhou uma transição significativa, caracterizada pelo crescimento das abordagens grupais para além das técnicas psicoterapêuticas individuais, de acordo com o resgate histórico feito por Ferreira (1989). No cenário brasileiro, a psicologia social e comunitária assumiu papel de protagonismo na consolidação das práticas grupais como instrumentos de intervenção, fundamentadas em perspectivas sociopolíticas e metodológicas que ultrapassam a esfera clínica tradicional (Lane, 2004).

Desde as décadas de 1970 e 1980, profissionais e pesquisadores passaram a enfatizar a relevância das ações coletivas em territórios e comunidades, vinculando a prática psicológica a processos de transformação social, empoderamento e participação cidadã (Montero, 2006). A criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), em 1980, e os encontros subsequentes — como o primeiro encontro nacional em 1981 e o congresso realizado em 1988 — constituíram marcos decisivos para a consolidação de uma psicologia social engajada, comprometida com a democratização do conhecimento e com a promoção de direitos (Abrapso, 1981, 1988). Nesse percurso, as abordagens grupais foram sendo legitimadas não apenas como ferramentas terapêuticas, mas como dispositivos de mobilização coletiva e de construção de novas práticas sociais, reforçando a especificidade da psicologia social e comunitária no Brasil como campo voltado à intervenção crítica e emancipatória (Góis, 2003; Montero, 2006; Lane; Codo, 1989).

Boris (2014) destaca a relevante contribuição de Carl Rogers às práticas grupais. Para ele, o grupo era compreendido de modo similar ao de um organismo vivo, que prosperava melhor em um ambiente democrático, divergindo da alienação e do isolamento que muitos indivíduos vivenciam na contemporaneidade.

A análise dos pequenos grupos envolve uma série de abordagens teóricas que, ao longo do tempo, evoluíram em resposta às necessidades sociais e aos avanços do conhecimento psicológico. Schossler e Carlos (2006), ao pensarem os pequenos grupos, utilizam-se de um recorte teórico com duas tendências principais. A primeira, do grupo enquanto objeto, em uma perspectiva individualizante, representado pelos estudos de Kurt Lewin, Freud e Bion. A segunda pensava o grupo enquanto processo contextualizado historicamente, representada por Lapassade e Pichon-Rivière; entretanto, ainda se tratava o grupo em função da sua organização/instituição e que era acessado a partir da lógica do registro individual.

Borges, Batista e Dalla Vecchia (2011) acrescentam que, no final da década de 1970 avançaram as abordagens grupais fundamentadas no materialismo histórico e dialético, em um

contexto de mobilização social na América Latina, quando movimentos populares, estudantis e sindicais se opuseram a regimes autoritários. Pontuam que pensadores como Silvia Lane (1989) e Ignacio Martín-Baró (1989) foram dois expoentes nessa época ao defender que o grupo é condição essencial para se conhecer o ser social, considerando sua historicidade e sua relevância para ações transformadoras na sociedade. Ambos os autores, segundo Borges, Batista e Dalla Vecchia (2011), enfatizavam a análise das mediações ideológicas, políticas e socioeconômicas que influenciam os grupos, ancorando suas reflexões na atividade grupal e nas relações de identidade e poder.

Silvia Lane (1989), por meio de revisão das teorias sobre grupos, criticava o enquadre tradicional, que limitava a função do grupo a meramente definir papéis e identidades sociais, garantindo a produtividade através da harmonia nas relações. Ela questiona essa suposta “harmonia” grupal, visto que essa pode contribuir com perpetuação de relações de poder desiguais e do status quo.

Ainda segundo Lane (1989), abordagens mais atuais enfatizam o caráter mediador do grupo entre indivíduos e a sociedade, focando nos sutis processos que levam à formação do grupo e considerando as determinantes sociais amplas que influenciam essas relações. Reforça, ainda, que o significado da existência e da ação grupal deve ser compreendido dentro de uma perspectiva histórica, que considere a inserção do grupo na sociedade e suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas. Assim, segundo ela, é mais apropriado referir-se ao grupo como um processo grupal, ressaltando sua natureza dinâmica e processual. Para Lane (1989), um grupo coeso, estruturado, ideal e acabado negaria sua constituição dinâmica, social e cultural. Desta feita, a autora (1989) critica as tradicionais técnicas de treinamento de grupo, visto que buscavam evitar a emergência de contradições e manter a harmonia grupal, pontuando sobre a sua função ideológica de reproduzir relações sociais já estabelecidas.

Além de Lane, outros autores questionam criticamente o ideal de grupo (Alves; Seminotti, 2006; Seminotti, 2001; Zanella; Lessa; Ros, 2002). Seminotti (2001), por exemplo, concebe o grupo como um dispositivo que, por um lado, pode propiciar as potencialidades individuais e, por outro, também pode vir a ser um meio de constrangimento afetivo e ideológico aos seus membros.

Mas o que é um grupo, afinal? Existe uma grande diversidade de teorias e explicações e não há uma definição unívoca de grupo. Nesta dissertação, em meio a um panorama tão amplo sobre o conceito de grupo, não se tem a pretensão de esgotar essa complexa discussão. Opta-se, portanto, por discutir a noção de grupo sob o viés da Psicologia Social Latino-americana,

apresentando alguns autores que auxiliam na discussão e reflexão sobre os grupos que foram analisados na pesquisa.

Zimmermann (1997, p.28), estabelece uma diferença entre agrupamento e grupo, a partir da transformação de “interesses comuns” para “interesses em comum”. Isto é, no agrupamento, várias pessoas são reunidas e possuem interesses similares. O que os caracterizaria enquanto grupo é quando esses interesses se tornam comuns entre as pessoas do agrupamento. No grupo, supõe-se alguma interrelação, no qual os membros do grupo trabalham em prol de algo comum e de interesse para todos.

Para isso, segundo o autor, o grupo precisa ter variadas características, tais como: um enquadre³; o estabelecimento de objetivo, espaço, tempo e regras; uma quantidade de integrantes que favoreça a comunicação visual e auditiva entre todos; a existência de forças contraditórias (coesão e desintegração); hierarquia de posições e papéis; campo grupal; a existência de interações afetivas em suas variadas formas; dentre outras (Zimmermann, 1997).

Barros (2007) também faz diferença entre agrupamento e grupo, explicando que “grupo é essa instância construída, espaço no qual as ações de cada um ganham outros sentidos porque estão confrontadas com este interjogo de diálogos, movimentos, modificações no espaço de vida de cada um norteadas pelo espaço vital do grupo” (p.134). Lane (1989) acredita que há a comprovação de que um grupo o é, quando ele se produz. Isto é, na produção do grupo, há desenvolvimento e há transformações nas relações entre seus membros.

Já Martín-Baró (1989) faz a distinção entre coletividade e grupo. Explica que coletividade se refere ao compartilhamento de valores e atuação de acordo com normas estabelecidas entre as pessoas, mas que estas não interagem necessariamente entre si. Sendo assim, “todos os grupos são coletividades, mas nem todas as coletividades são grupos” (Martín-Baró, 1989, p.189). Ele define grupo humano como “aquela estrutura de vínculos e relações entre pessoas que canalizam em cada circunstância suas necessidades individuais e/ou os interesses coletivos” (p. 206). Depreende-se dessa definição, o conceito de vínculo e relacionamento interpessoal; o caráter histórico (“em cada circunstância”) e as necessidades individuais e interesses coletivos que perpassam essa estrutura de grupo humano.

Aprofundando sobre essa canalização de necessidades individuais e interesses coletivos enquanto definidora de grupo, Martín-Baró (1989) esclarece que alguns grupos resultam mais das necessidades e interesses individuais dos sujeitos que ali estão; outros grupos materializam

³ Enquadre é conceituado como a soma de todos os procedimentos que organizam, normatizam e possibilitam o funcionamento grupal (Zimmermann, 2017, p.35).

prioritariamente interesses coletivos. Entretanto, para ele, nos grupos sempre há ligações entre as dimensões: pessoal e a estrutural/social.

Martín-Baró (1989) explica, ainda, que o grupo é uma estrutura social, o qual transcende uma totalidade que não pode ser reduzida à mera soma dos seus indivíduos. Alves e Seminotti (2006) corroboram essa ideia afirmando que “o sistema se constitui não pela existência dos elementos, das partes, dos sujeitos e dos acontecimentos, mas fundamentalmente pelas inter-relações entre eles” (p.121-122).

Para Martín-Baró (1989), a identidade de um grupo é definida pelo que o diferencia de outros grupos. É o senso de "nós" que une os membros, contrapondo-os a um "eles". A identidade grupal não é estática; se constrói e se transforma nas relações com outros grupos e no contexto histórico em que o grupo está inserido. Ainda segundo o autor, a identidade grupal se fortalece quando o grupo se identifica com os interesses de uma classe social. Dessa forma, a identidade de um grupo não é uma característica que se refere isoladamente ao grupo; é uma produção de ações, inter-relações e recursões entre as partes e o todo, e entre este grupo e o meio do qual faz parte; a identidade grupal, portanto, é sistêmica (Alves; Seminotti, 2006).

Além da identidade, Martín-Baró (1989) fala de poder e da atividade como pilares para se analisar um grupo. O *poder*, para o autor, trata da qualidade das relações entre os grupos; seria uma entidade não abstrata, concretizada através da colaboração, competição, resistência ou dominação entre grupos. Essa relação de poder influencia a identidade e as atividades de um grupo. Já a *atividade* se refere às produções e ações de um grupo, bem como ao significado social que se atribui a estas. Sendo assim, identidade, poder e atividades grupais são interdependentes, implicam-se mutuamente, não podem ser vistos de forma isolada, se entrelaçam. Nesse sentido, Martín-Baró (1989) enfatiza que os fenômenos grupais devem ser examinados de forma histórica e dialética.

Martín-Baró (1989) apresenta algumas limitações das teorias psicossociais de grupos, tais como: a parcialidade dos paradigmas; foco excessivo no indivíduo; e a negligência em se abordar o contexto histórico de um grupo. Nesse sentido, a fim de contribuir com teorias mais abrangentes sobre grupos, ele propõe três condições. A primeira é a de reconhecer a integração dos aspectos pessoais com a realidade social do grupo, transcendendo características individuais. A segunda é o cuidado de abranger tanto os pequenos quanto os grandes grupos, definindo parâmetros e tipologias grupais, sabendo ambos como importantes para a vida humana. Por fim, a última condição é incorporar a dimensão histórica de um grupo,

compreendendo cada grupo em seu contexto específico e reconhecendo que grupos semelhantes podem ter significados distintos em diferentes momentos históricos (Martín-Baró, 1989).

Rasera e Japur (2001), através de um estudo de prática grupal com portadores do vírus HIV, observaram outras importantes compreensões sobre o grupo. Para as autoras, a sessão de grupo é permeada por diversas negociações entre os participantes, que são influenciadas por valores sociais e pela posição ocupada por cada pessoa. A homogeneidade grupal é organizadora da composição do grupo, não como algo dado e sim construído na interação grupal. Por fim, salientam que as intervenções no grupo estão vinculadas a processos sociais mais amplos (Rasera; Japur, 2001).

Ademais, Martín-Baró (1989), à sua época, contribuiu com seis critérios para se definir a existência de um grupo: 1) a percepção de pertencimento dos membros; 2) a compatibilidade de motivações entre eles; 3) a existência de objetivos comuns; 4) a organização (formalizações, papéis – do todo e não das partes); 5) a interdependência; e 6) a interação entre as pessoas.

Sobre o primeiro ponto definido por Martín-Baró (1989), que trata da questão da *pertença* nos processos grupais, essa foi desenvolvida também por outros autores na atualidade (Zanella, Lessa e Ros, 2002; Seminotti e Cardoso, 2007). Para Zanella, Lessa e Ros (2002), a construção do sentimento de pertencimento a um grupo é um processo complexo e dinâmico, intrinsecamente ligado à noção de totalidade. Cada membro, ao se sentir parte do grupo, contribui simultaneamente para a sua sustentação e manifestação. Afirmam, ainda, que a dialética do pertencimento é expressa no “tornar próprio algo que é social e constituir o social com o que de si é próprio, produzindo-se aí um complexo de encontros e desencontros que justamente caracteriza o movimento dos sujeitos e o/no grupo como vir-a-ser” (Zanella; Lessa; Ros, 2002, p.217).

Já Seminotti e Cardoso (2007) concebem o vínculo grupal como uma zona de encontro entre sujeitos, que opera em um nível inconsciente e, portanto, o registro do vínculo grupal se dá por esse sentimento de *pertença*. Pontuam, ainda, que esse pertencimento é construído, reafirmado e reconhecido continuamente entre os sujeitos em um processo grupal. Para os autores, pertencer implica ganhos e perdas, em obrigações e direitos para os indivíduos envolvidos. No grupo, fortalece-se a vida coletiva e, ao mesmo tempo, pode haver uma restrição da individualidade. Ao pertencer ao grupo, as pessoas terão o sentimento de fazer parte à sua maneira e, ao mesmo tempo, fazer parte através das imposições dos outros. (Seminotti; Cardoso, 2007).

Por fim, Seminotti e Cardoso (2007) ponderam que a noção de pertencimento em um grupo é constitutiva do sujeito, da intersubjetividade e do sujeito coletivo. O indivíduo, ao se integrar ao grupo, experimenta uma tensão constante entre autonomia e dependência, entre seus desejos e as necessidades do coletivo. O equilíbrio entre o processo individual e a organização grupal é essencial para a vitalidade do grupo, permitindo que seus membros possam encontrar prazer e alcançar os objetivos grupais.

A compreensão da relação sujeito-grupo exige a superação da visão dicotômica indivíduo versus grupo, típica da racionalidade moderna. O grupo é condição necessária para a compreensão das determinações sociais que atuam sobre o indivíduo e para a ação transformadora da sociedade (Lane, 1989). A autora pontua que todo grupo ou agrupamento existe dentro de instituições sociais, sejam elas a família, trabalho, escolas, o Estado. Assim sendo, a análise de grupos deve ser realizada de forma transversal, com o grupo passando de objeto para o status de grupo-sujeito.

Rasera e Japur (2001) e Alves e Seminotti (2006) também concordam que a análise da dinâmica grupal exige a superação da ênfase exclusiva no indivíduo ou no grupo, reconhecendo a multiplicidade de vozes e de perspectivas presentes nas interações grupais. O foco analítico se desloca para o processo comunicacional e a negociação de sentidos, revelando como as identidades e as realidades são construídas nas relações grupais (Rasera; Japur, 2001).

Zanella, Lessa e Ros (2002) reforçam, ainda, que a relação entre sujeito e grupo é de mútua constituição. Os movimentos que ambos produzem no contexto social são influenciados pela história das relações e pelos lugares sociais ocupados, que, por sua vez, estão em constantes mudanças. Portanto, a relação sujeito-grupo é dinâmica e dialógica, marcada por transformações constantes e nem sempre harmônicas.

Desta feita, não há como se falar em grupo se não o for enquanto movimento, dinamicidade, processo. Segundo Schossler e Carlos (2006), a compreensão do processo grupal não pode ser feita a partir de uma localização estática, mas de um movimento que “é acessado a partir de indícios de uma ação que modifica o que está colocado, sejam práticas, organizações, instituições ou a sociedade” (p.161). A investigação da subjetividade e das práticas sociais através do processo grupal supera a visão do grupo como objeto, abrindo espaço para a compreensão do grupo como um espaço dinâmico de produção de sentidos e não de aprisionamento de sentidos (Schossler; Carlos, 2006).

Compreende-se que o processo grupal é espaço e tempo potentes para processos de (re)significação dos indivíduos envolvidos, no que se refere a si mesmos, a seus vínculos

familiares e comunitários e à sua realidade sociocultural. O grupo é concebido como tempo e espaço social privilegiado para o compartilhamento e para a negociação coletiva de sentidos e significados.

Para Vygotsky (2009), sentido e significado são conceitos diferentes. O *significado* se refere a um conceito relativamente estável e objetivo, é inerente à palavra, seria fixo e independente da experiência pessoal ou da mente individual; é determinado historicamente e compartilhado por um grupo social. Por outro lado, o *sentido* é dinâmico e subjetivo, varia de acordo com o contexto e significações que lhe são dadas; é a contextualização da palavra, construída a partir das experiências e vivências de cada indivíduo. Cabe ressaltar que o autor considera significado e sentido como interdependentes e mediados por diversos fatores, tais como a experiência pessoal, o contexto social e a cultura.

Goés e Cruz (2006) afirmam que o sentido é sempre uma formação dinâmica, variável, com diversas zonas de estabilidade; já o significado seria apenas uma dessas zonas do sentido, mais estável e precisa. As autoras sugerem que a relação entre sentido e significado se baseia em uma dialética de forças que compõem a significação da palavra.

Zanella (1997, p. 58) explicita que *a significação* se refere à “o que as coisas querem dizer”, àquilo que alguma coisa significa. Segundo a autora, a significação é fenômeno das interações, é social e historicamente produzida; as coisas não têm um significado por si só e nem significam a mesma coisa para indivíduos diferentes. Portanto, a significação se sustenta nas interrelações e em um dado contexto social e histórico. Yokoy e Rodrigues (2021) enfatizam, ainda, que a produção de significações não pode ser compreendida como uma atividade somente cognitiva e individual; trata-se de uma prática social dialógica, construída em/nas interações sociais.

Nessa mesma perspectiva dialógica, Rasera e Japur (2001) explicam a teoria relacional da produção do significado de Gergen (1997), para aprofundar o conceito desse processo de significação. Dentre algumas bases, as autoras explicam que: A significação não se origina em uma mente individual. Se constrói nos inter-relacionamentos pessoais e passam a ter significado quando outros adicionam uma ação suplementar (linguística ou não); Se trata de ação conjunta e não de ação-reação. A suplementação garante um potencial de significação para o enunciado, fazendo-o significar de uma forma específica e provocando uma diferenciação em relação a outro significado mas, por outro lado, ao significar de uma maneira dentre as possíveis, há uma limitação de seu potencial. A suplementação, ou seja, a adição de novos elementos à comunicação, tanto amplia quanto delimita o potencial de significação. Uma suplementação

tem caráter temporário, sujeita a nova suplementação e por isso, não fixa determinado significado e está aberta a novas significações através de um processo de negociação, tendo apenas um caráter temporário. O processo de significação não é determinado apenas pela relação imediata entre as pessoas que ‘produzem sentido’ (p.203), mas também pelo conjunto de outros relacionamentos dos quais estas pessoas participam e já participaram. Quando nos comunicamos com pessoas que antes não nos relacionávamos, estas suplementam e há modificações nos sentidos construídos. Dessa forma, a potencialidade de significação se refere às condições relacionais da sociedade em que estamos (Rasera e Japur, 2001).

Dessa forma, sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, compreende-se que as significações não se encontram previamente dadas nem podem ser simplesmente acessadas pelo pesquisador; elas são produzidas no movimento interativo entre sujeitos em um contexto histórico e social específico. Vygotsky (1991) destaca que a significação emerge da mediação simbólica e do caráter social da linguagem, constituindo-se no processo de interação. De modo semelhante, Luria (1992) enfatiza que os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências estão sempre vinculados às condições históricas e culturais em que se inserem, não podendo ser entendidos como entidades isoladas. Leontiev (2004), por sua vez, ao tratar da atividade como categoria central, evidencia que a significação resulta da relação dialética entre indivíduo e coletivo, sendo continuamente coconstruída.

Nesse sentido, ao indagar os adolescentes sobre o grupo e a forma como compreendem as experiências vividas, é possível não apenas coletar informações e relatos, mas participar ativamente da construção compartilhada dessas significações, que se produzem e emergem no encontro entre sujeitos situados em contextos culturais, sociais e temporais concretos. Dentre vários objetivos, os grupos com os adolescentes que cumprem medida socioeducativa podem possibilitar a emergência de novas e variadas significações. No tópico a seguir, apresenta-se estudos realizados sobre grupos no contexto socioeducativo.

2.3 Grupos no Contexto Socioeducativo

Na literatura, segundo Rodrigues (2017), existem poucos trabalhos que abordam o grupo ou metodologias coletivas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A autora explica que, em geral, utiliza-se o grupo apenas como instrumento de construção de dados em pesquisas acadêmicas; havendo poucos estudos que apresentam o grupo no atendimento socioeducativo como foco da investigação.

Almeida, Marinho e Zappe (2021), em sua revisão sistemática sobre a atuação do psicólogo com adolescentes que cumprem medida socioeducativa, encontraram somente quatro artigos sobre “intervenção em grupo” e que tratam da experiência do grupo no contexto socioeducativo com adolescentes, entre os anos 2007 e 2018 (Rodrigues; Oliveira, 2018; Rosário, 2010; Rossato; Souza, 2014; Santos; Beiras; Enderle, 2018). Os artigos apresentavam o trabalho em grupo como possibilidade de viabilização da circulação da palavra, promoção de reflexões, ressignificação do ato infracional e construção de projeto de vida. Além disso, o grupo foi afirmado nos artigos revisados como importante dispositivo para atuação do psicólogo no sistema socioeducativo, com vistas à problematização das questões sociais e institucionais (Almeida; Marinho; Zappe, 2021).

Há outros relatos de experiências em grupos no contexto socioeducativo. Gurski e Stryzyskalsi (2018), a partir do olhar psicanalítico, realizaram atendimentos em grupo com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, através do dispositivo chamado *Rodas de R.A.P.* Este era um espaço de fala e de escuta de adolescentes que aguardavam, em uma unidade de internação provisória, a deliberação de alguma sentença judicial, se receberiam alguma medida socioeducativa ou o desligamento do sistema socioeducativo. As autoras refletiram sobre a ética da intervenção de mediadores grupais e pesquisadores psicanalistas na socioeducação; por exemplo: se posicionar como salvador de adolescentes ou impor modos de vida, negando a realidade social, familiar, educacional desses adolescentes.

Gurski e Stryzyskalsi (2018) também discutiram a construção de metodologias e dispositivos de escuta de adolescentes em atendimento socioeducativo, que não recaiam no lugar de saber e moralista, de silenciamento das vozes dos adolescentes. Essas autoras problematizam o discurso acadêmico corriqueiro de “dar a palavra aos adolescentes” (p.87), percebendo que as palavras dos socioeducandos são proferidas por seus escritos nas paredes dos dormitórios, pelas tatuagens que marcam suas peles, pelos processos institucionais, e pelas relações entre todos da comunidade socioeducativa. O desafio central do pesquisador é, “ao invés de dar a palavra como o mestre que a detém, oferecer uma escuta dessas manifestações, por vezes tão desacreditadas e invisibilizadas, garantindo-lhes um estatuto de verdade de sujeito” (Gurski; Stryzyskalsi, 2018, p.87-88).

Rodrigues e Oliveira (2018) demonstram que a atuação com grupos pode qualificar o acompanhamento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, indo para além dos atendimentos individuais. Utilizam as referências da Psicologia Histórico-Cultural (Vygotsky, 1991; 2009), da perspectiva do dialogismo (Bakhtin, 1997) e do conceito de grupo dispositivo

de Barros (2007). As autoras defendem uma visão de grupo que considera: a) a existência de relações de poder no processo e espaço grupal; b) o estímulo da expressividade das posições divergentes que ocorrem no grupo e da expressividade de si; c) a construção de modos autônomos de negociação e decisão; e d) o incentivo à participação ativa dos adolescentes, no lugar de serem meros expectadores do processo grupal.

Rodrigues e Oliveira (2018) trazem, também, questões específicas que envolvem os significados da prestação de serviço à comunidade (PSC). Elas problematizam o valor da medida de PSC como oportunidade de vivência do mundo do trabalho, reconhecendo as contradições presentes nesse contexto, para além da função retributiva da medida socioeducativa.

Outro interessante exemplo de grupo realizado com adolescentes no sistema socioeducativo é relatado pelo pesquisador em Serviço Social Leonardo Ortegá (2018). Ele realizou oficinas sobre relações étnico-raciais e oficinas sobre mulheres negras e rap nacional com meninas inseridas no regime de semiliberdade no DF. O grupo dialogou sobre exemplos de biografias de lideranças políticas, sociais e culturais negras, desencadeando processos de reconhecimento, de identidade grupal e de histórias de vida alternativas ao da infração. Dentre os resultados alcançados pelo autor, destacam-se: aprendizagens coletivas sobre episódios de racismo vivenciados pelas adolescentes; desafios enfrentados por mulheres negras no Brasil; e a participação das adolescentes na Marcha contra o genocídio do povo negro, realizada em Brasília-DF. Para o autor, é nos atendimentos em grupo que a discussão sobre as questões raciais adquire maior potencialidade, considerando o grupo como possibilidade de construção de uma coletividade contracultural e de reposicionamento de si.

Além disso, Ortegá (2018) cita as oficinas com os adolescentes como uma forma de contribuir com a escassez de materiais que sistematizem e visibilizem as práticas profissionais de socioeducadores. Ressalta que a elaboração teórica tem que ser reconhecida como necessária e incentivada institucionalmente nas práticas de atendimento socioeducativo.

Em 2021, foi sistematizado o relatório nacional de boas práticas de atendimento socioeducativo em meio aberto no país (Brasil, 2021). Nele, podem ser identificadas diversas práticas de atendimento socioeducativo na modalidade grupal ofertadas a adolescentes e suas famílias. Diversas destas práticas valorizam referenciais socioculturais e artísticos da juventude periférica, a sustentabilidade, o protagonismo juvenil, a dimensão afetiva, valores de paz, e articulam a rede intersetorial de políticas públicas de educação, trabalho, esporte, cultura e lazer, por exemplo.

Schmitt, Nascimento e Schweitzer (2016) justificam o trabalho feito com grupo de adolescentes em cumprimento de LA em um CREAS, a partir do entendimento de que os adolescentes possuem uma trajetória complexa de vida. O foco da intervenção grupal foi nas relações interpessoais e no resgate da capacidade criativa dos socioeducandos, no desenvolvimento das relações com outras pessoas e consigo mesmo, entendendo-o em seu contexto social e cultural. Além disso, este estudo se baseou no pressuposto de que grupos podem se constituir em espaço de vínculos e identificação, que estimula soluções a partir de potenciais individuais e coletivos (Conselho Federal de Psicologia, 2012) e como alternativa complementar aos atendimentos individuais dos CREAS, visto o desafio da coletivização das demandas no âmbito da Assistência Social (Schmitt; Nascimento; Schweitzer, 2016).

Os autores relatam que somente os atendimentos individuais, apesar de relevantes, acabam por deixar em segundo plano aspectos como a socialização e a discussão de temáticas importantes da adolescência. O trabalho relatou que a participação dos adolescentes em LA nos grupos dos CREAS promoveu mudanças de comportamento dos jovens, com maior comunicação e expressão das emoções.

Schmitt, Nascimento e Schweitzer (2016) defendem, assim como Ortegá (2018), a divulgação de relatos acadêmicos das atuações profissionais de socioeducadores no formato grupal, para o aprimoramento das práticas profissionais em socioeducação. Defendem intervenções socioeducativas implicadas em buscar inovações para além das individualidades dos indivíduos e mirar no potencial desses adolescentes, já desacreditados por muitos.

A mesma crítica é feita por Costa (2023), em pesquisa realizada em programa de atendimento socioeducativo em meio aberto no DF. Ela afirma que o formato exclusivamente individual do atendimento socioeducativo contribui para a reprodução de posicionamentos passivos e opressões já vivenciadas pelos adolescentes e suas famílias junto com outros serviços em diversas políticas públicas, como nas escolas, nas delegacias, na Justiça Juvenil, nos centros de assistência social, nas unidades de saúde etc. A autora aponta como evidência de sucesso de metodologias grupais de ação socioeducativa o fato de que muitos adolescentes, e suas famílias, mesmo após o encerramento da medida socioeducativa, voltavam à GEAMA para continuar a usar o espaço do serviço e para buscar orientações sobre seus direitos.

Costa *et al.* (2011) também trazem importantes contribuições para pensar o trabalho com grupos por meio da música/canto coral com adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação. A metodologia adotada se baseou na presença pedagógica estabelecida entre socioeducadores e socioeducandos, na afetividade e na autoria, utilizando de

forma dialógica filmes, músicas, reuniões descontraídas e momentos reflexivos. Os membros do grupo estavam juntos para construir e ressignificar experiências; as expressões subjetivas eram acolhidas; havia preocupação com o bem-estar no contexto grupal; os envolvidos se vinculavam com o projeto musical e com os integrantes do grupo; e cada participante do grupo era compreendido como sujeito histórico-social, dotado de potencialidade para ser autor de um projeto coletivo de sociedade.

Os ensaios musicais geraram dinâmicas diferentes para a instituição de internação de adolescentes, causando reações diversas. Por um lado, curiosidade e apoio ao projeto musical; e, por outro lado, resistência/reprovação inicial de alguns agentes socioeducativos que buscavam impor disciplina e interferiam nas atividades e nos momentos de descontração e conversas informais dos membros do grupo (Costa *et al.*, 2011). Ao longo do tempo, os agentes socioeducativos se envolveram nas atividades, cantando e participando das reflexões grupais, o que foi valorizado pelos adolescentes. Houve melhora positiva nas interações entre agentes socioeducativos e adolescentes, maior expressão da subjetividade, além do interesse musical e o desenvolvimento de habilidades musicais dos jovens (Costa *et al.*, 2011).

Costa *et al.* (2011), ainda, pontuam que nas unidades de internação no Brasil ocorrem muitas atividades artísticas. Porém, criticam que há uma tendência de estas serem pautadas em modelos verticalizados de relações interpessoais, reprodutores de relações de poder opressoras ou, ainda, meramente ocupacionais, para preencher o tempo dos socioeducandos, sem uma proposta transformadora das vidas destes sujeitos de direitos.

Cunha, Oliveira e Branco (2020) também desenvolveram um relevante trabalho em grupo com adolescentes em medida socioeducativa de internação no DF. Os encontros grupais relatados neste artigo foram conduzidos por meio de processos dialógicos e coletivos, valorizando as experiências vividas e os sentidos construídos pelos adolescentes. Os temas grupais foram sendo identificados a cada encontro, de acordo com o interesse dos adolescentes, através de uma escuta psicológica atenta, sensível a ambiguidades, oposições e ambivalências inerentes à diversidade do grupo. Cunha, Oliveira e Branco (2020) estimularam reflexões acerca da singularidade de cada adolescente, reconhecendo-os enquanto sujeitos de necessidades, com potencial criativo transformador, e que, muitas vezes, é silenciado pelo próprio Sistema Garantidor de Direitos.

Nesse sentido, segundo as autoras, garantir a oportunidade de falarem dialogicamente sobre si, narrarem suas trajetórias, conhecerem outras histórias semelhantes às suas, pode favorecer a reflexividade e reorganização subjetiva para os adolescentes e para os profissionais

que mediam os grupos. As rodas de conversa de Cunha, Oliveira e Branco (2020) se revelaram espaços que contribuíram para a superação do estigma de bandido e da criminalização do adolescente pobre que infracionou, bem como para mover transformações no atendimento socioeducativo.

2.3.1 Algumas considerações sobre grupos socioeducativos

Os participantes de um grupo, no caso da pesquisa, os adolescentes que cumprem LA no DF, são coautores das produções grupais, coconstruindo rumos nas conduções do grupo, ao longo dos encontros. Nas pesquisas citadas na seção anterior, os socioeducandos propunham as temáticas de seu interesse a serem abordadas nos encontros grupais, seja já no início do grupo, seja no seu desenrolar. Em outros casos, inicialmente, os temas sugeridos pela equipe socioeducativa/mediadores dos grupos foram se transformando ao longo dos encontros grupais, através da escuta qualificada e atenta, tendo como referência as necessidades dos adolescentes, enxergados como sujeitos ativos e corresponsáveis pelo grupo.

As pesquisas sobre grupos no socioeducativo são unânimes em afirmar sobre a importância do sigilo no e para o processo grupal. Muitos adolescentes receiam que suas vivências pessoais e ideias íntimas se tornem expostas ao sistema judiciário e possam prejudicar a avaliação judicial sobre o prazo da medida socioeducativa que cumprem. Nos grupos com adolescentes em atendimento socioeducativo, é importante, de acordo com os estudos citados anteriormente, que o sigilo das informações construídas em seu interior seja negociado de modo claro e enfático, para que o grupo estabeleça um clima de confiança e que os diálogos sejam estabelecidos de modo acolhedor e respeitoso.

A importância do trabalho técnico e qualificado para os atendimentos em grupo ofertado no sistema socioeducativo é outra questão relevante que deve ser considerada. Rodrigues e Oliveira (2016) salientam a função política, emancipatória e garantidora de direitos do trabalho socioeducativo, voltado majoritariamente para pessoas em vulnerabilidade social. As autoras salientam a importância da problematização permanente dos saberes e fazeres por parte dos profissionais, construindo uma atuação transformadora e emancipatória para os adolescentes, com proposição de estratégias críticas e fundamentadas legalmente e cientificamente, que superem a lógica da punição e que promovam transições subjetivas e rupturas em trajetórias infracionais. Para a intervenção no contexto socioeducativo, as práticas focalizadas na mera correção/disciplinarização de comportamentos ou, ainda, na vitimização dos adolescentes

atendidos, não promovem processos de responsabilização e ressignificação dos atos infracionais (Rodrigues; Oliveira, 2016; Cunha; Oliveira e Branco, 2020).

Trabalhar com grupos na socioeducação revela a necessidade de capacitação profissional dos atores envolvidos. É preciso que os profissionais mediadores revejam criticamente suas práticas socioeducativas, façam autocríticas enquanto socioeducadores atuantes e busquem formação teórica e metodológica, para que o atendimento socioeducativo via processos grupais seja garantidor de direitos.

As práticas de atendimento em grupo podem contribuir para, além da qualificação das práticas profissionais e do desenvolvimento profissional de socioeducadores, para mudanças importantes nas estruturas cristalizadas no cotidiano do sistema socioeducativo, tais como: regras heterônomas, modos já instituídos de ser e de fazer o trabalho; residir o atendimento socioeducativo a ação burocrática para preenchimento de documentos e relatórios; entre outros. Ou seja, a promoção das atividades em grupo é a oportunidade de revisão das estruturas institucionais, das práticas cotidianas de trabalho e das identidades profissionais na socioeducação. Oliveira (2016, p. 136) diz que:

qualificar o atendimento socioeducativo por meio de metodologias que respeitem, mas não se restrinjam ao caráter sancionatório e ao atendimento individual, implicitamente, associado à execução das medidas, leva à necessidade de ações capazes de mexer na dinâmica do atendimento socioeducativo como um todo.

Em geral, no sistema socioeducativo brasileiro, os atendimentos em grupo são colocados em segundo plano ou vistos de modo complementar, priorizando-se atendimentos individuais, conforme relato de Grassi *et al.*, (2019), para o estado de Santa Catarina e Arraes e Presotti (2018) para o DF.

No DF, atendimentos grupais são institucionalizados e realizados como prática cotidiana e principal em algumas unidades socioeducativas; em outras unidades, os grupos são secundários e esporádicos. Além disso, convém destacar que o DF ainda não possui documento atualizado de orientações metodológicas para embasar, apoiar e auxiliar os atendimentos na socioeducação por meio de grupos (Arraes; Presotti, 2018).

Além da secundarização do atendimento em grupo no sistema socioeducativo, Gurski e Stryzkalksi (2018) e Grassi *et al.* (2019) criticam as demandas burocráticas, como a confecção de variados relatórios, o excesso de demandas e a sobrecarga dos profissionais, como fatores que contribuem para os atendimentos em grupos serem vistos como menos importante.

Outro ponto identificado na literatura foi a de que profissionais de Psicologia figuram, de modo recorrente, como principais mediadores de grupos no sistema socioeducativo

brasileiro, em razão de sua formação acadêmica e de competências específicas para a análise e intervenção em processos grupais. No entanto, há que se considerar o caráter interdisciplinar da socioeducação, com a necessidade da condução de grupos por outros membros da equipe — como pedagogos, especialistas em artes, educação física, assistentes sociais, agentes socioeducativos, técnicos administrativos, entre outros — desde que com a devida formação complementar, qualificação e supervisões. Dessa forma, reconhece-se o protagonismo do psicólogo na mediação de grupos, a medida em que se verifica a necessidade e a potencialidade de atuações compartilhadas e multiprofissionais na condução de grupos com adolescentes vinculados a medidas socioeducativas.

Existem diferenças e peculiaridades em atuar em/no/com grupos nos contextos da execução de medidas socioeducativas em meio fechado e em meio aberto. Em se tratando do meio fechado, Rosario (2010) relata discursos de funcionários e adolescentes reproduzindo a ideia de que “Cabeça vazia, oficina do diabo” (p.69) e a importância que os adolescentes atribuem em participar de atividades grupais na internação. Parece que a valorização das atividades grupais pelos adolescentes se vincula à possibilidade de que sua presença nessas atividades conduza os profissionais à elaboração de um relatório de acompanhamento psicossocial favorável a eles no quesito progressão da medida socioeducativa.

Santos, Koehler e Vilela (2019) relatam oficinas sobre projeto de vida com adolescentes em meio aberto e fechado, diferenciando a participação nos grupos dos dois contextos. Viram que os adolescentes em meio fechado, no início das oficinas, tinham uma postura rígida e distante e demonstraram resistência em interagir com os mediadores do grupo, como se assumissem o estereótipo do “bandido”. Já os adolescentes de meio aberto, apesar de também mostrarem uma resistência inicial ao grupo, estabeleceram vínculos com os mediadores de forma mais rápida, com postura mais livre.

Rodrigues (2017), em sua tese de doutorado sobre grupo com adolescentes em medida socioeducativa de meio aberto no DF, aponta que, frequentemente, muitos adolescentes em atendimento socioeducativo em meio aberto se sentem inseguros para interagir com outros na mesma situação, ao serem convidados para participar de atividades em grupo. Podem apresentar uma resistência inicial a participar de grupos, por considerarem que ali estão apenas pela obrigatoriedade da medida socioeducativa e por perceberem exclusivamente o caráter punitivo destas medidas.

No mais, em ambas as oficinas realizadas em meio aberto e em meio fechado, notou-se a quietude dos adolescentes nas atividades iniciais de sensibilização e apresentação das oficinas.

Contudo, Santos, Koehler e Vilela (2019) relatam que, no decorrer do processo grupal, a atitude deles se transformou e se percebeu maior aproximação dos mediadores do grupo com os adolescentes, que contribuíram bastante para as reflexões grupais.

Costa *et al.* (2011) veem os grupos realizados no atendimento socioeducativo em meio fechado como um espaço de flexibilidade e expressão da subjetividade, diante de um contexto institucional rígido. Santos, Koehler e Vilela (2019) afirmam ter observado maior facilidade no desenvolvimento da oficina em meio fechado, em comparação com os de meio aberto, talvez por fatores como a estrutura da privação de liberdade praticamente obrigar os adolescentes a participarem das atividades propostas; e o desamparo sentido pelos adolescentes internados, identificado pelo desejo que os mediadores voltassem para realizar outras atividades. Já no grupo realizado no meio aberto, os adolescentes se mostraram mais receosos com a proposta do grupo, como se a atividade pudesse colocar sua liberdade em risco.

Dessa forma, parece que os adolescentes aderem mais facilmente ao grupo no meio fechado, veem o grupo como um “espaço de liberdade”, em meio à rotina disciplinadora da privação de liberdade. Já no meio aberto, a adesão dos adolescentes aos grupos parece ser construída de forma processual, por meio da vinculação ao grupo e do vínculo com servidores, outros adolescentes e com a instituição. Apesar da medida socioeducativa em meio aberto também ser judicialmente imposta e obrigatória, parece que alguns adolescentes revelam dificuldades em frequentar os atendimentos em grupo ou as atividades coletivas, quando esta não é uma prática recorrente na unidade de atendimento em meio aberto e realizada de maneira esporádica, ou ainda, quando o adolescente não se sente pertencente e/ou acolhido à essa unidade socioeducativa.

De modo geral, o atendimento socioeducativo prestado em meio aberto “depende” dessa vinculação socioeducando-equipe socioeducativa e de uma motivação para cumprir a medida socioeducativa. A experiência profissional permitiu perceber que essa motivação, comumente é influenciada pela obrigação judicial, pelo desejo de “pagar logo para ficar livre” (da medida socioeducativa), e/ou também pela concepção do socioeducando de que a GEAMA é um espaço saudável de expressão de sua subjetividade e de apoio a ele e sua família.

Ademais, observa-se que o trabalho em grupo, no contexto do meio aberto, demanda não apenas a participação dos adolescentes, mas também condições institucionais e metodológicas que favoreçam sua implementação. Diversas crenças sobre a adolescência e a socioeducação podem atuar como barreiras à prática grupal, como a ideia de que, quando reunidos, os adolescentes seriam incontroláveis ou de difícil manejo. Nesse sentido, os

atendimentos em grupo no meio aberto se configuram como um desafio que exige não apenas recursos técnicos, mas também uma abertura ao diálogo e ao afeto, à construção coletiva e à ressignificação dessas crenças. Dessa forma, o fortalecimento da socioeducação passa pela desconstrução de estigmas associados à juventude em cumprimento de medida socioeducativa e pela valorização das práticas coletivas como espaços de desenvolvimento e transformação.

Como apontado por Rodrigues e Oliveira (2018), o grupo pode mediar processos de desenvolvimento, de socialização, de ressignificações e de subjetivação de adolescentes em atendimento socioeducativo. Isto é oportunizado por meio da partilha de experiências, de tensionamentos e deslocamentos pessoais e coletivos, da emergência de reflexões críticas e da construção de novas interações sociais e trocas semióticas transformadoras.

Conforme afirmado por Costa (2023), há espaço potencial nas metodologias grupais para que sejam criados espaços relacionais mais dialógicos e transformadores, bem como vínculos pedagógicos significativos entre socioeducadores, socioeducandos, famílias e comunidade. Nessa direção, metodologias coletivas de atendimento socioeducativo podem favorecer transformações subjetivas, pessoais e comunitárias, reflexividade, criticidade, emancipação e novas possibilidades de trajetórias de desenvolvimento e de subjetivação alternativas ao envolvimento infracional.

Rodrigues e Oliveira (2018) destacam a importância de se reconhecer o grupo como dispositivo e estratégia no contexto socioeducativo, compreendendo-o em sua natureza dialógica, como sistema aberto e em constante reconstrução a partir dos encontros que o constituem. Essa dinamicidade confere ao processo grupal um caráter de imprevisibilidade quanto aos seus desdobramentos e efeitos. Assim percebem o processo grupal na ação socioeducativa:

Como uma realidade molecular micropolítica complexa, como plano de forças, sempre longe do equilíbrio, da progressividade e do controle disciplinador. É nesse sentido, portanto, o grupo se constitui como dispositivo socioeducativo, encarado como máquina de promover acontecimentos, que seguem direções imprevisíveis, mas que pode vir a produzir tensionamento e deslocamentos fundamentais. (Rodrigues; Oliveira, 2018, p.39).

Dessa perspectiva, a imprevisibilidade, os tensionamentos, os deslocamentos e os desequilíbrios são compreendidos como elementos constitutivos dos processos grupais, não devendo, portanto, ser vistos como ameaças, mas como expressões legítimas da complexidade dessas vivências. Promover o direito à participação de adolescentes em tais contextos implica, assim, o reconhecimento e a valorização de suas formas próprias de expressão e de inserção no mundo, legitimando suas vozes e modos de estar nos espaços coletivos.

Complementando, Rey (2003, p. 207) afirma que “a ação dos sujeitos implicados em um espaço social compartilha elementos de sentidos e significados gerados dentro desses espaços, os quais passam a ser elementos da subjetividade individual”. Nesse sentido, compreende-se que os sentidos e significados construídos por adolescentes em atendimento socioeducativo são desenvolvidos através dos grupos realizados nas instituições socioeducativas.

Dessa forma, é importante destacar a relevância da abordagem e visão de mundo histórico-cultural (Leontiev, 1978; Martín-Baró, 1989; Andaló, 2006) para os atendimentos em grupo. Ainda que existam outras abordagens teóricas para grupos, a abordagem histórico-cultural é adotada na pesquisa para compreender os grupos realizados nas GEAMAS na interdependência entre indivíduo, grupo, sociedade, história e cultura. Sendo assim, como apresentado anteriormente, nesta pesquisa, o grupo é concebido como uma instância dinâmica, historicamente situada, de natureza complexa, sendo ao mesmo tempo condicionado e agente condicionante dos processos históricos, sociais e culturais que o atravessam. Em outras palavras, entende-se que o processo grupal não é fixo ou previamente estabelecido, mas sim passível de contínuas modificações, (des)construções e reinvenções.

Sob essa perspectiva, nos contextos grupais orientados por tal concepção de mundo, o diálogo problematizador que emerge dessas interações se configura como um instrumento potente de desnaturalização de práticas, desconstrução de narrativas e produção de reflexões críticas. Tais processos favorecem o enfrentamento de atitudes e discursos naturalizados, tanto por parte dos profissionais quanto dos adolescentes, constituindo-se em uma via para a transformação cultural. Essa transformação pode se expressar tanto no interior da cultura institucional socioeducativa quanto na cultura social mais ampla, considerando que os adolescentes atuam como sujeitos transformadores e, simultaneamente, são transformados por essas experiências.

2.4 Adolescências

A adolescência não é algo dado e nem sempre existiu na história da humanidade; é um construto social, histórico e cultural (Yokoy; Rodrigues, 2021). Bock (2007) e Clímaco (1991) explicam a contribuição de diversos fatores sociais, econômicos e culturais para o surgimento de um novo grupo social (adolescentes) e da adolescência. Com a revolução industrial no século XVIII, exigiu-se um maior lapso temporal de formação na escola e o período escolar aumentou, fazendo com que os jovens ficassem afastados do trabalho e de suas famílias e se aproximassem

de seus pares. O desemprego crônico da sociedade capitalista também contribuiu com o retardo do ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Ademais, houve avanços científicos que prolongaram a vida das pessoas.

Segundo a literatura (Bock, 2007; Oliveira, 2006; Ozella, 2002; Ozella; Aguiar, 2008; Rodrigues; Oliveira, 2016; Souza; Silva, 2018), o primeiro teórico a estudar a adolescência de modo científico foi Stanley Hall (1904), que a concebeu como uma fase estanque da vida, uma etapa natural do desenvolvimento, com caráter universal e abstrato, marcada por conflitos ligados ao surgimento da sexualidade. Já no século XX, reiterou-se essa visão naturalizante e universal da adolescência, destacando-se diversos fatores com a chamada “síndrome da adolescência normal”, tais como: conflitos, descontrole emocional, rebeldia, descoberta da identidade, fatores da puberdade etc. (Aberastury; Knobel, 1989), os quais são utilizados ainda hoje no país para caracterizar a adolescência (Rodrigues; Oliveira, 2016; Yokoy; Rodrigues, 2021).

No entanto, autores contemporâneos que investigam desenvolvimento humano por meio de perspectivas históricas e contextualizadas socioculturalmente (Araujo; Oliveira, 2010; Bock, 2007; Oliveira, 2006; Ozella, 2002; Ozella; Aguiar, 2008; Rodrigues; Oliveira, 2016; Souza; Silva, 2018; Yokoy; Rodrigues, 2021) enfatizam a importância de criticar essas perspectivas naturalizantes, prescritivas, biologizantes, patologizantes e universais da adolescência.

Bock (2007) pontua que essa visão reducionista sobre adolescência deixa de contribuir com leituras críticas da sociedade e com a construção de políticas públicas mais adequadas, culpabilizando os jovens e suas famílias por complexas questões sociais. Oliveira (2006) e Souza e Silva (2018) sinalizam que o maior foco e aprofundamento de estudos sobre a infância, em detrimento da adolescência, contribuem para mitos negativos, discriminações e visões descontextualizadas sobre os adolescentes brasileiros.

Ademais, Ozella e Aguiar (2008) trazem a importante reflexão que as concepções da adolescência como uma “crise” e como algo “natural” camuflam desigualdades sociais, cumprindo, assim, um papel ideológico. Bock (2007) afirma que é preciso ver a adolescência como construção social, com repercussões na subjetividade, como momento significado, construído e interpretado pelas pessoas. Sendo assim, “não há uma adolescência, enquanto possibilidade de ser; há uma adolescência enquanto significado social, mas suas possibilidades de expressão são muitas” (Bock, 2007, p.70).

Nesse sentido, as autoras Yokoy e Rodrigues (2021), juntamente com o UNICEF (2018), propõem a terminologia adolescências, no plural. O propósito é enfatizar a diversidade

de vivências do adolescer, com suas múltiplas oportunidades e vulnerabilidades, bem como as interseccionalidades de raça, gênero, orientação sexual, deficiências, territórios de desenvolvimento, entre muitos outros marcadores sociais que compõem as adolescências.

No Brasil, as múltiplas adolescências e suas vulnerabilidades evidenciam a necessidade de políticas e práticas que reconheçam desigualdades estruturais e disputas de significado no cotidiano, evitando respostas universalistas que invisibilizam diferenças (Yokoy; Rodrigues, 2021). As adolescências são construídas em contextos socioculturais específicos e, sobre o comportamento dos adolescentes brasileiros, sobretudo em contextos socioeducativos, requer a análise conjunta de fatores materiais, culturais e institucionais, tais como condições de vida, consumo, violência, discursos midiáticos, família, escola e contradições socioeconômicas que atravessam suas práticas cotidianas. (Rodrigues; Lopes de Oliveira, 2016). Dessa forma, as adolescências no sistema socioeducativo não podem ser compreendidas como uma realidade uniforme: constituem-se como trajetórias atravessadas por condições históricas, materiais, simbólicas e culturais que se articulam de modo interseccional (Sifuentes; Dessen; Lopes de Oliveira, 2007).

As interseccionalidades tornam-se ainda mais nítidas quando observa-se a distribuição desigual da violência e da letalidade juvenil, fenômeno discutido como juvenicídio e relacionado à retração/insuficiência de políticas públicas nos territórios mais vulnerabilizados (Scherer; Perondi, 2018). A noção de necropolítica explicita como dispositivos estatais e paraestatais hierarquizam vidas e mortes, atingindo desproporcionalmente jovens negros e periféricos (Mbembe, 2017; 2018) sendo esse o maior público no sistema socioeducativo. Isso se articula ao debate sobre racismo de Estado, proposto por Ribeiro e Benelli (2017), no trato desses adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, e às discussões sobre vidas precárias e enquadramentos que modulam quem é visto/escutado como sujeito de direitos — dimensões que incidem sobre raça, gênero, sexualidade, deficiência e outras. (Butler, 2020; 2022).

Importante pontuar, tendo em vista a maioria de adolescentes negros no sistema socioeducativo, que não se trata de associar essa adolescência à criminalidade, mas sim de analisar os processos sociais nos quais esses adolescentes são condicionados à margem (Ribeiro; Benelli, 2017). Levar em conta esses processos sociais, históricos e multicircunscritos perante as diversas interseccionalidades que fazem parte dessas adolescências, tais como raça, gênero, sexualidade, escolaridade, deficiência, classe social, territorialização, entre outros, são

importantes quando se pretende pensar e viabilizar metodologias de atendimento socioeducativo.

Nessa perspectiva, compreender as adolescências no sistema socioeducativo implica articular historicidade, condições estruturais, territórios, interseccionalidades, orientando práticas que reconheçam diferenças e potencializem as subjetividades, a participação e responsabilização sem reproduzir estigmas (Sifuentes; Dessen; Lopes de Oliveira, 2007; Rodrigues; Lopes de Oliveira, 2016; Yokoy; Rodrigues, 2021).

Sendo assim, a síntese que se propõe é a de compreender que as vicissitudes das vidas das adolescências são de ordem sim orgânica, mas também de ordem histórica e cultural. Portanto, a sociedade constrói a concepção de adolescência (Souza; Silva, 2018), ou seja, a forma como se concebe a adolescência é construída socioculturalmente. Enfatiza-se, portanto, as necessidades de transpor os estudos tradicionais sobre a adolescência, que se detêm nas “crises” e nos mitos, e de colocar em relevo perspectivas históricas, sociais e culturais da adolescência, trazendo suas potencialidades e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (Tomio; Facci, 2009; Vygotsky, 1991).

Ademais, cabe questionar: Que adolescente é esse de que falam as teorias, a psicologia e as demais áreas do conhecimento? Bock (2007) ressalta que, diante dessa visão natural e universal que se tem dos adolescentes, fala-se de um determinado tipo de adolescente, de determinado contexto socioeconômico, das camadas médias e de alto poder aquisitivo. Dessa forma, considera-se um ato político visibilizar e falar sobre os adolescentes e as adolescências do contexto socioeducativo, a fim de trazer luz sobre contextos de desigualdade social das suas vivências adolescentes e, ainda, sobre as potencialidades desses adolescentes, enquanto jovens em processos de desenvolvimento.

Como analisam Lyra *et al.* (2002), vai se construindo a noção de um adolescente como aquele que está todo o tempo em risco, a si mesmo e para a sociedade, em relação a um suposto estado ótimo, que seria a vida adulta; essa, então, considerada “o ápice do desenvolvimento humano” (p.12). No entanto, afirmam os autores: não se tece uma história dos adultos. Assim como não se define a vida adulta, sendo essa permeada por diferenças, pela história pessoal e significada por cada sujeito, por seu contexto histórico, social, cultural e econômico de que esses adultos fazem parte, o mesmo deveria ser a perspectiva de compreender os adolescentes e as adolescências.

2.4.1 Relevância da socialização para o desenvolvimento de adolescentes

Zimmermann (1997) e Schossler e Carlos (2006), com base em Vygotsky (1991, 2012), afirmam que o ser humano é um ser sociável e existe em função de seus inter-relacionamentos grupais; a sociabilidade é uma das características primordiais e necessárias do ser humano. Processos de socialização, desde a primeira infância, são essenciais para o desenvolvimento das pessoas, como ressaltado nas perspectivas histórico-sociais (Gonçalves; Garcia, 2007) e devem ser valorizados durante todo o curso de vida, inclusive, na adolescência. Barbosa e Facci (2018) acrescentam, embasados na perspectiva histórico-cultural, que a apropriação dos bens materiais e culturais é determinante para o desenvolvimento psíquico do adolescente e que seu desenvolvimento cultural é promovido por meio da sua participação nas atividades presentes na vida social e cultural. Lima e Campos (2023) reafirmam a premissa sociogenética vygotskyana de que é na coletividade que as funções psicológicas superiores se desenvolvem, primeiramente de forma interpsicológica e em relação e, somente depois, a nível intrapsicológico. Dessa forma, “cada um dos que ingressam na coletividade adquire, como que se fundindo a um todo, novas qualidades particulares” (Vygotsky, 2012, p. 225).

O próprio ECA (Brasil, 1990) valoriza a socialização e a convivência familiar e comunitária como um direito a ser assegurado aos adolescentes. No caso da juventude pobre, como problematizado por Dayrell (2007), a socialização tem grande relevância, considerando as fragilidades de equipamentos públicos e espaços de lazer nos bairros por onde transitam, nos quais adolescentes buscam por oportunidades de relacionamentos interpessoais. Os adolescentes, ao atribuírem importância à sociabilidade, sinalizam quererem ser reconhecidos em suas especificidades e diversidades, ao longo de processos de construção de identidades e de busca por oportunidades de vida (Dayrell, 2007; Dias, 2013).

Brenner, Dayrell e Carrano (2005) afirmam como elementos fundamentais das juventudes contemporâneas a socialização em espaços públicos e a apropriação da cidade e de equipamentos comunitários, apontando para a necessidade de políticas públicas que garantam o direito à cidade. Para estes autores, atividades de genuína sociabilidade nos espaços-tempos das cidades acarretam aos adolescentes: integração social, emoções agradáveis, consolidação de relacionamentos interpessoais, processos de identificação cultural, entre outros.

Almeida (2013) retrata o movimento de coletivos juvenis de periferia, que buscam ressignificar mídias, artes e espaços públicos, como forma de resistência política, em meio à globalização e à sociedade do consumo. Corrochano e Laczynski (2021) também exemplificam coletivos juvenis compostos por jovens de periferias urbanas que discutem alternativas de

trabalho e geração de renda via produções artístico-culturais e economia solidária. Em grupo, estes jovens fortaleciam suas redes de apoio e solidariedade, seus vínculos comunitários e enfrentavam de modo coletivo o desemprego e a precarização do trabalho em seus territórios.

Coimbra e Nascimento (2003) sinalizam que os movimentos de resistência desses jovens produzem pequenas revoluções e mudanças micropolíticas em suas comunidades, sinalizam para novos caminhos e criações, mesmo que ignorados pela história oficial — os chamados de intelectuais e meios de comunicação. No entanto, apesar desse apagamento, vão surgindo várias e diferentes experiências por parte desses jovens cotidianamente, que configuram “práticas de resistência, expressas através da música, de outras artes, de micro-organizações coletivas, de redes de solidariedade. O importante é percebê-las, ver que existem, fortalecê-las, nos aliarmos a elas” (Coimbra e Nascimento, 2003, p.13).

Os jovens periféricos contribuem para a produção da cidade, através da (re)criação cultural, de forma coletiva. Atividades de socialização, de lazer e cultura “deixaram de ser consideradas algo de menor importância, irrelevante, para ocupar posição de destaque dentre as demandas das novas gerações e a luta por sua garantia se tornou ação política na cidade” (Almeida, 2013, p.171). Sendo assim, a socialização de adolescentes fomenta relações interpessoais e diálogos entre pares que potencializam mudanças nas cidades e ações políticas coletivas de mudanças sociais vistas como necessárias por muitos jovens periféricos brasileiros.

Nas abordagens socioculturais do desenvolvimento humano, afirmam Rodrigues e Oliveira (2016) que o desenvolvimento dos adolescentes é “promovido por e nas interações estabelecidas entre eles e elas com diversos atores e instituições do seu contexto sociocultural” (p. 14), enfatizando-se tamanha importância nessas interrelações entre os adolescentes e estes com o seu contexto. No caso de adolescentes em atendimento socioeducativo em meio aberto, como os que participam desta pesquisa, a própria ação socioeducativa é pensada de modo a fortalecer os vínculos sociais dos adolescentes com sua família, escola, sua comunidade, estimulando sua participação em espaços educativos, culturais e de lazer. Estes são elementos cruciais para seu desenvolvimento integral e para o caráter pedagógico da medida socioeducativa (Rodrigues; Oliveira, 2016; Yokoy; Rodrigues, 2021).

Considerando a maioria dos adolescentes do socioeducativo, segundo Yokoy e Rodrigues (2021), suas trajetórias de desenvolvimento são permeadas por diversas violações de direitos e vulnerabilidades sociais. Rodrigues e Oliveira (2016) criticam as construções sociais negativas das adolescências pobres no país, que criminalizam muitos adolescentes pela

violência social e os tornam alvos de medidas repressivas, tais como propostas de redução da maioria penal e ações de enclausuramento.

Desse modo, como explicitam Yokoy e Rodrigues (2021), alimentada pela cultura do medo e pela promessa de soluções simplistas para questões sociais complexas e históricas, a lógica punitivista para com os adolescentes em atendimento socioeducativo tem ganhado espaço na mídia sensacionalista, ignorando-se complexos fatores que circunscrevem socioculturalmente essas adolescências, como exclusão social, desigualdade de renda e situação de pobreza.

Cumpramos ressaltar que esses adolescentes, desde que nascem, sofrem diversas violências estatais e privações de direitos básicos, com a escassa oportunidade de trabalho formal e educação de qualidade. Para além disso, destaca-se a restrição do acesso ao direito ao lazer, sendo vigiados constantemente em seus territórios, praças, ruas (Santos; Beiras; Enderle, 2018).

O tratamento repressor e os estereótipos criminalizadores que recaem sobre os adolescentes do contexto socioeducativo afetam sobremaneira suas trajetórias de desenvolvimento e as intervenções dos profissionais do socioeducativo (Yokoy; Rengifo-Herrera, 2020) citados por Yokoy e Rodrigues (2021). As autoras, ainda, sinalizam que os valores, crenças, estereótipos e disposição afetiva que contribuem para as práticas profissionais quase nunca são questionados no sistema socioeducativo brasileiro.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de produzir investigações que ultrapassem leituras reducionistas dos adolescentes e do trabalho na socioeducação, valorizando suas vozes e reconhecendo a complexidade das relações no sistema socioeducativo. Assim, a presente pesquisa buscou construir um olhar implicado e dialógico, atento às interações e as significações construídas no contexto socioeducativo, o que fundamenta a adoção de um delineamento qualitativo na etapa metodológica que segue.

3 METODOLOGIA

A pesquisa seguiu um delineamento qualitativo para investigar as significações de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida no Distrito Federal sobre o atendimento socioeducativo ofertado na modalidade de grupo em duas Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMAs). A matriz qualitativa da elaboração de conhecimentos científicos (Rey, 1997) é “um processo permanente de construção por parte do investigador” (p. 182), que se propõe a entender os dados e o objeto/problema de pesquisa como algo complexo, vivo e dinâmico, impossível de serem reduzidos a definições operacionais.

De acordo com Yokoy de Souza, Branco e Oliveira (2008), pesquisas qualitativas destacam a relevância da cultura e valorizam as narrativas dos participantes como instrumentos de investigação de processos de desenvolvimento humano contextualizados socioculturalmente. São especialmente importantes para investigações aprofundadas sobre significações, posicionamentos e experiências humanas.

A metodologia proposta reconhece que cada pesquisa é única e que as alternativas metodológicas se configuram no decorrer do processo, mesmo quando há planejamento prévio de técnicas, instrumentos e referenciais teóricos. As pesquisas se inscrevem em um contexto histórico, cultural e social específico, envolvendo sujeitos singulares e as inter-relações construídas no campo investigado.

O percurso realizado nesta pesquisa não foi linear, mas em movimentos cíclicos, marcados por idas e vindas, por decisões tomadas e por situações diversas vivenciadas ao longo da investigação. Apresenta-se aqui um breve panorama, ciente da impossibilidade de abarcar e descrever todas as nuances e a complexidade de uma investigação qualitativa, a qual envolve relações com o(s) outro(s) e, simultaneamente, com a própria pesquisadora e as implicações inerentes a esse processo.

3.1 Procedimentos éticos de pesquisa

A pesquisa foi elaborada em conformidade com as diretrizes e regulamentações aplicáveis a estudos que envolvem seres humanos, seguindo as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi autorizada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), como consta na Decisão emitida em 20/10/2023 (Anexo A), incluindo autorização para acessar as dependências das Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMAs) para realizar a coleta dos dados.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (CEP/CHS/ UnB), por meio do parecer consubstanciado nº 6.656.185. Durante todo o processo de pesquisa, foram omitidos os nomes dos participantes e garantido o respeito e a proteção do sigilo das suas identidades e das informações sob segredo de justiça. Também foram respeitadas a privacidade, a intimidade, a confidencialidade e a participação voluntária dos participantes, de acordo com as regulamentações acima mencionadas e as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).

As entrevistas com os jovens que têm entre 18 e 21 anos de idade foram antecedidas pela negociação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A). Já as entrevistas com os adolescentes foram precedidas pela negociação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido junto com seus familiares/responsáveis legais (Apêndice B) e de Termo de Assentimento Livre e Esclarecido com o próprio adolescente (Apêndice C).

Os participantes foram instruídos a manter cópias dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs) e dos Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALEs). Foram assegurados seus direitos de se retirar da pesquisa a qualquer momento, de se recusar a responder alguma pergunta da entrevista ou de participar das discussões do grupo focal, sem necessidade de fornecer explicações ou justificativas. Tanto os TCLEs quanto os TALEs continham esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, benefícios e riscos associados à participação no estudo e informações de contato, caso os participantes sentissem necessidade de obter esclarecimentos adicionais, antes, durante e após a pesquisa. Também foi enfatizado aos participantes que sua colaboração na pesquisa era voluntária e que não havia nenhuma interferência da sua participação na pesquisa em seu atendimento socioeducativo.

A análise dos dados e a divulgação dos resultados da pesquisa seguiram os princípios de sigilo ético e confidencialidade, de forma que não houve qualquer menção a nomes próprios ou informações pessoais que possam identificar os participantes, bem como os locais em que a pesquisa ocorreu.

3.2 Participantes da pesquisa

Participaram das entrevistas individuais 05 (cinco) adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de Liberdade Assistida, sendo 4 (quatro) da GEAMA 1 e 1 (um) da GEAMA 2. Na fase de observação participante, em que foram observados 3 (três) grupos nas duas GEAMAs, a saber: “Uso abusivo: Que Brisa é essa?”, Grupo “Oficina de Tatuagem” e “Eixos do PIA”, participaram em média de 8 (oito), 6 (seis) e 8 (oito) adolescentes por encontro nos

grupos supracitados, respectivamente. Para a obtenção da média de presença, somou-se o total de adolescentes que compareceram aos encontros realizados no grupo e dividiu-se pelos números dos encontros previstos em cada grupo. Por fim, participaram o total de 2 (dois), 5 (cinco) e 4 (quatro) adolescentes em cada um dos grupos focais realizados ao final dos grupos nas GEAMAs.

Foram critérios de seleção de participantes da pesquisa: ser adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida nas GEAMAs em que foi realizada a pesquisa; ter interesse e disponibilidade para colaborar com a pesquisa; ter consentimento de seus familiares/responsáveis, no caso de adolescentes menores de 18 anos; e participar de grupos na GEAMA na qual cumpria a sua medida socioeducativa, durante o período de coleta de dados, a saber, entre abril e outubro de 2024.

3.3 Materiais e instrumentos

Para a realização da entrevista individual, foram utilizados: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A); Termo de Consentimento Livre e Esclarecido negociado junto com familiares/ responsáveis legais pelo(a) adolescente (Apêndice B); Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C); Roteiro de entrevista individual (Apêndice D); gravador digital de áudio específico de celular Iphone; e materiais de papelaria diversificados (exs: papel A4, caneta, lápis, borracha).

Para a realização da observação participante, foram utilizados um diário de campo/caderno e materiais de papelaria diversificados. Já para a realização do grupo focal, foram utilizados: Roteiro de grupo focal (Apêndice E); gravador digital de áudio específico de celular Iphone; caixa com perguntas para dinâmica de grupo; materiais de papelaria diversificados; além de recursos estéticos variados para a condução das discussões do grupo (exs: imagens e recortes de revistas; objetos aleatórios e palavras impressas representando sentimentos).

3.4 Procedimentos metodológicos

Para melhor visualização dos procedimentos metodológicos, o percurso realizado foi sistematizado nos quadros abaixo, seguidos da exposição descritiva de cada um.

Quadro 1 – Percurso metodológico GEAMA 1

GEAMA 1	
Contato institucional	Apresentação da pesquisa à gerente (via whatsapp)
	Reunião coletiva presencial com servidores e gerência
Acolhimentos coletivos de adolescentes	1 como observadora
	1 com cocondução
Entrevistas narrativas individuais	4 adolescentes
Grupo “<i>Uso abusivo: que brisa é essa?</i>”	5 de 10 encontros observados por meio de observação participante. Presença média de 8 adolescentes por encontro
	Grupo focal com 2 adolescentes ao final
Grupo “<i>Oficina de Tatuagem</i>”	7 de 10 encontros observados por meio de observação participante. Presença média de 6 adolescentes por encontro
	Grupo focal no 9º encontro com 5 adolescentes

Fonte: Elaborado pela autora.

Iniciei o percurso metodológico desta pesquisa com a articulação institucional junto às Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA). Realizei contatos prévios com as duas gerentes responsáveis, ocasião em que apresentei o projeto de pesquisa e obtive a anuência para a realização do estudo. Posteriormente, em cada GEAMA, conduzi uma reunião coletiva com servidores e gerência, a fim de expor os objetivos da investigação e dialogar sobre a forma de inserção no cotidiano institucional.

Na GEAMA 1, a inserção ocorreu inicialmente pela participação em dois acolhimentos coletivos. No primeiro, assumi a posição de observadora, acompanhando a condução realizada por dois servidores e aproveitando o momento para identificar e convidar adolescentes a participarem das entrevistas. No segundo acolhimento, fui convidada para conduzir a atividade em parceria com uma servidora, ocasião em que pude estabelecer contato direto com os adolescentes e agendar entrevistas subsequentes. A partir desses acolhimentos, quatro entrevistas narrativas foram realizadas, em dias distintos, com adolescentes que aceitaram participar e autorizados por seus responsáveis.

Ainda na GEAMA 1, após três entrevistas, realizei observação participante de um grupo denominado “*Uso abusivo: que brisa é essa?*”. No primeiro encontro desse grupo, antes do início da atividade, pude conduzir mais uma entrevista com um adolescente, totalizando assim, as quatro entrevistas narrativas da pesquisa. Durante os encontros seguintes, mantive a

observação participante. Ao final do processo grupal, mediei um grupo focal com os adolescentes, junto com duas servidoras, a fim de avaliar os encontros e construir conjuntamente suas significações sobre a experiência em grupo. Em continuidade, acompanhei um segundo grupo, denominado “*Oficina de Tatuagem*”. No 9º encontro desse grupo, conduzi o grupo focal em conjunto com uma servidora, encerrando-se a atividade no 10º encontro.

Quadro 2 – Percurso metodológico GEAMA 2

GEAMA 2	
Contato institucional	Apresentação da pesquisa à gerente (via whatsapp)
	Reunião coletiva presencial com servidores e gerência
Entrevista narrativa individual (via encaminhamento de servidora)	1 adolescente
Encontros temáticos/coletivos	5 de um ciclo de 7 encontros previstos, por meio de observação participante. Presença média de 8 adolescentes por encontro
	Grupo focal com 4 adolescentes ao final

Fonte: Elaborado pela autora.

Na GEAMA 2, o fluxo de acolhimento dos adolescentes é realizado individualmente. Assim, a única entrevista narrativa realizada com um adolescente se deu a partir do encaminhamento de uma servidora, que ao agendar o seu acolhimento com o adolescente, sinalizou-me para que eu estivesse presente no dia agendado. Paralelamente, realizei observações participantes em cinco encontros temáticos/coletivos desenvolvidos na unidade. Ao final desse ciclo, realizei um grupo focal com quatro adolescentes que haviam participado desses encontros, visando avaliar o processo e construir significações sobre as atividades coletivas vivenciadas.

Importa esclarecer que, diante da realidade complexa e dinâmica das unidades socioeducativas, com idas e vindas dos adolescentes durante o cumprimento da medida socioeducativa, os participantes presentes não necessariamente eram os mesmos nas três etapas metodológicas descritas: entrevistas, observação participante e grupos focais.

3.5 O campo de pesquisa: aproximação e caracterização

No Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Brasil, 2016), valorizam-se metodologicamente cuidados como a aproximação do

campo de pesquisa, o estabelecimento de vínculos, além da sensibilidade e da atenção do pesquisador com participantes do estudo. No desenvolvimento de estudos e pesquisas no sistema socioeducativo, para além de somente uma visita pontual ao campo, defende-se a importância da convivência, afetiva e comprometida, entre pesquisadores e participantes, bem como uma postura dialógica. Nesta pesquisa, buscou-se ultrapassar a postura de pesquisar os grupos das GEAMAs para pesquisar *com* o grupo, com os participantes, envolvendo respeito aos diversos saberes dos envolvidos.

Em setembro de 2023, meses antes de efetivamente entrar em campo, fiz o contato inicial via WhatsApp com as gerentes das GEAMAs, a fim de apresentar a pesquisa, sondar a possibilidade da coleta de dados nas instituições após autorização de Comitê de Ética e compreender como funcionavam os grupos naqueles contextos.

No final de março e início de abril de 2024, realizei as primeiras visitas às GEAMAs, em que apresentei a pesquisa e esclareci que o objetivo era compreender as significações dos adolescentes sobre atendimentos em grupo. Conheci o funcionamento das GEAMAs e iniciei o estabelecimento de vínculos de confiança com a equipe de atendimento socioeducativo, momento em que foi negociada a melhor forma de condução da pesquisa, levando em consideração as dinâmicas institucionais de cada local.

Na GEAMA 1, a equipe de atendimento socioeducativo estava em reunião, com cadeiras organizadas em círculo. A atitude da equipe foi bastante acolhedora e todos os servidores, incluindo agentes socioeducativos, se mostraram colaborativos e ofertaram ajudas diversas para mobilizar os adolescentes para a pesquisa. Na GEAMA 1, pude participar do acolhimento coletivo, de reuniões e demais atividades realizadas pela unidade, iniciando a observação participante enquanto pesquisadora-colaboradora dos grupos. A equipe narrou que prioriza atendimentos grupais e coletivos para o acompanhamento socioeducativo.

Na GEAMA 2, primeiro local no qual me inseri enquanto pesquisadora, a reunião de equipe também estava em andamento quando fui recebida. Após a reunião, apresentei o contexto e os objetivos da pesquisa. Expliquei que o foco do estudo recaía sobre a experiência e a significação dos adolescentes sobre os atendimentos grupais, e não sobre a análise do trabalho dos servidores, buscando assim delimitar claramente o papel investigativo e contribuir para a construção de um espaço de confiança. Nesse processo inicial, pude observar a dinâmica institucional, caracterizada por uma organização do espaço físico em que cada servidor se posicionava em sua estação de trabalho, atento às orientações da gerência. A aproximação junto à equipe deu-se de forma gradual e pautada pela formalidade, com a definição clara do meu

papel de pesquisadora como alguém voltada à coleta de dados. A viabilidade da entrevista narrativa ocorreu, sobretudo, por meio do apoio de uma servidora que, a partir da rotina de acolhimento individual, colaborou na indicação e no encaminhamento do adolescente para a atividade. Nos encontros das atividades coletivas temáticas, as servidoras responsáveis se mostraram abertas, colaborativas e dispostas a mediar de forma conjunta os encontros propostos.

Estar como pesquisadora em duas GEAMAs evidenciou que cada uma tinha características próprias, cultura institucional, modos de ser e fazer e experiências de atendimento em grupo diferenciadas. Falaremos brevemente sobre essas duas unidades no tópico seguinte, sob o cuidado de não identificação das mesmas.

3.5.1 A Gerência de Atendimento em Meio Aberto 1 (GEAMA 1)

A Gerência de Atendimento em Meio Aberto 1 é localizada em uma cidade com paisagem natural privilegiada e que enfrenta sérios entraves ligados à desigualdade socioeconômica e ocupação irregular. Parte significativa da população vive em áreas com infraestrutura limitada e carência de políticas públicas. O acesso desigual a serviços públicos e direitos, especialmente saúde, transporte e educação, reforça a exclusão de grupos socialmente vulneráveis, como famílias de baixa renda e comunidades tradicionais, dos quais fazem parte muitos adolescentes atendidos na GEAMA 1. O contraste entre a valorização imobiliária de algumas áreas e a precariedade de outras revela um território fragmentado, onde a promessa de desenvolvimento socioeconômico não alcança a todos.

A GEAMA 1 funciona em dois andares dentro de um prédio do comércio local com três andares. O edifício não contém elevador, dificultando o atendimento de adolescentes e famílias com dificuldade de locomoção. No último pavimento, possui uma sala individual de atendimento com um banheiro; uma copa destinada ao preparo e consumo de alimentos pelos servidores; e uma área espaçosa aberta, com mesa de ping-pong, alguns pufs, caixa de som, uma mesa grande de reunião com cadeiras, e materiais audiovisuais feitos pelos adolescentes, como pinturas, grafites, frases que criticam o racismo, o uso indevido de drogas, preconceitos contra seu território etc. Observei uma dinâmica de apropriação juvenil do espaço da GEAMA 1: os adolescentes chegam, falam alto, fazem barulho, colocam o som na caixa e aumentam o volume, cantam, dançam, levam colegas que não cumprem medida socioeducativa para dentro da instituição.

O espaço aberto é utilizado para os grupos com os adolescentes e familiares, atividades socioeducativas e acolhimentos coletivos. Como uma cobertura, rodeada por largas janelas, é possível ter uma vista panorâmica da cidade. As quatro entrevistas realizadas na GEAMA 1 aconteceram na sala individual de atendimento.

No segundo andar, têm-se a sala da gerência e assessoria; uma sala coletiva dos servidores, com mesas e computadores; e uma sala com espaço para as reuniões de equipe e os atendimentos em grupo, em um ambiente fechado, com ar-condicionado, cadeiras e sofás em círculo, e uma mesa com computador para projeção. Por fim, têm-se um banheiro que é utilizado por todos, servidores e adolescentes da unidade. Um dos grupos observados na GEAMA 1 ocorreu nesta sala fechada; o segundo grupo utilizou os dois pavimentos que contém as salas para os atendimentos grupais.

As modalidades de grupo que funcionavam na GEAMA 1 na ocasião da pesquisa eram por meio de projetos e oficinas, propostos por servidores da unidade ou em parceria com convidados externos. Existia um grupo por semana e cerca de 10 encontros em cada grupo. Os grupos eram fechados, isto é, convocavam-se os adolescentes para iniciar determinado grupo e, caso algum adolescente fosse acolhido na GEAMA 1 durante o andamento do grupo, esse aguardava o encerramento e era inserido no início do próximo grupo. Foram observados dois grupos na GEAMA 1, denominados na pesquisa como: a) “Uso abusivo: que brisa é essa” e b) “Oficina de tatuagem”.

3.5.2 A Gerência de Atendimento em Meio Aberto 2 (GEAMA 2)

A Gerência de Atendimento em Meio Aberto 2 está em uma cidade que teve um crescimento urbano acelerado nas últimas décadas, com desigualdades sociais persistentes e desafios de infraestrutura que impactam a qualidade de vida da população. A rápida e desordenada ocupação urbana gerou bolsões de vulnerabilidade social, onde faltam equipamentos que viabilizem o acesso a serviços públicos básicos de saúde e educação. Existem iniciativas culturais e comunitárias e redes de solidariedade entre os moradores da cidade da GEAMA 2, mas que são insuficientes para enfrentar as condições precárias de moradia e garantir emprego formal.

A GEAMA 2 está situada em uma quadra residencial, rodeada de algumas poucas habitações e escolas, pistas largas e calçadas verdes; foi construída em um complexo térreo cercado por alambrado e divide o mesmo estacionamento com um Conselho Tutelar. Na antessala, têm-se algumas cadeiras para recepção, um banheiro, uma mesa e cadeira para os

vigilantes terceirizados. Após um corredor, existe uma sala pequena de atendimento individual e uma sala fechada maior. Nesta, são realizados os atendimentos em grupo na GEAMA 2; ali, há ar-condicionado, estante com livros, uma mesa redonda, uma mesa pequena com computador, e cadeiras em formato de círculo. No corredor à esquerda, existe a sala coletiva de toda a equipe socioeducativa, incluindo a gerência, com mesas, cadeiras e seus respectivos computadores. Ao final do corredor, têm-se um banheiro para uso geral e uma cozinha utilizada pelos servidores, com uma porta que dá acesso a uma área livre. Nesta, os adolescentes já fizeram o trabalho na horta como possibilidade de cumprimento de medida de PSC, desativada temporariamente no período da pesquisa.

Na GEAMA 2, os espaços de convivência coletiva para os adolescentes são a sala interna dos atendimentos em grupo e a horta. Os adolescentes também fazem do estacionamento um local de entrosamento e de conversas informais. A entrevista, observações participante dos encontros e o grupo focal, foram realizados na sala de atendimento em grupo.

A GEAMA 2 conduz encontros temáticos, com temas pré-definidos referentes aos eixos do SINASE, tais como: Saúde Mental; Família; Gênero; Saúde Bucal; Raça e Etnia; Cultura, Lazer e Esporte; e Vínculos Familiares. Os temas são discutidos, propostos e revistos pela equipe socioeducativa a cada término de ciclo, que geralmente dura entre 4 e 6 meses (sendo 6 meses o tempo mínimo de cumprimento de LA). Os encontros temáticos são realizados a cada 15 dias, por revezamento da equipe socioeducativa, que pode mediar ou trazer convidados externos para mediar os encontros grupais. Na GEAMA 2, os grupos são abertos, isto é, os adolescentes que vão sendo acolhidos vão participando dos encontros quinzenais até o término de cumprimento da medida socioeducativa de cada um.

3.6 Etapas de construção das informações de pesquisa

3.6.1 Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas narrativas (Jovchelovitch; Bauer, 2008; Gaskell, 2008; Yokoy de Souza; Branco; Oliveira, 2008) foram realizadas com 5 adolescentes que cumpriam Liberdade Assistida no Distrito Federal na época da pesquisa, antes de sua participação nos grupos oferecidos nas GEAMA 1 e GEAMA 2. A escolha de entrevistas narrativas como etapa metodológica se deu por serem amplamente empregadas em pesquisas nas áreas de ciências humanas e sociais e proporcionarem uma compreensão aprofundada da interação entre contextos socioculturais e experiências subjetivas e coletivas. Em sua execução, o entrevistado

é incentivado a compartilhar suas narrativas pessoais de forma aberta e completa, com foco nas suas significações e experiências.

Gaskell (2008), ao discorrer sobre as entrevistas, sejam elas individuais ou grupais, afirma que, na interação entre entrevistado e entrevistador, ambos estão envolvidos na produção de conhecimento. A entrevista é entendida enquanto interação interpessoal, em que existe troca de ideias e significados, com variadas realidades e percepções sendo exploradas e desenvolvidas. Em entrevistas narrativas, supera-se a lógica da entrevista pergunta-resposta e a redução do papel do entrevistado como mero informante de dados. Através da modalidade narrativa, a perspectiva do entrevistado, juntamente com sua própria linguagem, é mais bem expressada e explorada pelo entrevistador (Jovchelovitch; Bauer, 2008).

Segundo Jovchelovitch e Bauer (2008) existem fases na entrevista narrativa. Inicialmente, deve ser feita a preparação para a entrevista, que consiste em uma familiaridade do pesquisador com o campo de estudo; a exploração do campo pode incluir visitas prévias ao local e conversas informais, para apresentação do pesquisador para a instituição e para os entrevistados.

Após, seguem-se as fases de: iniciação; narração central; fase de perguntas; e fala conclusiva. De forma breve, na fase da iniciação da entrevista, deverá ser feita a formulação do tópico inicial para a narração. Em seguida, na narração central, o entrevistador deverá ter o cuidado de não interromper o entrevistado, utilizar-se de encorajamentos não-verbais para a continuação da narração, esperar os sinais claros de finalização da fala do entrevistado e questionar se ele tem algo mais a dizer após a narração.

Na fase de perguntas, essas devem ser realizadas de forma a incentivar maiores explicações do entrevistado, evitando-se o uso de “por quê?”, a discussão de contradições da fala do entrevistado, a dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes, pois esses pontos podem culminar em racionalizações. Por fim, na fase da fala conclusiva, com o gravador desligado, são permitidas perguntas do tipo “por quê”; acredita-se que as falas conclusivas também podem ser ricos materiais de análise. Sugere-se, ainda, que, imediatamente após o término da entrevista, o pesquisador tome notas e anotações (Jovchelovitch; Bauer, 2008).

Desta feita, o convite para a participação na pesquisa foi feito após o acolhimento inicial dos adolescentes e suas famílias pelas equipes de atendimento socioeducativo nas duas GEAMAs. As entrevistas individuais foram agendadas de acordo com a disponibilidade e o interesse dos participantes. Foram realizadas cinco entrevistas individuais nos meses de abril e maio de 2024, sendo quatro na GEAMA 1 e uma na GEAMA 2. Seguiram um roteiro

semiestruturado (Apêndice D) construído para a pesquisa, visando levantar as significações e experiências dos adolescentes com grupos, antes da sua participação nos grupos das GEAMAs. A duração das entrevistas variou entre 16 e 41 minutos, e foram gravadas com a autorização dos adolescentes. As entrevistas foram transcritas, com o auxílio do software pago Transkriptor; e suas transcrições pormenorizadamente corrigidas pela pesquisadora.

Os dados sobre as entrevistas podem ser visualizados no quadro abaixo:

Quadro 3 – Informações sobre as entrevistas feitas com os adolescentes nas GEAMAS

Codinome⁴	Idade	Local da entrevista	Data da entrevista	Duração da entrevista
Kauê	16 anos	GEAMA 1	30/04/24	28 minutos
Felipe	14 anos	GEAMA 1	30/04/24	41 minutos
Murilo	18 anos	GEAMA 1	07/05/24	16 minutos
Maycon	17 anos	GEAMA 1	14/05/24	20 minutos
Kevin	16 anos	GEAMA 2	17/05/24	25 minutos

Fonte: Elaborado pela autora.

3.6.2 Observações Participantes

O período da observação participante dos grupos realizados nas duas GEAMAs foi de abril a setembro de 2024. A duração de cada encontro grupal foi entre uma e duas horas. A quantidade de adolescentes nos grupos observados variou de quatro a dezessete adolescentes por encontro. O registro das observações foi feito pela pesquisadora por meio de diário de campo, destacando falas e dinâmicas significativas que ocorreram no contexto grupal.

A observação participante dos encontros grupais ocorridos nas GEAMAs visou analisar interações, diálogos e trocas interpessoais ocorridas durante o processo grupal vivenciado por adolescentes/jovens em atendimento socioeducativo. A observação participante pode ser definida como o processo em que o pesquisador se engaja in loco, com o objetivo de desenvolver um entendimento científico de uma associação humana em sua situação habitual, se propõe a desenvolver um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo (Lofland; Lofland, 1984; May, 2001; Peruzzo, 2017).

May (2001) argumenta que, através da observação participante, o pesquisador está mais aberto para aprender sobre aquela realidade social, em comparação com outros métodos de

⁴ Os nomes dos adolescentes foram alterados para preservação de suas identidades.

pesquisa. O pesquisador deve se perceber enquanto um participante ativo, consciente do seu envolvimento em seu contexto de pesquisa e da atuação mútua entre pesquisador e participantes do estudo e suas respectivas interpretações de situações sociais. Gonçalves (2023) afirma a posição privilegiada do pesquisador na observação participante, uma vez que esta permite ao mesmo submergir-se de forma irrestrita no campo e/ou objeto de investigação, como parte integrante do universo que está sendo observado.

Em pesquisas qualitativas em ciências humanas e sociais, a observação participante é uma relevante técnica em que o pesquisador se integra ativamente ao seu contexto de pesquisa, participa das suas atividades e interage com os participantes, de modo a aprofundar e contextualizar suas interpretações e análises. O observador participante realiza racionalizações reflexivas, inclusive sobre o seu próprio engajamento no contexto de pesquisa (May, 2001).

Em se tratando desse engajamento, como trabalhadora do sistema socioeducativo que se via agora como pesquisadora, me deparei com desafios que me levaram a reflexão de qual o lugar e papel enquanto pesquisadora, afinal, que papel é esse? E ainda como observadora participante, há que se observar ou participar “mais”, durante os processos grupais? O papel é de observadora? De participante? Como participar, sem interferir no processo e na condução dos demais colegas mediadores presentes? É possível uma não interferência no processo e condução, ou isso é uma falácia que a ciência positivista nos prega? É possível a apropriação de algum papel de pesquisadora, ou se trata de ir descobrindo e redescobrando durante o processo, que é por si só, mutável?

Ademais, há que se revelar a angústia em campo de desejar tanto os dados de pesquisa, a ponto de não me permitir, em um primeiro momento, estar aberta ao que o campo tinha para proporcionar. Sobre isso, Araujo e Oliveira (2010) esclarecem que não existe conhecimento a priori, sendo ele construído dentro de uma temporalidade e “infectado” pelo contexto sociocultural, no qual o pesquisador constrói conhecimentos dentro das interpretações socialmente estabelecidas e dentro de seus limites e possibilidades (Madureira; Branco, 2005). Isto é, enquanto pesquisadores, adentramos o campo munidos de saberes prévios, experiências e subjetividades que orientam nosso olhar, contudo, o conhecimento produzido na pesquisa não é dado de antemão; ele se constitui no processo, sendo também atravessado pela presença e atuação do próprio pesquisador. Assim, a investigação implica lidar com o imprevisível e com o caráter processual da construção do conhecimento, que emerge e se transforma à medida que as interações no grupo se desvelam e novos sentidos são construídos coletivamente. A sensação de não existir o conhecimento a priori nos coloca nessa posição do desconhecido, de não saber

exatamente o que se espera; nos leva a questionar sobre como lidar com aquilo que se apresenta ao longo do engajamento como pesquisadora no campo, a não ser enquanto o processo vai se desvelando.

Deparei-me, quando optei pela observação participante de processos grupais, com complexas questões: Como se apreende um processo? Como se observa um processo, em movimento? Como será possível ver o seu “resultado”? Sobre isso, afirmam Schossler e Carlos (2006) que, ao colocarmos como “objeto” de pesquisa aquilo que é da ordem do inconstante, nos colocamos em uma posição permanentemente defasada em relação a ele. Nesse sentido, a natureza inconstante e transformadora do processo grupal desafia a pesquisa tradicional. A tentativa de apreender o inapreensível gera um "atraso" discursivo, pois o processo está sempre em movimento, adiante de nós, transcendendo as tentativas de captura e representação (Schossler; Carlos, 2006).

Tendo por base essas reflexões, concordamos com Oliveira e Madureira (2014) que, em referência a Araújo e Oliveira (2010), afirmam que a produção do conhecimento psicológico – e aqui podemos afirmar do conhecimento científico como um todo em processo de pesquisa – torna-se um processo dialógico. Este não consiste na posição privilegiada de um/a pesquisador/a onisciente sobre um objeto inerte, mas que “caracteriza-se como uma viva produção intersubjetiva, na qual cientista e participantes negociam a construção de conhecimentos, em bases semióticas distintas, mas interdependentes” (Oliveira; Madureira, 2014, p.6).

Na perspectiva da complexidade, sujeito, grupo e contexto social são constitutivos uns dos outros, produzindo-se mutuamente. Essa relação dialógica, sistêmica e complexa revela a incompletude, a instabilidade e a incerteza inerentes às interações humanas (Alves; Seminotti, 2006). Sendo assim, a análise do grupo exige a consideração de suas múltiplas dimensões, através de movimentos de classificação e associação, disjunção e complexificação para dar conta do fenômeno observado. E, mesmo assim, com o reconhecimento da incerteza e da incompletude do conhecimento, já que a história do grupo é construída na articulação entre acontecimentos e necessidades individuais e coletivas (Alves; Seminotti, 2006).

3.6.2.1 Grupo “Uso abusivo: que brisa é essa?” – GEAMA 1

O grupo teve como temática central o uso de drogas sob a perspectiva de redução de danos e foi conduzido por uma estagiária de serviço social da UnB sob supervisão de uma servidora assistente social da GEAMA 1. Além das duas, participei do grupo junto com: dois

estagiários de Psicologia da UnB; uma estagiária e um acadêmico do curso de Turismo e um estagiário do Programa Jovem Aprendiz da GEAMA. O nome do grupo foi denominado “Uso abusivo: que brisa é essa?” pela estagiária, juntamente com a servidora, em alusão a uma frase dita por um adolescente em um grupo anterior.

De forma geral, o processo grupal foi sendo desenvolvido de forma fluida e os adolescentes se mostraram bastante participativos nos encontros, engajados nas reflexões temáticas e com mais presenças do que faltas. Ocorreram 10 encontros do Grupo, entre maio e junho de 2024; utilizaram-se oficinas, filmes e atividades ao ar livre. No quadro abaixo, é possível visualizar detalhes sobre o Grupo:

Quadro 4 – Informações sobre o Grupo “Uso abusivo: que brisa é essa?” da GEAMA 1

Nº do encontro	Data	Tema do encontro	Mediadores	Nº de adolescentes	Presença da pesquisadora
1	07/05/24	Apresentação e Acolhimento	GEAMA 1	11	SIM
2	14/05/24	O que são drogas lícitas	GEAMA 1	8	SIM
3	21/05/24	O que são drogas ilícitas	GEAMA 1	12	SIM
4	28/05/24	Exibição do filme “O bicho de sete cabeças” – Parte 1	GEAMA 1	9	NÃO
5	04/06/24	Exibição do filme “O bicho de sete cabeças” – Parte 2	GEAMA 1	11	SIM
6	11/06/24	Gincana – Parque ao ar livre	GEAMA 1	6	SIM
7	13/06/24	Uso abusivo de drogas e impactos na saúde	Psicóloga FIOCRUZ	2	NÃO
8	18/06/24	Oficina Redução de danos	Coletivo RD Bateu	8	NÃO
9	20/06/24	Agro florestamento e redução de danos	Espaço Aroeira	7	NÃO
10	25/06/24	Passeio Lazer – Turismo Social	UnB	7	NÃO

Fonte: Elaborado pela autora.

Este foi o primeiro grupo observado na pesquisa. Por ele, vivenciei um processo de racionalização reflexiva sobre meu engajamento no contexto da observação participante (May, 2001). Nesse momento, ainda me percebia nesse lugar de pesquisadora, com as indagações

sobre a própria observação participante, já partilhadas anteriormente. Houve um movimento de preocupação excessiva com a coleta de dados, o qual pode ter contribuído para que minha presença se tornasse mais observadora que participante. A preocupação com a necessidade de “coletar” dados assumiu centralidade, em detrimento da abertura ao campo e ao que o grupo poderia desvelar. Na ânsia de querer estar presente, reduzi, paradoxalmente, minha efetiva presença. Dessa forma, foi uma escolha metodológica me ingressar em mais um grupo na GEAMA 1, que ocorreu em seguida na unidade: o grupo “Oficina de Tatuagem”.

3.6.2.2 Grupo “Oficina de Tatuagem” – GEAMA 1

No segundo grupo que participei, intitulado aqui como “Oficina de Tatuagem”, tive a oportunidade de atuar como mediadora nos encontros, em parceria com um tatuador, convidado pela unidade e financiado pela Fundação de Apoio à Cultura (FAC), e com outra servidora da unidade socioeducativa, também assistente social. O objetivo foi refletir sobre aspectos históricos, sociais e críticos da tatuagem, bem como repassar técnicas iniciais e básicas sobre a arte de tatuar, através de atividades práticas. O grupo contou com 10 encontros realizados entre junho e agosto de 2024 na GEAMA 1, incluindo oficinas, palestra com rapper, passeio externo, e grupo avaliativo ao final, conforme quadro abaixo:

Quadro 5 – Informações sobre o Grupo “Oficina de Tatuagem” da GEAMA 1

Nº do encontro	Data	Tema do encontro	Mediadores	Nº de adolescentes	Presença da Pesquisadora
1	03/07/24	Apresentação e Acolhimento	Tatuador	8	NÃO
2	05/07/24	História da Tatuagem	Tatuador	7	NÃO
3	10/07/24	Teoria da Tatuagem	Tatuador	8	NÃO
4	13/07/24	Revisão História e Teoria da Tatuagem	Tatuador, servidora GEAMA 1 e pesquisadora	4	SIM
5	17/07/24	Passeio Palestra GOG ⁵	GOG e educador social	8	SIM

⁵ Genival Oliveira Gonçalves, o GOG, é *rapper*, cantor e escritor. Nasceu em Sobradinho-DF. É considerado um dos pioneiros do hip-hop brasileiro, um dos *rappers* mais premiados do hip-hop brasileiro e também poeta do rap nacional.

6	19/07/24	Fazendo Silicone	Tatuador, servidora GEAMA 1 e pesquisadora	7	SIM
7	24/07/24	Iniciando com as máquinas de tatuar	Tatuador, servidora GEAMA 1 e pesquisadora	7	SIM
8	26/07/24	Tatuando no silicone	Tatuador, servidora GEAMA 1 e pesquisadora	6	SIM
9	31/07/24	Grupo Focal Avaliativo	Pesquisadora e servidora GEAMA 1	5	SIM
10	02/08/24	Encerramento	Tatuador, servidora GEAMA 1 e pesquisadora	5	SIM

Fonte: Elaborado pela autora.

A dinâmica grupal foi considerada agitada pelos profissionais da GEAMA 1, pois o grupo resistia ativamente às regras da instituição e houve, inclusive, episódio de conflito entre dois adolescentes. Em diversos momentos, o manejo do grupo requereu pausas para sensibilizar os adolescentes sobre o respeito para com os servidores e à instituição como um todo, pontuando-se regras de convivência grupal e reflexões coletivas sobre comportamentos inadequados entre os adolescentes.

Apesar dos desafios, neste grupo, enquanto pesquisadora, me percebi mais ativa, atuante e pertencente ao grupo e campo de pesquisa. Isso pode ter sido propiciado, dentre outras variáveis, pelos fatos de, além de estar no segundo grupo como observadora participante e, portanto, estar mais familiarizada e mais imersa etnograficamente no campo de pesquisa, de ter sido convidada a mediar o grupo, colaborando com o tatuador e a servidora da GEAMA 1. Essa mediação se deu de forma a conduzir o grupo segundo o planejamento proposto pelo tatuador, considerando as atividades teóricas e práticas relacionadas à arte de tatuar. Ademais, juntamente com a servidora, ao longo do processo propomos outras atividades que foram realizadas com o grupo e atuamos de forma intencional na escuta e na construção de significações com os adolescentes diante das falas emergidas. Nesse sentido, considero que houve significativa mudança de uma observação participante para um processo de pesquisa participante, uma vez que na medida em que se produzia conhecimento e observava a realidade, transformava-a.

Como apontado por Schossler e Carlos (2006), para uma análise profunda e consistente de processos grupais, não se pode renunciar à implicação subjetiva do pesquisador: “uma vez que investigar ou conhecer o processo grupal é pesquisar a mobilidade, a transformação, o

pesquisador deve estar afeito a também fazer parte dessa transformação, a também compartilhar dos agenciamentos que ocorrem” (p.166).

Concordamos com Arraes (2019) e Brandão (1984) que defendem o compromisso ético e político de fazer pesquisa participante; para que, além de conhecer a realidade via observação, o pesquisador possa intervir e transformar a realidade por meio da sua participação em campo. Nesse sentido, nesse movimento de ir e (de)vir da pesquisa, foi se percebendo a importância de estar ali como pesquisadora ativa.

3.6.2.3 Atividade Coletiva “Eixos do PIA” – GEAMA 2

Realizei observação participante do terceiro e último grupo desta pesquisa, ocorrido na GEAMA 2, denominado aqui como “Eixos do PIA”, em alusão aos temas dos encontros grupais serem oriundos dos eixos previstos no SINASE. Este grupo, que parece ter se tratado não de um grupo propriamente dito, que considera a existência de formação de vínculos, pertença, e transformação de interesses em comum (Martín-Baró, 1989), mas sim de atividade coletiva, no qual os adolescentes se reuniam de forma quinzenal e, por vezes, esporádicas, tendo em vista as ausências ocorridas. Os temas previamente definidos, contaram com a observação participante de 5 encontros, ocorridos entre os meses de abril e setembro de 2024, organizados em frequência quinzenal, prioritariamente, conforme detalhado no quadro abaixo:

Quadro 6 – Informações sobre as atividades coletivas “Eixos do PIA” da GEAMA 2

Nº do encontro	Data	Tema do encontro	Mediadores	Nº de adolescentes	Presença da Pesquisadora
1	03/04/24	Saúde Mental	Psicóloga convidada externa	5	SIM (Tarde)
2	24/04/24	Raça e Etnia	Servidoras GEAMA 2	17	SIM (Tarde)
3	22/05/24	Sexualidade	Unidade Básica de Saúde	8	SIM (Tarde)
4	05/06/24	Família	Pesquisadora	5	SIM (Manhã)
5	11/09/24	Profissionalização	Servidoras GEAMA 2	3	SIM (Manhã)

Fonte: Elaborado pela autora.

Na atividade coletiva “Eixos do PIA” com encontros temáticos e viabilizados de forma aberta a receber os adolescentes à medida em que adentravam a gerência em meio aberto,

contou com a participação entre 3 e 17 adolescentes. Os adolescentes, principalmente os menos faltosos, se mostraram abertos, atentos e colaborativos com as reflexões propostas, muitas vezes compartilhando suas experiências pessoais no grupo. Os mesmos temas eram propostos nos encontros grupais realizados na GEAMA 2 no período da manhã e da tarde, de forma a abarcar os adolescentes no contraturno escolar. Ficou a meu critério escolher um dos períodos, ou os dois, para estar presente nos encontros temáticos “Eixos do PIA”.

Os temas previstos geralmente compõem o período entre 4 e 6 meses e, dessa forma, cerca de 8 encontros/temas em média, são realizados a cada ciclo. Além dos 5 encontros observados na pesquisa descritos no quadro acima, os temas Gênero; Saúde Bucal e; Cultura, Lazer e Esporte estavam previstos no ciclo, mas que não foram observados por exceder o tempo proposto para coleta de dados.

Nesse grupo, as inquietações quanto às questões de observar “ou” participar estavam mais elaboradas internamente e foi possível experienciar os dois movimentos com mais intencionalidade. Em um dos encontros no período da manhã, cuja temática era “família”, pude colaborar com duas servidoras da equipe da GEAMA 2 na condução grupal, a pedido das mesmas, em mediar de forma intencionalizada e planejada sobre a temática proposta.

3.6.3 Grupos Focais

Após o último encontro dos três grupos de atendimento socioeducativo desenvolvido pelas GEAMAs, realizaram-se três grupos focais com os adolescentes, com o objetivo de ouvir suas experiências e coconstruir (re)significações sobre os atendimentos em grupo do qual participaram ao longo do cumprimento da medida socioeducativa. Os grupos focais seguiram uma condução semiestruturada, a partir de um roteiro formulado para a pesquisa (Apêndice E), que foi organizado em três momentos: 1) apresentação do grupo, boas-vindas e sensibilização; 2) desenvolvimento do grupo e aprofundamento de discussões, mediadas por técnicas de grupo e recursos estéticos; e 3) avaliação e encerramento, com sínteses das discussões, comentários finais e agradecimentos. A duração dos grupos focais foi entre 43min e 1h30 e foram registrados por meio de gravadores de áudio do próprio celular da pesquisadora.

Segue abaixo os dados compilados sobre os grupos focais realizados:

Quadro 7 – Informações sobre os grupos focais

Grupo Focal	Data	Mediadores	Local	Nº de adolescentes	Duração do grupo
-------------	------	------------	-------	--------------------	------------------

Uso abusivo: que brisa é essa?	09/07/24	Pesquisadora, servidora (1) GEAMA 1 e estagiária GEAMA 1	GEAMA 1	2	43 minutos
Oficina de tatuagem	31/07/24	Pesquisadora e servidora (2) GEAMA 1	GEAMA 1	5	48 minutos
Eixos do PIA	02/10/24	Pesquisadora	GEAMA 2	4	1 hora e 30 minutos

Fonte: Elaborado pela autora

Além dos três grupos focais, foi feita a gravação do último encontro da “Oficina de Tatuagem”, após a autorização dos adolescentes, por entender se tratar de um encontro de avaliação a ser realizada conjuntamente com os adolescentes.

O grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa que envolve a realização de discussões em grupo, em geral, de 6 a 10 pessoas que compartilham vivências semelhantes (Dias, 2000); no caso da pesquisa, adolescentes que cumprem medida socioeducativa de Liberdade Assistida. O grupo focal objetiva investigar as significações, posicionamentos e experiências dos participantes. O moderador do grupo orienta as discussões coletivas, de modo a estimular o diálogo entre os membros do grupo sobre o tópico que foi selecionado como foco da análise coletiva e a garantir a participação de todos.

A interação no grupo focal propicia problematizações sobre um tema ou foco específico e há autores que aproximam o grupo focal da entrevista em grupo (Backes *et al*, 2011). Segundo esses autores, os encontros do grupo focal possibilitam a exploração de diversos pontos de vista, reflexões sobre determinado fenômeno social, e a elaboração de vocabulário próprio e perguntas próprias (e a busca de respostas para estas). Dessa forma, o grupo focal pode atingir um nível reflexivo, alcançando dimensões de entendimento inexploradas, que outras técnicas convencionais de coletas de dados não conseguem acessar (Backes *et al*, 2011).

O grupo focal é, de acordo com Dias (2000, p.3), uma técnica de coleta de dados cujo objetivo é “identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade”. A autora ainda esclarece que, para o êxito dessa técnica, é necessário ter um objetivo de pesquisa bem definido, um planejamento prévio da discussão a ser realizada, uma independência e uma habilidade do moderador em mediação de grupos focais. Souza (2013), em sua contribuição sobre o grupo focal na perspectiva da socioeducação em meio aberto, afirma que essa técnica metodológica, além de levantar informações qualitativas para a pesquisa, permite um ganho pedagógico para os participantes,

ao fomentar a continuidade de processos de reflexão e diálogo e potencializar interações grupais.

3.6.3.1 Grupo Focal “Uso abusivo: que brisa é essa?”

O grupo focal “Uso abusivo: que brisa é essa?” foi realizado em 09 de julho de 2024, aproximadamente duas semanas após o encerramento do grupo, cujo último encontro, em 25 de junho, incluiu um passeio à Universidade de Brasília na proposta de turismo social. Para esse momento de avaliação e reflexão através do grupo focal, estiveram presentes dois adolescentes, a estagiária de serviço social — que acompanhou e conduziu os encontros ao longo do processo — e a assistente social da GEAMA 1. O encontro, marcado por um clima de partilha e diálogo, teve duração de 43 minutos.

Construímos significações com adolescentes sobre o atendimento em grupo no contexto do grupo “Uso abusivo: que brisa é essa?” e sobre grupos anteriormente vivenciados na GEAMA 1. Emergiram temas sobre o trabalho e estágio remunerado enquanto possibilidade de cumprimento de medida socioeducativa; dificuldades de conviver com adolescentes de territórios diferentes; deslocamento de casa para a ida ao grupo; uso de drogas e redução de danos.

Foi pensado para o grupo focal, a presença da maioria dos adolescentes que haviam participado do grupo “Uso abusivo: que brisa é essa?”. No entanto, o lapso temporal entre o último encontro do grupo (25 de junho de 2025) e o grupo focal proposto (09 de julho de 2025), parece ter afetado a participação dos adolescentes, no total de duas presenças. Além disso, os adolescentes parecem ter assimilado que os encontros do grupo haviam encerrado e, mesmo com o convite para a participação do grupo focal para a pesquisa, a maioria não compareceu.

Apesar do atraso temporal e da baixa quantidade de participantes, o momento com os dois adolescentes se mostrou rico, reflexivo e transformador de subjetividades. Convém pontuar que o processo grupal não depende apenas da quantidade de participantes. O que determina se o grupo vai ser capaz de proporcionar reflexões e se constituir como grupo é a qualidade das relações ali estabelecidas e a sensação de pertencimento. Sobre isso, Alves e Seminotti (2006) dizem que, mais importante do que o número de pessoas, é o fato de se organizarem de modo que possam se ver e ouvir uns aos outros.

3.6.3.2 Grupo Focal “Oficina de Tatuagem”

O grupo focal “Oficina de tatuagem” foi realizado no dia 31 de julho de 2024 e teve a duração total de 48 minutos. Compareceram os 5 adolescentes que já vinham se mostrando assíduos ao grupo e contou com a presença da servidora da GEAMA 1, que acompanhou o grupo ao longo dos encontros. Acordamos que o grupo focal seria feito em um encontro antes de encerrar o grupo, devido à agenda do tatuador, que não poderia estar presente para a condução da oficina.

Não foi possível fazer o fechamento proposto para o grupo focal, que era resumir em uma palavra o que o grupo “Oficina de tatuagem” significou para eles, uma vez que os adolescentes constantemente se levantavam e mexiam nos instrumentos musicais disponíveis na sala. O movimento do grupo sinalizou outro caminho e passamos, então, para a customização da camiseta a ser entregue ao tatuador no último encontro que aconteceria dentro de alguns dias, em agradecimento pela oficina. Nesse momento, de atividade prática, os adolescentes mantiveram-se agitados, porém, mais engajados na atividade proposta.

Ao avaliarem como foi para eles a participação no grupo “Oficina de tatuagem”, os adolescentes destacaram as amizades que construíram no grupo e a necessidade de trabalho e/ou de terem estágio remunerado como outra forma de cumprimento da medida socioeducativa. Na ocasião, mencionei o conflito ocorrido entre dois adolescentes em um dos encontros do grupo, de forma a propiciar a possibilidade de elaboração e reflexão da situação emergida.

De maneira geral, este grupo focal seguiu uma condução animada, agitada e houve pouca adesão ao que se planejou inicialmente para o encontro. Tendo em vista a dinâmica dos encontros anteriores, apesar do relato de sentimento de frustração por parte da servidora assistente social com quem conduzia o grupo, nossas expectativas estavam alinhadas para a aceitação do grupo tal como ele se mostrava naquele dado momento e contexto.

3.6.3.3 Grupo Focal “Eixos do PIA”

O grupo focal “Eixos do PIA” foi realizado na GEAMA 2, no dia 02 de outubro de 2024, o qual mediei sem a participação de servidores da GEAMA e/ou convidados. Estiveram presentes quatro adolescentes e o grupo durou uma hora e trinta minutos.

Este grupo focal se mostrou um espaço rico de reflexões e falas, no qual os adolescentes se mostraram bastante atentos e engajados nos diálogos, com livre circulação de falas e com interações entre si. Houve o compartilhamento de experiências e de significações deles sobre o

atendimento socioeducativo em grupo e sobre a atividade coletiva “Eixos do PIA”. Os adolescentes reconheceram a importância do grupo como um espaço de apoio e troca de experiências ao longo do atendimento socioeducativo ofertado pela GEAMA 2, mas com a ressalva de que há a incômoda sensação da obrigatoriedade por se tratar de cumprir medida socioeducativa.

Também emergiram temas diversos, como: a relação dos jovens com a escola e dificuldades em conciliar estudo e trabalho; a busca por independência financeira e o trabalho informal na forma do tráfico de drogas; a relação dos adolescentes com seus "patrões" no tráfico; o uso de substâncias psicoativas; a experiência de roubo (como autores e como vítimas); o detalhamento de vivências no contexto de atos infracionais etc.

Ao final do grupo, após o lanche, diferente dos outros encontros observados anteriormente, os adolescentes espontaneamente deixaram suas marcas, através de assinaturas e desenhos, na parede-quadro da GEAMA 2. Isto pode ser um sinal de que os adolescentes passaram a se sentir mais pertencentes àquele espaço.

3.7 Procedimentos de análise das informações construídas

Os indicadores empíricos das entrevistas, das observações participantes e dos grupos focais foram tratados a partir da proposta de análise de núcleos de significação de Aguiar e Ozella (2006, 2013). Estes autores assumem a premissa de mútua constituição entre indivíduo e sociedade da perspectiva sócio-histórica; assim sendo, as análises devem contextualizar as significações construídas empiricamente em suas dimensões sociais, históricas e políticas.

A análise de núcleos de significação consiste, primeiramente, em uma leitura flutuante de todo o material empírico da pesquisa, para a apreensão de pré-indicadores, com atenção aos objetivos da pesquisa. Pré-indicadores também podem ser levantados a partir de critérios como frequência nas narrativas, carga emocional, insinuações e contradições. Em seguida, foi realizada a construção dos indicadores da pesquisa, pela aglutinação dos pré-indicadores, por sua similaridade, complementaridade ou contraposição.

Na sequência, segundo Aguiar e Ozella (2006, 2013), inicia-se a fase de análise propriamente dita, em que os indicadores são organizados em núcleos de significação. Esses autores recomendam que os núcleos sejam nomeados a partir dos enunciados dos participantes da pesquisa, de modo que explicitem o processo e o movimento do participante dentro dos objetivos do estudo (Aguiar; Ozella, 2013). Por fim, foi realizada a análise dos núcleos de significação construídos, por meio da análise intra-núcleo e inter-núcleo. Nessa análise, as

significações devem ser articuladas com o contexto histórico, social, político e econômico, bem como à base teórica e aos objetivos da pesquisa (Aguiar; Ozella, 2013).

Triangulou-se a análise dos núcleos de significação das três fases da pesquisa (entrevistas individuais, observação participante e grupos focais), como modo de investigar as significações dos adolescentes/jovens sobre o atendimento socioeducativo ofertado em grupo. As análises buscaram refletir sobre as potencialidades do atendimento socioeducativo em grupo para a promoção do desenvolvimento dos adolescentes/jovens e para a garantia de seus direitos no contexto das medidas socioeducativas ofertadas em meio aberto. Desse modo, foram elaborados 05 núcleos de significação:

1. “Por mais que seja legal, ainda assim é chato, que é uma obrigação”;
2. “O pessoal é de boa!”;
3. “O individual é paia... Em grupo (...) vai em sincronia...” ;
4. “Achei que seria maior paia (...), mas depois vi que é bom”; e
5. “A bagunça!”: Interesse da instituição versus dos adolescentes;

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Núcleo de significação – “Por mais que seja legal, ainda assim é chato, que é uma obrigação.”

Manoel.: “Vocês é de boa, o problema não é com vocês não, o problema é... o cumprimento.”

Washington.: “A obrigação.” (complementando a fala do colega.)

Yuri.: “Nóis tem que sair do nosso comum, da nossa correria, para ter que vir aqui”. (finalizando a discussão).

(Grupo focal “Eixos do PIA” – GEAMA 2)

Washington.: A medida socioeducativa eu escolhi a palavra dificuldade. (...). O bagulho é doido. Difícil é vir pra cá também. Às vezes nós tá tipo fazendo um compromisso, aí tem que ir deixar com o nosso compromisso pra poder vir pra cá.

(Grupo focal “Eixos do PIA” - GEAMA 2)

Kauê.: Aí eu penso assim, aí já tem, tem umas pessoas que age de um jeito, outra pessoa que age de outro, tem pessoa que fala “Ah, não vou ficar indo pra GEAMA”, aí vai, Pina piora, a polícia pega na rua, vai preso. Eu já penso, não, vou ir ficar pelo menos cumprindo na GEAMA lá, que eu não vou voltar lá para dentro. Não vou. Não vai agravar mais o meu negócio já. Isso era para eu estar cumprindo lá dentro, tô cumprindo aqui fora... Não, não, vou vacilar para que? Ficar de boa!

(Entrevista Kauê – GEAMA 1)

Vagner.: “É o jeito, tem que cumprir... Vacilou feio? Tem que cumprir. O povo fala que não vai cumprir, sei lá o quê, mas não cumpre não pra ver...”

(Grupo focal “Uso abusivo: que brisa é essa?” – GEAMA 1).

Sullivan.: Oxe! Eu gostei. Foi massa. Tinha que vir, né?! Não vou ficar faltando, tu é doido?!

(Grupo focal “Oficina de tatuagem – GEAMA 1)

As significações de adolescentes e jovens sobre o atendimento em grupo priorizaram a obrigação de cumprir a medida socioeducativa. Narraram se sentirem bem nos atendimentos em grupo, gostarem dos espaços de diálogo, de encontro com os colegas, da recepção dos profissionais que atuam nas GEAMAs. Ainda assim, há a ambivalência do sentimento de não querer ir à GEAMA, de se sentirem obrigados, de significarem a medida socioeducativa enquanto uma punição. Queixam-se de terem que cancelar seus compromissos e rotina pessoal para irem até a GEAMA e cumprirem a medida pela decisão do judiciário.

Em contraste com as medidas restritivas de liberdade, o espaço grupal em meio aberto configura-se como um lócus no qual, embora significado como “obrigação”, os adolescentes tendem a permanecer — “pelo menos cumprindo na GEAMA” — para evitar o retorno às unidades de privação de liberdade (“voltar lá para dentro”). Ainda que marcado pela obrigatoriedade, o cumprimento da medida em meio aberto é significado por eles como oportunidade de reflexão e responsabilização, em contraponto aos contextos privativos,

frequentemente percebidos como violentos — “só vai ver gente apanhando ou vai ter que bater em gente” — e violadores de direitos, nos quais prevalece uma lógica de sobrevivência em detrimento de vivências:

Kauê.: Ixi é triste, só opressão, só...só gente... e aí, e aí sim, pode contar que tem gente na maldade, tenta usar a gente, só maldade, só, só vê isso. A coisa que... que vai ali para passar um tempo ruim é isso, só história triste, só vai ver, só vai ver gente apanhando ou vai ter que bater em gente, ou como é que o (inaudível) trabalha, ou não sei o quê, não sei o quê lá, só história triste. (...) eu tava lá dentro aí eu... Tá no histórico. Só viver que nem um bicho.

(Entrevista Kauê – GEAMA 1, sobre os 45 dias de internação provisória)

Murilo.: Oxe, é a melhor coisa do mundo, filha. É doido tem nem comparação. Você poder sair, andar, ir pra onde você quiser. Tomar uma água... Pra mim, a maior riqueza é tomar uma água gelada. Chegar na minha casa, tomar um banho na água quente. Poder estar na minha casa, que é uma coisa que na cadeia você não pode fazer. Você ter que tomar banho ligando uma torneira pra tomar banho. Você ter que tomar uma água de uma garrafa (inaudível). Então, pra mim, isso é uma humilhação. E pra mim estar em liberdade assistida agora é a melhor coisa que eu... que eu posso ter, né, de estar com a minha família.

(Entrevista Murilo – GEAMA 1)

Mikael Victor.: Se eu ficar dois anos lá dentro, eu [inaudível]. Moço, o cara sai [inaudível], parceiro. Cheio de ódio. Sai só a revolta, parceiro.

(Grupo focal “Oficina de tatuagem” – GEAMA 1)

Dessa forma, apesar de também ser obrigatória, a medida socioeducativa em meio aberto (no caso, a Liberdade Assistida) é significada de modo mais positivo pelos adolescentes, em contraponto com as violações de direitos frequentes nos ambientes privativos de liberdade, significados como “cadeia” (sic). No entanto, Grassi *et al.* (2019) discutem de maneira crítica e reflexiva o trabalho grupal com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. As autoras pontuam que o trabalho em grupo, mesmo em contexto de privação de liberdade, ajuda a romper com a significação da medida socioeducativa pelos adolescentes como exclusivamente punitiva e busca a superação do estigma de fracasso frequentemente atribuído aos adolescentes e ao sistema socioeducativo.

Importante ressaltar nas narrativas dos adolescentes que cumprem LA, tais como “tenho que cumprir, né?”, “não vou ficar faltando!”, que eles se consideram pessoas responsáveis, que pretendem cumprir suas obrigações, inclusive a medida socioeducativa. Isso contrasta com os estereótipos negativos do senso comum que os significam como “rebeldes”, “contra a lei”, “vagabundos” (Rodrigues; Oliveira, 2016; Yokoy; Rodrigues, 2021). Ao contrário, os adolescentes demonstraram senso de responsabilidade e refletem que a medida socioeducativa

executada em meio aberto pode funcionar como oportunidade de dialogar, refletir, e se permitirem novas (re)visões.

No grupo focal “Eixos do PIA” da GEAMA 2, quando pedido ao final do encontro para que resumissem em uma palavra como significavam a medida socioeducativa e o grupo, afirmaram:

Manoel.: Chato (medida socioeducativa) e Apoio (grupo)
Ricardo.: Arrependimento (medida socioeducativa) e Satisfação (grupo)
Yuri.: Tédio (medida socioeducativa) e Perda de tempo (grupo)
Washington.: Dificuldade (medida socioeducativa) e Amizade (grupo)
(Grupo focal “Eixos do PIA – GEAMA 2)

Foi nítida a diferença da significação que os adolescentes fazem da medida socioeducativa como algo negativo, obrigatório e punitivo, em contraponto à significação que fazem do espaço grupal como um lugar de apoio, satisfação e socialização. Nesse sentido, quando são oferecidas formas de cumprir essa “obrigação” sem privação ou restrição de liberdade, de modo coletivo, favorecendo a socialização, os adolescentes parecem se sentir mais acolhidos e pertencentes às GEAMAS, além de se contribuir para processos reflexivos e de responsabilização.

Os dados apontam para a relevância de investimentos no atendimento socioeducativo realizado por meio de metodologias grupais, para além do atendimento individual, corroborando achados anteriores (Gurski; Stryzalski, 2018; Rodrigues, 2017; Rodrigues; Oliveira, 2018; Schmitt; Nascimento; Schweitzer, 2016). Rodrigues e Oliveira (2018), por exemplo, analisam que metodologias de atendimento socioeducativo em grupos no meio aberto catalisam reflexões sobre desigualdades de poder e diferenças em perspectivas de mundo inerentes ao grupo, bem como favorecem o engajamento ativo dos adolescentes e o desenvolvimento de estratégias negociação coletiva e tomada de decisão. Também Almeida, Marinho e Zappe (2021) enfatizam que dinâmica grupal em metodologias de atendimento socioeducativo configura-se como uma estratégia eficaz para facilitar a expressão subjetiva, estimular processos reflexivos, analisar criticamente questões sociais e institucionais, ressignificar o ato infracional e elaborar projetos de vida.

Dentre as múltiplas causas que inviabilizam o cumprimento da medida socioeducativa dos adolescentes o deslocamento, transporte, a falta de recursos financeiros, parece ser um deles:

Jardel.: Eu vim pra cá, menina, o difícil é vim pra cá. O difícil é vim pra cá, tem dias que não dá pra vim não, eu moro lá no (nome da cidade), é por isso que eu chego atrasado. (...) Hoje eu vim de ônibus. Porque o meu cartão é emprestado, porque o

meu bloqueou. (...) O meu bloqueou, acho que foi porque minha mãe estava usando. Não sei se foi isso, ela começou a usar porque precisava aí não sei se foi isso que bloqueou.

Pesquisadora: E você das outras vezes vem como?

Jardel: Oxi, eu venho de pé mesmo.

(Iniciou-se a conversa junto com outra servidora de quanto tempo dava andando e chegaram à conclusão que era bem mais de 20 minutos andando, se de forma rápida)

Jardel: Pra mim é, às vezes não dá pra (inaudível), as vezes não dá pra vim.

Pesquisadora: Ou chega atrasado, né? E às vezes a gente pode pensar assim: pow, o Jardel não tá dando...

Jardel: É, não é não, às vezes é que é (inaudível), né? Aí de repente tem que pedir o dinheiro pra minha mãe sendo que ela não tem... Aí se não dá, o jeito é ter que vir de pé...

(Grupo focal “Uso abusivo que brisa é essa?” GEAMA 1)

Pesquisadora: O que que foi mais difícil para vocês nos grupos?

Yuri: Vim.

Washington: Ter que vim.

Manoel: Também.

Ricardo: Ter que gastar dinheiro de passagem, vocês têm que patrocinar a passagem!

Adolescentes ao mesmo tempo: Tem que patrocinar a passagem, pô!

Yuri: Ó, falar a verdade aqui, muitas vezes eu venho é com o dinheiro do tráfico.

(Grupo focal “Eixos do PIA” GEAMA 2)

No DF, os locais de cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, as GEAMAs, procuram ser próximos às residências dos socioeducandos. Ainda assim, muitos dependem de transporte público ou privado para chegarem ao local. Dentre as múltiplas causas relatadas pelos adolescentes que dificultam o cumprimento da medida socioeducativa, destacam-se questões de acesso a transporte e mobilidade urbana, incluindo a falta de gratuidade de transporte e o longo (e possivelmente perigoso) deslocamento da residência até a GEAMA. Diante da carência de recursos financeiros muitos adolescentes relataram percorrer muitos quilômetros a pé ou utilizar bicicletas — próprias ou emprestadas de amigos — para garantir sua presença nos encontros grupais nas unidades socioeducativas.

Um adolescente chegou a justificar que trafica para obter renda para pagar o transporte para ir à GEAMA. Tal declaração revela uma profunda incongruência: diante da violação do direito constitucional ao transporte e da falta de recursos financeiros, o próprio deslocamento até o local de cumprimento da medida socioeducativa pode contribuir para a reiteração de práticas infracionais.

Esse paradoxo expõe a fragilidade das políticas de suporte ao atendimento socioeducativo e a necessidade de revisão estrutural das condições oferecidas aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Os processos grupais, reconhecidos por sua potência transformadora, só podem cumprir seu papel se houver condições concretas para que os adolescentes acessem esses espaços.

É urgente e necessário pensar em políticas públicas que garantam o transporte e a mobilidade dos adolescentes até os locais em que cumprem medidas socioeducativas. Isso é importante também para que acessem equipamentos públicos das diversas políticas públicas, a exemplo de serviços de saúde, educação, profissionalização, assistência social, esporte, cultura e lazer. Sem estas garantias, criam-se obstáculos para o atendimento socioeducativo e se compromete a cidadania dos adolescentes, enquanto sujeitos de direitos.

A Pesquisa Juventude e Integração Sul-Americana, coordenada por Abramo (2007), identificou que a necessidade de circulação e mobilidade nas zonas urbanas e rurais é uma das principais demandas dos jovens sul-americanos. Segundo o relatório, a circulação de jovens pela cidade é essencial para a experimentação e ampliação de redes de relações sociais e referências subjetivas, sendo esse um ponto ainda pouco abrangido pelas políticas públicas. O relatório aponta que os jovens demandam o direito à cidade, a possibilidade de transitar, acessar e usufruir equipamentos urbanos. A mobilidade urbana, através do acesso ao direito de ir e vir, à educação, aos bens culturais, ao esporte, lazer e trabalho, revela-se condição para garantia de outros direitos juvenis.

Cumpramos ressaltar que, muitas vezes, há o discurso de culpabilização desses adolescentes por sua ausência no atendimento socioeducativo em meio aberto, sendo, de forma expressa ou velada, rotulados de “desmotivados”, “irresponsáveis”, “sem interesse”. No entanto, tal narrativa ignora os obstáculos materiais que eles enfrentam, especialmente a uma falta de recursos financeiros e mobilidade para garantir sua presença nos espaços institucionais. Ora, se já se sabe que a maioria dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa integra famílias de baixa renda, deveria ser óbvio que a garantia de transporte urbano e seu acesso à rede de serviços públicos, incluindo os equipamentos em que cumprem medida socioeducativa, deveria ser um direito assegurado, e não uma barreira a mais.

4.2 Núcleo de significação – “O pessoal é de boa!”

Kauê: Tipo, questão do pessoal da GEAMA aqui, o pessoal sempre tratou bem, é de boa, pá. Eu gosto do pessoal daqui, mesmo eu não cumprindo medida (socioeducativa). Sempre vai ser a mesma sintonia, entendeu?
(Entrevista Kauê - GEAMA 1)

Maycon: Achava que era um local, tipo, chato. Mas é legal aqui, não é paia não. As conversas. Aí, tem lanche e tal. É tudo o contrário do que eu pensei. (...) Pow, pensava que era um local tipo chatão sabe? Um monte de gente chata e tal (...) Aí quando eu cheguei aqui... Mudou o meu ponto de vista; Foi bem melhor. (...) Pow, pegar no pé, tipo ser chato. Aqueles cara chato... Que tu não aguenta ver. Tipo aqueles professor chatão, sabe? (...) Entendeu, aí achava que ia ser isso, mas é totalmente ao contrário.

(Entrevista Maycon – GEAMA 1)

Murilo: Tipo, eu vim aqui no GEAMA, pah, conversar... Porque muitas das vezes as pessoas, elas... entram nisso porque não tem ninguém para conversar, não tem nenhum apoio, né? Aí elas... vai, desanda mesmo, rouba mesmo. Tem apoio de ninguém, vai fazer o quê? Tá nem aí.

(Entrevista Murilo – GEAMA 1)

Os adolescentes demonstraram em suas narrativas a importância das relações humanas e dos relacionamentos interpessoais existentes no atendimento socioeducativo. Enfatizaram, sobretudo, a forma acolhedora com que são recebidos e tratados pelos socioeducadores nas GEAMAs, em contraposição à forma preconceituosa e “chata” como costumam ser tratados nas escolas por outros educadores, por exemplo, por professores. Os adolescentes descreveram professores como figuras que os vigiam constantemente, os responsabilizam de forma seletiva por situações de indisciplina — ainda que outros estudantes também estejam envolvidos — e que reagem de maneira punitiva quando há questionamentos. Esse exemplo evidencia a percepção de experiências escolares marcadas por atitudes discriminatórias e preconceituosas, nas quais os adolescentes em LA se sentem injustamente visados.

Assim, antes de iniciar a medida socioeducativa e participar dos atendimentos em grupo, parece haver, entre os adolescentes, receios sobre como serão recebidos, tratados e percebidos pelos profissionais e pela instituição. O contato inicial positivo, portanto, provoca um sentimento de alívio ao constatarem que, no contexto da medida socioeducativa em meio aberto nos atendimentos em grupos, encontram equipes que demonstram postura respeitosa e receptiva, significando socioeducadores como um “pessoal que é de boa!”. Os adolescentes valorizaram o interesse dos profissionais das equipes socioeducativas por suas vidas, o apoio que davam para acessarem seus direitos e o incentivo a trocarem experiências com os outros adolescentes e com outras pessoas da comunidade ao longo das atividades em grupo nas GEAMAs.

Os dados evidenciam a importância do vínculo e da afetividade, para os processos grupais, em geral e no contexto socioeducativo. Martins (2003) salienta que os afetos permeiam as relações interpessoais de um grupo; a organização de um grupo não se resume às atividades e tarefas realizadas; também engloba as produções afetivo-emocionais, que moldam o clima relacional entre os membros no grupo e seu engajamento nas atividades propostas. Dessa forma, afirma a autora, ignorar a afetividade nas relações grupais seria negligenciar um aspecto fundamental para fortalecer a coesão do grupo e para compreender as ameaças à sua estabilidade.

Nesse sentido, notou-se nas narrativas dos adolescentes a importância que eles dão aos afetos no atendimento socioeducativo realizado em grupo, para que se sintam acolhidos e pertencentes ao processo grupal, ao grupo e à instituição que promove esses grupos. O adolescente Murilo considerou que a falta de apoio e de “conversas” são fatores que podem contribuir para o cometimento de atos infracionais e que o grupo lhe ofertava oportunidades de diálogos, afetos e apoio. Rodrigues e Oliveira (2016) salientam que o encontro entre adolescentes e profissionais do socioeducativo são oportunidades interpessoais de geração de conhecimentos, apropriação de significados e construções de subjetividades, que podem canalizar o desenvolvimento destes adolescentes em novas direções, divergentes da trajetória infracional. De modo similar, Yokoy e Rengifo-Herrera (2020) destacam a importância da dimensão afetiva, do diálogo, e de visões não criminalizadoras para a promoção do desenvolvimento de adolescentes em atendimento socioeducativo no país.

A forma como os profissionais das GEAMAs percebem os adolescentes é outro elemento importante para a construção das identidades juvenis. Os adolescentes em atendimento socioeducativos devem ser compreendidos como sujeitos de direitos e como pessoas em desenvolvimento (Brasil, 1990, 2012), e sua subjetividade não pode ser reduzida à infração praticada. Deve-se transpor o reducionismo da visão do adolescente como culpado/“o infrator”, o “bandido” ou como “vítima”/“o coitado”, o “vulnerável”, com vistas a vê-los como sujeitos autônomos, ativos e capazes de transformar suas realidades.

Cunha, Oliveira e Branco (2020) criticam reducionismos deterministas que, por um lado, afirmam a crença condenatória e individualizante sobre adolescentes em atendimento socioeducativo e, por outro, criticam crenças que atribuem as causas da infração juvenil a influências sociais, concebendo os adolescentes como vítimas e como alvos de piedade. Para estas autoras, ambos os reducionismos não promovem a reflexão, a responsabilização, nem o diálogo dos adolescentes em atendimento socioeducativo com socioeducadores. Para as autoras, além de compreender o ato infracional de forma complexa, estrutural e institucional, é preciso resgatar o papel ativo dos adolescentes, apostando em suas potencialidades de construir novos rumos em seu desenvolvimento e sentidos de suas existências.

Nesse contexto, é importante salientar alguns dos pressupostos dos serviços de atendimento nas medidas socioeducativas em meio aberto (Brasil, 2016) que se alinham fortemente com as metodologias de atendimento em grupo e com a noção cidadã de responsabilização no atendimento socioeducativo (Oliveira, 2016), como: o diálogo, a alteridade, o protagonismo juvenil, a reflexividade, a criticidade e a responsabilização

relacionada à garantia de direitos. Conforme evidenciado por Zanella, Lessa e Ros (2002), os processos grupais facilitam negociações e sínteses, construídas coletivamente, e catalisam a reconstrução identitária, novas dinâmicas relacionais e novas possibilidades desenvolvimentais.

Sobre a afirmação dos adolescentes em atendimento socioeducativo de que o “pessoal é de boa”, muitas vezes, ao serem indagados sobre suas opiniões em relação à equipe socioeducativa, aos grupos e outras questões relacionadas ao acompanhamento da socioeducação, costumam verbalizar respostas curtas, diretas e/ou monossilábicas. É necessário entender que esses adolescentes expressam muito mais do que aquilo que é vocalizado, de forma que seja preciso ir além das falas postas.

Para isso, é necessário estar presente no encontro socioeducativo (Costa *et al.*, 2011), observar atentamente e reflexivamente as relações interpessoais ali estabelecidas entre adolescentes e socioeducadores ao longo dos processos grupais, da historicidade da dinâmica de um dado grupo e da implicação com o contexto, reconhecendo que a compreensão dessas expressões se constrói de maneira processual, à medida que se estabelece vínculo e na inserção da dinâmica socioeducativa, seja na atuação profissional cotidiana, seja no exercício investigativo de pesquisa.

Assim, os espaços e processos grupais configuram-se como oportunidades privilegiadas para acessar sentidos, significações, desejos, necessidades e ideias desses adolescentes. Através dos grupos, desses espaços de compartilhamentos, dessas reflexões que são circulares, coconstruídas e ressignificadas, pode tornar-se possível aprofundar e compreender aquilo que os adolescentes dizem e aquilo que não dizem.

4.3 Núcleo de significação – “O individual é paia⁶... Em grupo (...) vai em sincronia”

Jardel: Eu sou, tipo, assim, social. Gosto de estar com pessoas, público, eu acho legal. Acho que o individual é paia. Tipo, a pessoa fica aí... tipo, igual tu, que fica conversando só, assim. Aí, a pessoa fica sem saber o que falar. (fazendo referência a uma servidora que estava com os adolescentes no grupo focal). Aí, agora, em grupo não. Em grupo, um fala; aí, o outro fala; aí, vai em sincronia....

Volner: O outro. Ele fala o que tu ia falar.
(Grupo focal “Uso abusivo: que brisa é essa?” GEAMA 1)

Maycon: Porque, num grupo, você fica mais descontraído, porque tem várias pessoas falando. Aí, você vai se soltando mais, entendeu? Aí, eu acho melhor. (No atendimento socioeducativo) individual, você fica mais preso. Até você se soltar, vai um bom tempo, Aí, em grupo, já é mais rápido, mais fácil. Mesmo tendo um monte de adolescentes, você se solta mais. (...) Para mim, tudo em grupo é melhor do que tipo um individual.

⁶ Gíria utilizada pelos adolescentes na pesquisa, para descrever algo que é “chato”, “ruim”, “sem graça”.

A maioria dos adolescentes afirmam que preferem o atendimento socioeducativo no formato em grupo em comparação com o atendimento individual. Dentre os vários elementos para esta preferência, estão: o fato de gostar de conversar, a descontração possibilitada pelo grupo e uma maior facilidade de falar, quando seus pares se expressam. O fato de ter outros adolescentes no grupo foi significado como um incentivo para que eles também possam se expressar e se identificar com os demais, compartilhando suas experiências.

As falas dos adolescentes Jardel sobre “sincronia” e Volner de que “O outro ele fala, o que tu ia falar”, por exemplo, mostram a importância da negociação de sentidos e significados (Vygotsky, 1991, 2009), da convivência coletiva e de identificações interpessoais (Abrantes; Gonçalves, 2023; Brenner; Dayrell; Carrano, 2005), que são essenciais nos processos desenvolvimentais humanos e na articulação coletiva das demandas socioassistenciais (Conselho Federal de Psicologia, 2012; Schmitt; Nascimento; Schweitzer, 2016).

Os adolescentes afirmam que o grupo e seus processos grupais são necessários para suas existências. Como ressalta Martín-Baró (1989), a estrutura grupal é essencial para a condição humana e atende às exigências e necessidades dos sujeitos. Martins (2003) afirma, ainda, que os grupos desempenham um papel fundamental na sociedade, atuando como espaços de reflexão individual e coletiva. Através da interação grupal, os indivíduos podem problematizar o cotidiano, desenvolver sua identidade psicossocial, estabelecer novos vínculos afetivos e expressar opiniões e sentimentos. Segundo ela, em grupos, a troca de experiências e informações, tanto do conhecimento espontâneo quanto do conhecimento científico (Vygotsky, 1990, 2009), promove o confronto de valores e a negociação de diferenças e semelhanças individuais, impulsionando os membros do grupo à ação.

A afirmação de Jardel, ao reivindicar espaço de expressão própria, evidencia a necessidade de reconhecer o protagonismo dos adolescentes no processo do grupo. Essas falas sinalizam a importância de que as vozes juvenis tenham centralidade no atendimento socioeducativo, em contraposição à predominância de discursos adultocentrados, marcados por lógicas jurídicas, demandas burocráticas e metodologias individuais (Arraes; Presotti, 2018; Grassi *et al.*, 2019; Gurski; Stryzykalsi, 2018). As falas dos adolescentes em suas entrevistas e nos grupos convidam a pensar que, no processo grupal, o grupo fala por si e que os profissionais devem criar condições favoráveis para que os adolescentes, enquanto sujeitos participantes dos processos, se engajem no compartilhamento e diálogo grupal.

Os adolescentes afirmam que, nos atendimentos individuais, ficam “sem saber o que falar” e o grupo quando fala, através de diversas falas, sobretudo de seus pares, propicia a emergência de suas próprias falas. Nesse sentido, Rodrigues e Oliveira (2018) enfatizam a importância da qualificação do acompanhamento socioeducativo, de modo que a atuação não se reduza ao atendimento individual dos adolescentes e à interação deles apenas com a equipe de socioeducadores. O que se percebe, através das narrativas dos adolescentes da pesquisa, é que existe demanda por atendimentos em grupo e, para isso, demanda-se também maior qualificação dos profissionais que ofertam atendimento socioeducativo em metodologias de grupo.

Um interessante fato observado ao longo dos meses da pesquisa foi que diversos adolescentes levavam amigos e colegas (que não cumpriam medidas socioeducativas ou que já haviam cumprido anteriormente) para os atendimentos em grupo em uma das GEAMAs, em especial, no acolhimento inicial, quando não conheciam ninguém e/ou quando ocorriam os passeios e atividades externas. Levar um amigo parece ser uma estratégia adotada pelos adolescentes para diminuir algum possível desconforto, ao irem a um local e a um grupo com pessoas ainda desconhecidas, e/ou para terem maior “segurança”, visto que em suas comunidades vivenciam diversas violências e rivalidades territoriais. Diversos adolescentes, conforme narrativas que serão descritas no próximo núcleo de significação, narraram ter perguntado a seus amigos que já tinham sido atendidos nas GEAMAs como era o serviço prestado na Liberdade Assistida e como era a atuação da equipe socioeducativa, antes de iniciarem seu acompanhamento nas GEAMAs.

Outro exemplo observado na pesquisa foi um interessante processo de diálogo entre os adolescentes dentro do transporte, na ida até o passeio que integrava a oficina de tatuagem. O adolescente Mikael levou um amigo seu, que era maior de idade, não cumpria medida socioeducativa e que vivenciou o contexto da prisão. Este jovem, por um lado, aconselhou os adolescentes a aproveitarem o atendimento socioeducativo da liberdade assistida visto que não soube aproveitar quando lhe foi imputada a medida na ocasião; por outro lado, também fez falas de incentivo a práticas infracionais “enquanto são de menor” (sic). Todos os que estavam no transporte conversaram sobre os conselhos dados pelo jovem naquele momento, negociando significados sobre as diferenças de sanções aplicadas a quem tem menos de 18 anos de idade (medidas socioeducativas) e as que são aplicadas após a idade penal (a exemplo do aprisionamento).

Os grupos promovidos pelas GEAMAs se mostraram um espaço relevante de produção de coletividades, de expressão subjetiva e de socialização de adolescentes em atendimento socioeducativo com outros atores comunitários, que não necessariamente estavam envolvidos com infrações. De acordo com o documento que apresenta as regras, diretrizes e princípios do SINASE (Brasil, 2006), os programas de atendimento socioeducativo, em meio aberto e em meio fechado, devem articular em nível local as políticas intersetoriais e construir “redes de apoio nas comunidades” (p.14), visando garantir o direito à convivência familiar e comunitária dos adolescentes.

A incompletude institucional é um dos princípios do SINASE; portanto, o máximo possível de serviços da comunidade deve ser mobilizados no atendimento socioeducativo. Isso é especialmente relevante nos programas de atendimento socioeducativo em meio aberto. Considera-se que, na liberdade assistida e na prestação de serviços à comunidade, “há maior efetividade de inserção social, na medida em que possibilitam uma maior participação do adolescente na comunidade, e, ao contrário das [medidas socioeducativas] mais gravosas, não implicam em segregação” (Brasil, 2006, p. 30). Além disso, no caso específico da liberdade assistida, contexto de realização da presente pesquisa, este “programa deve ser o catalisador da integração e inclusão social desse adolescente” (p. 44).

Dessa forma, é preciso que as Gerências de Atendimento em Meio Aberto abram suas portas à comunidade, transpondo medos, receios e estereótipos, para que os adolescentes, suas famílias e amigos(as) se apropriem desses espaços, potencializando redes de apoio, relações interpessoais diversificadas e intervenções coletivas. Observou-se que esse movimento no qual os adolescentes levam sua rede de apoio social e afetivo, representada aqui pelos seus amigos, depende de uma abertura – física e simbólica – da instituição socioeducativa, assim como da relação construída entre GEAMA e adolescentes, na qual estes sentem a aprovação dos socioeducadores para tal abertura.

Mesmo quando não havia abertura e aprovação para que essa rede adentrasse e ocupasse os espaços socioeducativos, se observou que os adolescentes levavam alguns amigos à GEAMA, os quais ficavam ali esperando o término do atendimento socioeducativo. Os adolescentes demonstram querer estar acompanhados, por seus pares, para além de acompanhados pela equipe socioeducativa.

O atendimento socioeducativo, conforme Oliveira (2016), se orienta ao futuro e suas metodologias de trabalho devem potencializar ressignificações de experiências passadas, reflexividade, responsabilização cidadã e a construção de novas possibilidades de vida para o

adolescente, sua família e sua comunidade. Nesse sentido, os grupos no atendimento socioeducativo das GEAMAs parecem ter sido significados pelos participantes da pesquisa como um contexto seguro e mediado pedagogicamente para estimular futuras conquistas dos adolescentes, especialmente relacionadas ao acesso a direitos e ao desenvolvimento de sua autonomia, cidadania e participação social e comunitária:

Jardel.: Eu recomendaria sim, o grupo pra outras pessoas. (...) Ué, porque é bom, né? Vê o pessoal do GEAMA... É bom, né? Ajudam as pessoas... As pessoas do meu lado, né, usa muitas drogas. Aí vem pra cá e salva um pouco mais, né? Uns recursos a mais um pouco, já... Faz ajudar a saúde também.
(Grupo Focal “Uso abusivo: que brisa é essa?” GEAMA 1)

Washington.: Escolhi a palavra “amizade” pro grupo. Ah, porque às vezes os caras fazem... Uns bagulho aqui, ó. Dá uma refletida. Aí sai lá fora, acende um beque e já esquece tudo (dos problemas).
(Grupo focal “Eixos do PIA” GEAMA 2)

Kevin: É bom, porque eu não fico parado, né? Só ficar em casa sem fazer nada, bom que eu vou falar esses negócios aqui.
(Entrevista Kevin – GEAMA 2)

Maycon.: Quando eu era menor, eu fazia UVE que era lá no galpão comunitário lá, tipo descendo um murão assim sentido Zilda lá e seguindo um murão retão uhum (...) que era tipo um negócio que fazia dança, capoeira, brincava e tal. Aí quando era menor, fazer isso era tipo aqui, era conversas e tal. Aí tinha lanche também, aí eu ia todo sábado. Eu tinha uns 10, 12 anos, que eu fiquei fazendo. Não tinha nada que era paia. Tudo, tudo eu gostava. Capoeira, dança, brincava. Era bom, jogava bola. Acabou a UVE, não tem mais, era de graça, era só chegar e ir. Era massa. Fazer amizade e tal era, era massa. Ainda mais para a idade que eu tinha, né? Era legal ficar brincando, então, ainda mais sábado, final de semana, melhor do que ficar na rua aí andando à toa. Era massa, só que fechou. Se não, eu fazia, fazia até hoje.”
(Entrevista Maycon – GEAMA 1)

Kauê: Às vezes, tipo, acontece uma coisa, para não, para não acontecer outra pior, entendeu? Aí tipo, às vezes, pá, eu estou cumprindo aqui. Aí, às vezes, no dia de eu estar cumprindo aqui, era para acontecer uma merda comigo em outro lugar, entendeu? Aí eu fico só refletindo, o que é que eu fiz para estar aqui? Não era para eu ter feito isso, mas é, se eu não tivesse feito isso, não estaria aqui pah.”
(Entrevista Kauê – GEAMA 1)

Diante das narrativas, verifica-se que os processos e espaços grupais foram significados pelos adolescentes como ambientes de proteção social, de circulação de histórias de vida, e de apoio, empatia e afeto mútuo. Foi possível escutar histórias pessoais e de violências vivenciadas pelos adolescentes nos mais variados contextos: familiar, escolar, social, socioeducativo. Compartilharam violências físicas que sofreram na infância, a exemplo de “surras” que levaram de seus responsáveis no meio da rua, ocasionando sentimentos de vergonha e inadequação social. Alguns adolescentes narraram que, com os grupos, perceberam que não estavam

sozinhos para elaborar estas experiências doloridas e lidar com as consequências dessas violências.

Através dessas narrativas, depreende-se a importância desses espaços grupais para a prevenção de violências, vulnerabilidades e contextos de atos infracionais, bem como a significação positiva que os grupos têm para esses adolescentes. Bechelli e Santos (2004) apresentam o grupo enquanto oportunidade para promover a identificação dos sujeitos, a revelação de particularidades e intimidades, o apoio mútuo, o desenvolvimento de objetivos comuns e a resolução de desafios e dificuldades, além de contribuir para a redução do isolamento social e do estigma. No contexto socioeducativo, Oliveira *et al.* (2018) consideram os processos grupais como importantes dispositivos dialógicos e mediacionais para práticas críticas e pedagógicas de atendimento, ao passo que, no contexto do grupo, as pessoas partilham coletivamente seus mundos internos, fortalecem vínculos, e constroem relações de identificação e diferenciação.

No entanto, convém sinalizar a proposição crítica de Araújo e Oliveira (2010) de que os espaços grupais irão por si só proteger os adolescentes, como se fossem vítimas de um contexto social perigoso fora dali, incapazes de assumir posicionamentos críticos e proativos frente aos riscos e eventos ocorridos em suas próprias comunidades. Afirmam os autores ser mais coerente compreender os projetos sociais e espaços grupais como mediadores de “formas progressivamente mais críticas e conscientes que o jovem adotará frente a seu contexto comunitário” (p.188). Complementam, ainda, Yokoy de Souza, Oliveira e Rodrigues (2014) que o tempo que esses adolescentes passam nos projetos socioeducativos não é o suficiente para eliminar a complexa e multifacetada vulnerabilidade social enfrentada por adolescentes, suas famílias e comunidades. É ilusório considerar que espaços grupais, por si só, são capazes de proteger adolescentes de violências, sem que seus direitos sejam garantidos e as desigualdades sociais e violências comunitárias sejam reduzidas.

Outro destaque analítico, ocorrido após o primeiro encontro do grupo “Uso abusivo: Que brisa é essa?” na GEAMA 1, foi o uso de estratégias de composição inicial de subgrupos espontâneos pelos próprios adolescentes em atendimento socioeducativo, por afinidades e convivência prévia. Gradualmente, os subgrupos vão sendo mesclados, a partir do desenvolvimento das atividades e do fortalecimento das relações no decorrer dos encontros grupais.

Essa abordagem contrasta com a proposta apresentada por Zanella e Pereira (2001), ao analisarem um grupo de servidores públicos adultos participantes de um programa de formação

de gerentes em serviço. Nesse caso, estas autoras defendem a formação de grupos heterogêneos, a fim de se evitar a cristalização de subgrupos e promover o encontro entre sujeitos de diferentes ambientes de trabalho, com vistas à constituição de uma coletividade.

A equipe da GEAMA considera que esta estratégia gradual é importante para favorecer a coesão grupal e minimizar a ocorrência de conflitos entre os adolescentes, tanto em nível interpessoal quanto territorial — considerando os frequentes conflitos entre territórios em que habitam. Essa preocupação revela a necessidade de uma atuação intencional e sensível por parte dos profissionais, que devem estar atentos às especificidades contextuais e relacionais que cada grupo apresenta. Trabalhar com grupos de adolescentes socialmente vulneráveis, como são os adolescentes em atendimento socioeducativo, demanda uma atenção especial às suas peculiaridades que precisam ser (re)vistas, por exemplo, no que tange a conflitos territoriais e à relevância da troca de experiências, diálogo e convivência com outros adolescentes para o seu desenvolvimento integral.

Dessa forma, evidencia-se que o trabalho grupal não se reduz à aplicação mecânica de dinâmicas ou teorias previamente estabelecidas, como se o grupo fosse objeto estático e desconsiderando a realidade dos adolescentes; exige abertura, escuta ativa e atenta; e presença comprometida com a realidade concretamente vivenciada pelos participantes do grupo. Nesse sentido, é imprescindível que socioeducadores estejam imersos no território em que atuam, com disposição para observar, compreender e interagir de forma crítica e situada com os adolescentes.

A atuação territorializada e contextualizada socioculturalmente permite uma leitura mais acurada das dinâmicas grupais e das singularidades que emergem nos processos grupais. Assim sendo, não existe um jeito único e “certo” de se trabalhar com grupos de adolescentes; não existe um manual de instruções. O que deve existir é uma postura de presença, atenção e abertura para as diferentes realidades que se desvelam nos processos grupais, aliada a bases teóricas que sustentem a ação socioeducativa.

Para ilustrar este ponto, em um dos grupos da pesquisa, os adolescentes relataram diferenças no tratamento policial. O adolescente Armando, por ser negro autodeclarado, narrou que sofria abordagens mais violentas e desrespeitosas em comparação a seu amigo, Sullivan, que era branco autodeclarado. Ao descreverem práticas de opressão, humilhação e violência física, emergiu no diálogo coletivo a nomeação dessa experiência como racismo. Dessa forma, o grupo se mostrou espaço de mediar significações sobre temas de relevância social e de encontro com as realidades vividas pelos adolescentes.:

Armando: Acho eles mais grosso comigo, parceiro. Bicho mó branquelo [inaudível] esses bicho. Tu sabe, parceiro. Os cana⁷ nem [inaudível] mesmo com tu. (se referindo ao amigo Sullivan que anda com ele).

Pesquisadora: Me conta, Armando. Você vê diferença?

Armando: Ah, tia. Já vem já me oprimindo já cabuloso, parceiro. Já começa a falar as coisas, parceiro.

Pesquisadora: Como que é com você e como que é com o Sullivan?

Armando: Ah, com o bicho os cara nem pergunta... só pergunta se tem passagem ou se não tem. Aí se vai, se pergunta pra mim “tem passagem? Tem.”, aí já me chama logo de peba. “aí nego, tu é mó peba, neguin, dá pra ver na tua cara”.(...) cabuloso, parceiro. Apertaram minha mão aqui assim, oh, pra trás na costela.

Diego: E se falar um “aí” é taca.

Leandro: Oxe, parceiro, e aí o bicho “vai, abre as pernas”. E aqui assim com a perna, abre as pernas, abre mais as pernas.

Pesquisadora.: E Sullivan, não fazem nada com tu? Sério mesmo? Na frente do Armando? Eles não falam nada? E também não dão bacu?

Sullivan.: Não, dão (sim)!

Tatuador: Mas do mesmo jeito? Com a mesma violência?

Sullivan: Não, com o Armando eles já batem na cara dele assim, oh.

Pesquisadora: Vocês sabem o que é isso, né?! Vocês sabem o nome disso?!

Adolescentes:[inaudível]

Armando: Oxe, moço. Como é que é, moço. Eu esqueci o nome.

Pesquisadora: Sabe o nome disso, Armando?

Armando: Não...

Pesquisadora: Não? Sabe o nome disso, Sullivan?

Sullivan: Racismo.

(Último encontro do Grupo “Oficina de Tatuagem”)

Através da interação grupal exposta, observa-se o grupo enquanto o espaço de mediar significações sobre temas de relevância social e de encontro com as realidades vivenciadas, sobretudo de questões as quais se tem urgência para que sejam problematizadas, a fim de promover uma sociedade mais justa e livre de discriminações, preconceitos e violências, tais como o racismo. Ortegal (2018) afirma por meio do seu trabalho com um grupo sobre essa temática, que os participantes tiveram o primeiro contato com o debate racial na ocasião e que, através da mediação do tema, produziu-se um fortalecimento de unidade entre os adolescentes, acarretando na instituição uma atmosfera mais favorecida para o cumprimento da medida, com menos conflitos e mais colaboração.

Em um dos encontros do grupo “Oficina de Tatuagem”, no qual foi proposta a atividade de pegarem na máquina para tatuarem na pele de silicone, o adolescente Diego disse em tom elevado a frase: “Bota aí na Globo, os menor infrator rabiscando!”. Chama a atenção a forma como o adolescente em atendimento socioeducativo se percebe e se denomina (“os menor infrator”) e convida a pensar os grupos como espaços necessários de elaboração e ressignificação da autoimagem e de identidades juvenis.

⁷ É uma das formas os quais os adolescentes denominam a polícia

Ainda, os grupos oferecem aos adolescentes oportunidades concretas de novas experiências e formas de expressão, como exemplificado no “rabiscar” através da tatuagem, e de experimentar suas potências, bem como de desenvolver habilidades diversas — manuais, artísticas, filosóficas, comunicacionais e relacionais. Isso pode ampliar suas possibilidades de atuação no mundo e contribuir para se significarem (e serem significados por outras pessoas) de modo diferente, para além do ato infracional cometido, como pessoas com diversas qualidades e que também contribuem positivamente para a sociedade.

Rodrigues e Oliveira (2016) reforçam essa concepção ao compreenderem o grupo enquanto contexto facilitador que, além de habilitar o adolescente para novas experiências, também viabiliza formas diversas de expressão, autoapresentação, apreensão da realidade e ressignificação subjetiva. Nesse sentido, afirmam:

As trocas interpessoais favorecem a internalização e a externalização reconstrutiva de significados. Desenvolver-se é, em grande medida, ressignificar. (...) objetivos do trabalho socioeducativo: promover o desenvolvimento da subjetividade dos adolescentes é levá-los a se inquietar diante de significações cristalizadas, criando novas zonas de possibilidades para que se transformem e outras emergjam. A problematização, com os adolescentes, das significações acerca da conduta infracional e sua relação com temas como identidade, trabalho, escola, justiça, sociedade e futuro deveria ser o cerne do trabalho socioeducativo (Rodrigues; Oliveira, 2016, p.112-113).

Dessa forma, o trabalho grupal com adolescentes em atendimento socioeducativo exige uma abordagem sensível, pedagógica, garantidora de direitos e promotora de desenvolvimento, cidadania, reflexividade, responsabilização, emancipação e de novas possibilidades de existência. Ademais, a pesquisa mobiliza a pensar os processos e espaços grupais não somente após o cometimento dos atos infracionais, mas em uma perspectiva de proteção social na vida da juventude brasileira.

4.4 Núcleo de Significação - “Achei que seria maior paia (...), Mas depois vi que é bom”

Volner.: Achei que seria maior paia. Sei lá... Não conhecia ninguém. (...) Eu só perguntei para (nome de adolescente) se era de boa, ele falou que era. Aí eu comecei a vim mesmo.

Jardel.: Pow, no começo eu achava ruim que era... Não, no começo não né, que nós já veio pra cá antes. Aí, nós não cumpria nada não. Eu meio que vinha só pra comer. Aí, depois, foi... Comecei a cumprir e aí... achava bom.
(Grupo focal “Uso abusivo: que brisa é essa?”)

Murilo.: Ah, eu pensei que ia ser uma merda, um saco, mano. Eu pensei que eu ia ter que tá aqui o dia todo, que eu ia ter... Mas depois eu vi que é de boa, fiquei tipo, igual o (nome de adolescente) falou, tipo, um lazer, né? Estar aqui é tipo um lazer. Massa, então hoje... Tipo, eu acho que agora tá aqui, é melhor do que estar lá na rua, essa hora lá, fazendo o que não deve!

(Entrevista Murilo - GEAMA 1)

Kauê.: Não o pessoal, o pessoal acha... o pessoal gosta, né? Porque eles têm um monte de... de que tipo tá na mesma, que faz as mesma merda, né? Botar aqui logo porque faz as mesmas merdas, aí os caras já gostam, né? Porque aí já conhecem pessoas novas, faz as mesmas coisas, aí os caras gostam disso, pá. Gosto do lanchezinho, gosto da conversa também com o pessoal, aqui é mó de boa, sempre tem um grupo, vai ter uma atividadezinha para fazer, um tipo para saber como está a sua vida pessoal mesmo, então pelo menos saber como você está indo pah, mas o pessoal, o pessoal sempre gostou, nunca vi reclamação, não, já vi reclamação... só de quem é perturbado mesmo, entendeu? Por quem não tem o que fazer e fica reclamando à toa. Se há a reclamação foi pouca, "aí tem que melhorar o pão, tem que melhorar lanche e não sei o que", só isso, as únicas reclamação que eu já ouvi. Fora isso, os caras já falavam: "não, ixi o grupo é maior brita⁸, e não sei o quê, doido para ir de novo ver os caras e pah, acabar logo a sentença" porque... cada vez que vem aqui pro grupo, aí dá então (inaudível), tem hora que é de boa, é legal mas é o quê, cada vez que você vem já vai diminuindo sua sentença e pah.

(Entrevista Kauê – GEAMA 1)

Maycon.: Como eu me sinto? Não me sinto mal não, me sinto bem. Tanto que eu desci lá no meu amigo pra pegar o tênis até aqui, aí eu vim subindo, de a pé e tal. Só que eu cheguei lá e falei, "mano, então eu vou ter que ir (...) tenho que passar lá no negócio lá que a Juíza mandou. Aí ele perguntou se aqui era ruim, aí eu falei: "não, lá é de boa, lá é massa, é tipo... ó, lá tem lanche e tal, você faz... você conversa, tem mesa de pingue-pongue, lá é massa e é várias pessoas."

(Entrevista Maycon – GEAMA 1)

Leandro.: Mano, eu só pensei, "cara, vai ser um bagulho só pra mim mesmo passar tempo. (...) É, ia ser mais paia, tipo, ia ser mais devagar. Mas foi até de boa.
(Grupo focal "Oficina de tatuagem")

As narrativas avaliativas dos adolescentes evidenciaram a resignificação do atendimento socioeducativo ofertado em grupos, das GEAMAs e da própria medida socioeducativa de liberdade assistida. De "paia"/ruim para "brita"/bom, isto é, de processos que, em um primeiro momento, se mostravam ansiogênicos e alvos de resistência dos adolescentes para se transformarem na direção de processos de socialização, identificação interpessoal, conversas entre pares, bem-estar, atividades interessantes, descontração (especialmente nos momentos de lanche e de passeios).

Em geral, os comportamentos explícitos e as narrativas dos adolescentes sinalizaram uma expectativa inicial de que não queriam ir à GEAMA, só iam pela obrigatoriedade (como analisado no primeiro núcleo de significação) e que o atendimento em grupo nas GEAMAs seria chato, enfadonho, "maior paia" e que só iriam ao grupo por causa do lanche. Alguns adolescentes, no início dos encontros dos grupos das GEAMAs, se recusavam a participar de algumas atividades e permaneciam calados no canto da sala em que o grupo acontecia. Outros diziam, de modo jocoso, que não conseguiam fazer as atividades nos grupos por estarem sob

⁸ Brita foi uma gíria utilizada pelos adolescentes nas duas GEAMAs, que significa "bom", "legal".

efeito de drogas. Entretanto, após o processo grupal, os adolescentes afirmaram que gostaram dos grupos ofertados pelas GEAMAs e que foi uma experiência “de boa”, em que puderam conhecer e conversar com novas pessoas.

Ao longo da pesquisa, perceberam-se processos de ressignificações dos atendimentos em grupo realizados nas GEAMAs, potencializados por meio de diálogos com pares e dos próprios processos vivenciados no espaço grupal. Os adolescentes valorizaram a socialização, o diálogo coletivo e a vivência de novas experiências proporcionadas pelos atendimentos coletivos nas GEAMAs.

Os dados da pesquisa corroboraram minha experiência profissional em GEAMAs e estudos anteriores sobre a existência de uma resistência inicial de muitos adolescentes ao atendimento socioeducativo prestado em formatos grupais (Rodrigues, 2017; Santos; Koehler; Vilela, 2019). Na pesquisa, essa resistência inicial se relacionou a expectativas de que os grupos das GEAMAs seriam tediosos e “paias”. Observou-se que essa resistência inicial foi gradualmente superada ao longo do desenvolvimento do próprio grupo e que os adolescentes narraram que passaram a gostar dos grupos de que participavam nas GEAMAs.

Os casos dos adolescentes Armando, que cumpria liberdade assistida na GEAMA 1, e Yago, na GEAMA 2, são representativos da resistência inicial ao atendimento socioeducativo em grupo por muitos adolescentes e da ressignificação do que é participar do grupo. Mesmo após diversas ações para seu acolhimento na GEAMA e sua integração ao grupo “Oficina de Tatuagem”, o adolescente Armando resistia a participar de algumas atividades da oficina e ficava calado no canto da sala, aparentando estar frustrado e por vezes justificava sua ausência na atividade proposta por estar entorpecido sob efeito de drogas. No entanto, Armando nunca faltou ao grupo da GEAMA 1 e sempre chegava aos encontros com antecedência:

Armando nos encontros anteriores verbalizava: “não quero estar aqui”, “estou cumprindo por cumprir”, mas foi assíduo, sem nenhuma falta e hoje (no encontro do grupo focal) foi o primeiro adolescente a chegar, com 10 minutos de antecedência. Que pedido tem por detrás? Há uma diferença entre o que se diz e o que se faz/demonstra. De alguma forma, a GEAMA é esse espaço que o nutre, emocionalmente e fisicamente.
(Anotação em diário de campo)

Schmitt, Nascimento e Schweitzer (2016) contam em sua pesquisa uma situação parecida, no qual o adolescente “Chavoso” não aceitava participar das atividades grupais em um programa de atendimento de liberdade assistida, ao mesmo tempo em que teve raras faltas e se mantinha atento ao desenrolar das atividades. No último encontro do grupo, relatam os

autores que perceberam a real implicação de “Chavoso” com o processo grupal. O adolescente verbalizou sentir receios com o encerramento do grupo e deixou seu nome marcado no local em que aconteceu o grupo pesquisado. Schmitt, Nascimento e Schweitzer (2016) refletem que, mesmo com comportamentos de resistência ao grupo, este adolescente percebia benefícios ao participar de grupos com outros adolescentes que também estavam em liberdade assistida e demonstrou efetivas mudanças em sua reflexividade.

A similaridade de deixar marcado o seu nome na sala do grupo, aconteceu com outro participante da pesquisa, Yago. No encontro do grupo focal, diferentemente dos demais adolescentes, Yago significou a medida socioeducativa como um “tédio” e o grupo como uma “perda de tempo”. Contudo, durante o processo grupal, Yago foi o adolescente que mais compartilhava experiências, mais utilizou o espaço para falar, se colocava em posição de destaque no grupo e marcou seu nome na sala do grupo. Ao final do grupo focal, ao se despedir, Yago me olhou nos olhos e apertou minha mão com firmeza, parecendo agradecer indiretamente por ter participado do grupo e validando o encontro coletivo.

Com isso, nota-se a importância da compreensão dos grupos, do sentimento de pertencimento a um grupo e das ressignificações do atendimento socioeducativo em grupo enquanto processos e, com uma dinâmica dialética entre continuidades e mudanças na linha do tempo (Lane, 1989; Martín-Baró; 1989; Seminotti; Cardoso, 2007; Zanella; Lessa; Ros, 2002). O processo grupal, ao se desenvolver, implica na (re)constituição dos sujeitos e o grupo vai se estruturando em forma de movimento, não como uma organização rígida (Schossler; Carlos, 2006).

Os grupos das GEAMAs foram significados pelos adolescentes como espaços e tempos que fomentavam processos de socialização e reflexão, ainda que seus comportamentos observáveis externamente não seguissem essas significações, por exemplo, com faltas aos grupos; falas de que vão às GEAMAS por causa do “lanche”; e silêncio durante as atividades propostas. Essa situação pode contribuir para sentimentos de frustração de profissionais do sistema socioeducativo, que podem não ter, em seu cotidiano de trabalho, indicadores explícitos dos processos desenvolvimentais que ocorrem de modo sutil ao longo dos processos grupais no acompanhamento socioeducativo.

Durante os processos grupais, muitas vezes, as mudanças em movimento não são explícitas; não se observa, de modo direto e imediato, o “resultado” do trabalho realizado enquanto ele ocorre, o “produto” do processo grupal. Mas, isso não significa que transformações importantes não estejam acontecendo com os membros do grupo. Nesse

sentido, sugere-se que sejam feitas uma avaliação processual dos atendimentos ao longo dos grupos, realizados conjuntamente e de modo dialogado entre socioeducadores e adolescentes, bem como processos autoavaliativos por parte de ambos.

O grupo configura-se como um espaço privilegiado para a emergência de significações diversas e, por vezes, contraditórias, que são perceptíveis nas narrativas dos adolescentes. Durante um dos grupos focais, questionei os adolescentes sobre a lógica de risco e responsabilização no tráfico de drogas, apontando a contradição de que, mesmo expostos ao perigo, ainda teriam de arcar com prejuízos, caso algo desse errado com a posse da substância entorpecente:

Pesquisadora: Deixa eu fazer uma pergunta. Por exemplo, quando você saiu com meio quilo de maconha da casa do patrão. Se a polícia tivesse pego, aí tu ia ter que devolver o dinheiro pro patrão?

Yuri.: É, devolver o dinheiro, né.

Manoel.: Tem que pagar a droga, tem que pagar pro patrão.

Pesquisadora: Peraí... O patrão fica lá de boa, expõe vocês ao risco e aí se acontece alguma coisa, vocês ainda tem que pagar? É sério isso? Aí vocês só se lascam, p&*\$!

Yuri.: Não, mas olha só, compensa, olha a conta aqui: pedaço de 25, aí coloca aqui, 40 vezes 100 reais, 4 mil reais, menos os 1.400 dele, 2.600, aí de novo...

Pesquisadora.: Mesmo assim... Tem patrão melhor, véi!

Yuri.: Tu não acha que o patrão é melhor? O cara tá lá no topo...

Ricardo.: Ela tá certa, eu tô querendo entender...

Manoel.: Ela tá certa, os cara tinha que ver nosso lado também poh!

Adolescentes falando ao mesmo tempo: É, é, assim!

(Grupo focal “Eixos do PIA” – GEAMA 2)

O adolescente Yuri tentou justificar a situação com argumentos econômicos, afirmando que o tráfico ainda valia a pena financeiramente. Já Ricardo e Manoel começaram a rever seus próprios entendimentos, concordando em parte com a crítica feita ao afirmarem que os traficantes “tinham que ver o nosso lado também”. O diálogo mostrou, assim, diferentes significações em disputa e a abertura para novas formas de pensar.

A linguagem constitui-se como um instrumento central na dinâmica grupal, sendo fundamental nos processos interacionais por meio dos quais os sujeitos se engajam ativamente na construção de significados e identidades (Rasera; Japur, 2001). Estes autores ressaltam que a compreensão dos processos grupais emerge precisamente dessa tessitura comunicativa, caracterizada por negociações contínuas entre os participantes. Nesse cenário, observa-se tanto a desconstrução de significados previamente estabelecidos quanto à produção de novas narrativas e sentidos sobre si, os demais e o mundo.

Nesse sentido, o grupo possibilita a emergência de diferentes visões de mundo que possam surgir nas falas dos adolescentes, no qual podem não concordar entre si. Para Zanella e Pereira (2001) com base em Carlos (1998), o grupo representa:

Um lugar onde as pessoas mostram-se como diferentes e a pluralidade expressa no conjunto destes diferentes segue um movimento de discussão de ideias no qual há o que seja conciliado e, ao mesmo tempo, o irredutível. Esses sujeitos, sem perder a sua singularidade, podem juntos constituir um processo grupal (p. 107).

É importante reconhecer que as dinâmicas grupais são marcadas por processos complexos e não lineares, onde alianças se formam e se desfazem, contradições emergem e se ocultam. A busca por um ideal de harmonia de um grupo ignora a natureza intrinsecamente conflituosa e em constante movimento dos grupos (Lane, 1989; Zanella; Lessa; Ros, 2002). Corroborando estas autoras, os dados da presente pesquisa entendem que as contradições entre comportamentos de resistência ao grupo e narrativas de valorização do atendimento socioeducativo em grupo são parte da própria dinâmica grupal.

Os grupos que discutiam temáticas vivenciadas pelos(as) adolescentes – tais como racismo, sexualidade, papéis de gênero, entre outros –, e ainda, as atividades externas proporcionados pelas GEAMAs e os passeios em grupo, foram valorizados pelos adolescentes da pesquisa. Nestas ocasiões grupais, as relações interpessoais são mais horizontais, eles sentem-se animados, fazem novos contatos interpessoais e interculturais, o que catalisa novos diálogos, significações e socializações:

Kauê.: É, já os passeio que tinha em grupo, todos os passeios aqui foi brita, mas o melhor foi um, deixa eu me lembrar aqui, foi, acho que foi para Água Mineral⁹. Foi um bondeirão, cabeçada daqui, foi um grupozão brita, foi o mais legal daqui, de todos esses grupos.

Pesquisadora: E você já tinha ido para a água mineral alguma vez antes?

Kauê.: Não, nunca. Primeira vez.

(Entrevista Kauê – GEAMA 1)

Ricardo.: Então quando é passeio, tipo um cinema, um museu, um trem assim, uma brita de boa. Agora quando é pra palestra, não. No filme do (inaudível), é duas horas e cinquenta e sete minutos. Eu tava agoniado lá, e o menino lá do recanto, só o Satanás, começava a jogar pipoca! Tinha altas doninhas loiras!

(Grupo focal “Eixos do PIA” – GEAMA 2)

Pesquisadora: De todos os grupos que vocês já participaram aqui, qual que vocês mais gostaram?

Manoel: O meu foi o último. Da Maria da Penha. Curti ir colocando na parede os papéis do homem, da mulher aí, ó. Muito legal.

Ricardo.: O meu foi aquele lá da família, que a mulher tava falando aí da vida dela.

Yuri.: Sim, da mulher, família, o meu também.

⁹ O Parque Nacional de Brasília é conhecido popularmente como “Água Mineral”.

Washington: O meu foi aquele que tava falando do dia do cigarro lá, que ele tava mostrando lá, das doenças lá. Da sexualidade.
(Grupo focal “Eixos do PIA” – GEAMA 2)

Mikael Victor.: Um passeio flagrante.

Armando.: É, passeio flagrante.

Diego.: É, mas tem que ser um passeio flagrante, não é esses negócios de museu...

Mikael Victor: Moço, oh... pizzaria, um rodízio. Nicolândia... minha infância todinha foi no Nicolândia. Ei, esse final de semana que vem aí oh, o Nicolândia tá 40 e pouco, moço, final de semana.

Leandro.: Taboca é só pááá... clube, bem aqui perto de (nome da cidade). Fazenda Velha, o nome.

Armando.: Taboca é britinha.

Pesquisadora: Taboca, Nicolândia, rodízio de pizza.
(Último encontro grupo “Oficina de Tatuagem”)

Na primeira narrativa do adolescente Kauê, revela-se que, em muitos casos dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, é a primeira vez em que eles acessam equipamentos de arte, cultura e lazer, como cinemas, parques públicos, museus, piscinas. O que leva a ponderar sobre a garantia dos direitos ao esporte, ao lazer, à cultura e à convivência comunitária, assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2012) de adolescentes em atendimento socioeducativo.

Através de momentos de lazer, como afirmam Brenner, Dayrell e Carrano (2005), as pessoas buscam atividades que lhes proporcionem formas agradáveis de realização individual, expressão e excitação. As atividades de lazer criam relativa consciência de liberdade por permitirem a fuga temporária da rotina e obrigações sociais e, apesar da forma descomprometida como geralmente ocorrem, possuem “uma grande efetividade social para o estabelecimento de valores, conhecimentos e identidades” (p.177).

Um encontro realizado em um parque, ao ar livre, pelo grupo “Uso abusivo: Que brisa é essa?” na GEAMA 1 ilustra essa ideia. Os adolescentes realizaram atividades colaborativas, em contato com a natureza, com práticas de lazer e esporte. Jogaram futebol e queimada; tinham que descobrir cooperativamente pistas para encontrar um “tesouro”; espontaneamente dividiram o prêmio no final. Na roda de conversa ao final, narraram que as atividades de lazer e esporte funcionaram como estratégia de redução de danos do uso abusivo de drogas, pois não tiveram vontade de usar drogas naquele momento (alguns afirmaram que já o tinham feito antes do passeio no parque). Narraram que se sentiram à vontade para criar vínculos com os demais adolescentes e com os mediadores das atividades, sentiam que estes se interessavam em suas vidas e sugeriram que fossem feitos mais passeios, que eram melhores do que “ficar só lá naquela sala gelada” (sala de atendimento da GEAMA).

Diferentemente, as atividades grupais em que os adolescentes são posicionados de modo passivo não lhes despertam o interesse e foram significadas de modo negativo como “palestra”. Nestas atividades, há relações rigidamente verticalizadas, com poucas oportunidades de compartilhamento de seus saberes e suas experiências. Yokoy de Souza (2012) também afirma a relevância de atividades de formação que sejam dialógicas e reflexivas e critica o modelo tradicional de “palestras temáticas monológicas” (p. 23), por serem pontuais, fragmentadas, distantes das demandas concretas dos participantes e por pouco explorar as dimensões afetivas, subjetivas, identitárias e políticas inerentes às práticas sociais.

Zanella e Pereira (2001) criticam atividades grupais que privilegiam os conteúdos planejados inicialmente e afirmam a importância de priorizar as relações sociais e as manifestações subjetivas no grupo. Nesse sentido, nos encontros grupais no contexto socioeducativo, depreende-se a importância de privilegiar as relações entre os adolescentes, mais até do que o conteúdo planejado e que a equipe deseja transmitir aos socioeducandos.

A preferência de cada socioeducando na escolha por diferentes temáticas, sinaliza que não há um tema “melhor”, ou “mais adequado” para a condução dos grupos; o mais relevante são os processos e as relações engendradas no processo grupal. Ainda, estes conteúdos devem ser alvo de construção coletiva, na qual os adolescentes participem ativamente e ampliem seu repertório cultural, se há o desejo de que os adolescentes se sintam motivados, interessados e se engajem nas atividades grupais e de que as aprendizagens promovidas no grupo sejam contextualizadas socioculturalmente, significativas (Vygotsky, 1991) e articuladas com afetos e experiências anteriores.

4.5 Núcleo de Significação – “A bagunça!”: Interesse da instituição versus dos adolescentes

“Esse foi um dos grupos mais difíceis que a GEAMA teve aqui!”
(Servidora – GEAMA 1)

Nos primeiros encontros do Grupo “Oficina de Tatuagem” da GEAMA 1, foi possível observar que os adolescentes apresentaram comportamento predominantemente silencioso e reservado, com pouca interação entre si. Tal postura, embora possa ter facilitado a atuação dos profissionais diante de um grupo mais introspectivo, revelou-se insatisfatória para os próprios adolescentes, conforme avaliação realizada ao término do grupo, que indicou que esses primeiros encontros foram os menos apreciados, devido ao fato de os participantes não

conhecerem ainda seus pares. Os encontros subsequentes, nos quais os adolescentes demonstraram maior descontração e expressaram comportamentos mais agitados — como barulho elevado, dificuldade na observância de normas e regras —, geraram preocupações no âmbito da instituição como um todo. A “bagunça” foi motivo de preocupação para a instituição GEAMA, incluindo os vigilantes terceirizados, a gerência da GEAMA e outros profissionais que não estavam presentes nas atividades grupais. Todos estes atores institucionais corroboraram a percepção dos desafios e da complexidade que foi lidar com esse grupo.

Houve, inclusive, episódio de conflito entre dois adolescentes. Um fazia parte do grupo e outro não compunha esse grupo, mas tinha o costume de frequentar a GEAMA 1, participando voluntariamente das atividades que eram oferecidas, além das que era convocado a cumprir para o cumprimento da sua medida socioeducativa. Em várias ocasiões, se interrompeu o andamento do grupo para conscientizar os adolescentes acerca da importância do respeito aos servidores e à GEAMA, lembrando o grupo das normas de convivência e se refletindo sobre condutas inadequadas apresentadas por seus membros.

Dessa forma, esse grupo, caracterizado pelos atores socioeducativos como distinto e desafiador a ponto de mobilizar a instituição socioeducativa, evidenciou-se como um grupo que produziu “barulho”, no sentido literal e simbólico. Tratou-se de um coletivo que demarcava seu território, recusando-se a uma adesão passiva às normas e orientações apresentadas. Entretanto, paradoxalmente, esses foram os momentos mais valorizados pelos adolescentes, em razão das relações de amizade construídas, da possibilidade de expressar-se livremente e de experimentar maior autonomia no espaço da unidade.

Sob essa perspectiva, a “bagunça” pode ser compreendida como uma forma de os adolescentes manifestarem seu sentimento de pertencimento ao espaço, apropriando-se dele como um local de expressão de suas subjetividades, além de indicar uma dinâmica interpessoal mais unida entre pares. Nesse sentido, os dados sinalizaram a importância de se interpretar os processos grupais de modo complexo, de reconhecer que todos os fenômenos que ocorrem no grupo, inclusive aqueles inesperados, incômodos ou caracterizados por desobediências a regras e reconstrução de novos combinados, como constitutivos de aspectos legítimos de processos grupais e do desenvolvimento.

Nos estudos e práticas com grupos, Zanella, Lessa e Ros (2002) afirmam que a busca por um ideal de grupo, caracterizado pela coesão e harmonia, revela-se inviável diante da complexidade das interações humanas. Relatam, através de suas experiências práticas com grupos, que o grupo é um espaço de “encontro/confronto de singularidades que ali se

expressam/constituem/transformam, configurando ao mesmo tempo como um coletivo e lócus de diferenças” (p.218), através de processos de libertação e dominação, coerência e incoerência, regularidade e irregularidade. Nessa perspectiva, o espaço grupal do grupo “Oficina de Tatuagem” configurou-se como um lócus de diferenças, sobretudo entre os trabalhadores da unidade socioeducativa e os adolescentes, sendo caracterizado não somente pela coesão e harmonia, mas também pelo caos, desordem e atritos, que são inerentes às interações humanas.

No decorrer do processo grupal, a possibilidade de retirada do adolescente Mikael Victor foi considerada pela instituição socioeducativa, uma vez que ele se sobressaía nas manifestações de agitação, ruído e dificuldade em cumprir os acordos previamente estabelecidos. No entanto, o tatuador que mediava a oficina, de forma atenta ao grupo como um todo, sinalizava nas supervisões realizadas após o fim do grupo que a “bagunça” não era uma questão individualizada e que o adolescente Mikael Victor atuava no grupo enquanto porta-voz dos demais. Nessas supervisões, enquanto mediadores da oficina, resistimos à proposta de exclusão do jovem e decidimos por acionar novos processos mediacionais com ele.

Próximo ao encerramento do grupo, o adolescente Mikael Victor destacou-se pelo seu engajamento, interesse e envolvimento, além de contribuir de forma significativa para as reflexões coletivas, ainda que a seu modo. Entre nós, enquanto profissionais mediadores da oficina, assim como entre alguns outros servidores, prevaleceu, ao término do grupo, a sensação de “demos conta” de manejar os conflitos e as diferenças ao longo dos processos grupais e “que bom que ninguém foi excluído” do grupo.

Considerando que os adolescentes em atendimento socioeducativo enfrentam diversas exclusões sociais ao longo das suas trajetórias de desenvolvimento, como apresentado anteriormente (Brasil, 2018, 2025; Distrito Federal, 2022), refletimos que as instituições socioeducativas não podem ser mais uma instituição social excludente, mesmo diante dos desafios que se apresentam em grupos com adolescentes. Uma alternativa promissora nesse sentido, considerando as análises da pesquisa e a literatura do campo (Rodrigues; Oliveira, 2016), é qualificar as equipes de atendimento socioeducativo em estratégias para mediar grupos a fim de promover o desenvolvimento e a responsabilização dos adolescentes.

Essa percepção revela o compromisso ético e político com práticas que rompem com a lógica excludente ainda presente em grande parte das instituições e da sociedade como um todo. A exclusão dos já vulnerabilizados tende a ser naturalizada, mas no contexto socioeducativo, é fundamental resistir a esse padrão e construir caminhos alternativos por meio do trabalho coletivo e das supervisões. Tal postura implica o desenvolvimento de estratégias mediadas de

forma compartilhada para lidar com os desafios apresentados pelos grupos e pelos adolescentes, compreendendo-os não como sujeitos "difíceis", "não têm jeito" ou "rebeldes", mas como interlocutores legítimos de processos institucionais.

Perguntas como: Do que esse adolescente e o grupo necessitam? Como podemos criar vínculos entre socioeducandos e socioeducadores e acessar os adolescentes? O que esse adolescente e o grupo revelam e têm a nos dizer sobre nossas práticas profissionais, sobre as instituições socioeducativas, suas regras e modos de trabalho? O que é preciso revisitar, (re)ver, para promover transformações institucionais e desenvolvimento humano de adolescentes e trabalhadores? tornam-se centrais para a construção de intervenções qualificadas. Promover o atendimento em grupo nos contextos socioeducativos exige o reconhecimento das singularidades e dos comportamentos que, por vezes, desafiam o status quo, convocando as equipes a (re)pensarem continuamente suas práticas e a abrirem espaço para transformações institucionais.

A experiência com o grupo “Oficina de Tatuagem” aponta para a necessidade de flexibilidade e de aceitar e acolher o grupo na forma como ele se apresenta, e não conforme expectativas previamente idealizadas e do que foi planejado inicialmente. É importante ver o grupo como processo complexo e dinâmico, que vai se transformando, por meio dos aprendizados e das negociações de sentidos e de subjetividades de todos os envolvidos, incluindo adolescentes e mediadores. Trata-se de reconhecê-lo como um processo contínuo de desenvolvimento, ainda que seus modos de expressão não correspondam ao que se espera. É nesse dinamismo que se constituem aprendizagens mútuas e transformações que envolvem todos os participantes — adolescentes e mediadores — diante das múltiplas complexidades, subjetividades e relações que se desenvolvem.

Ao final dos encontros, processos de desenvolvimentos, visíveis e não visíveis, os perceptíveis e os mais sutis, ocorrem de maneira gradual e processual. Zanella e Pereira (2001, p. 112) entendem o grupo como “uma forma de relacionar-se na qual se destaca um sentido compartilhado que não prevê o que dali surgirá, mas que tem como característica necessária o engajamento de todos, sendo que este não necessariamente significa concordância”.

Reconhece-se que a “bagunça” ocorrida durante a “Oficina de Tatuagem”, não havia sido antecipada. Ainda que muitos dos comportamentos manifestados pelos adolescentes não correspondessem às expectativas dos mediadores envolvidos, houve um comprometimento coletivo na construção de vínculos e dos relacionamentos intergrupais. Pode ser percebido nesse grupo um movimento de adolescentes que ativamente ressignificavam as características e as

exigências de pertencer a um grupo, modificando-as e sendo por elas modificados, ao invés de sujeitos que se submetem passivamente ao que o grupo espera deles. As diversidades dos adolescentes foram acolhidas no grupo, o qual possibilitou ressignificações subjetivas e coletivas, de si mesmo, dos outros e das relações interpessoais.

Dessa maneira, evidencia-se a relevância dos processos de desenvolvimento que emergem quando se tem a oportunidade de atuar com grupos como o aqui analisado, seja no contexto da comunidade socioeducativa ou em outros espaços institucionais. Tais grupos mobilizam sujeitos, estratégias inovadoras, processos de negociação e trabalho coletivo, configurando-se como experiências potentes de transformação. Alves e Seminotti (2006) afirmam que a complexidade dos grupos, marcada pela instabilidade e alternância de ordem e caos, é um elemento fundamental para a compreensão de sua dinâmica. A instabilidade organiza e movimenta o sistema grupal. Longe de ser um fator negativo, a instabilidade cria ações, inter-relações e recursões no sistema grupal, estimulando a criatividade e gerando novas formas de interação e subjetivação. “Onde há muito controle, não há criatividade” (Alves; Seminotti, 2006, p.124).

Considerando a necessidade de combater estereótipos negativos frequentemente atribuídos às adolescências e aos adolescentes em atendimento socioeducativo, como criticado na literatura (Araujo; Oliveira, 2010; Bock, 2007; Oliveira, 2006; Ozella, 2002; Ozella; Aguiar, 2008; Rodrigues; Oliveira, 2016; Souza; Silva, 2018; Yokoy; Rodrigues, 2021), torna-se fundamental reconhecê-los como sujeitos que questionam, subvertem, ocupam os espaços de forma ativa, exercem autonomia e expressam suas subjetividades, as quais são constantemente co-construídas e ressignificadas nas relações estabelecidas no e com o grupo. É preciso considerar que comportamentos interpretados institucionalmente como “bagunça” podem representar dinâmicas essenciais de constituição grupal, nas quais os adolescentes negociam identidades e fortalecem vínculos.

Lyra *et al.* (2002) ao enfatizarem a importância de compreender o grupo como heterogêneo, problematizam a tendência de adotar uma visão homogeneizante do adolescente, frequentemente sustentada por estereótipos. A partir dessa perspectiva, emerge a reflexão crítica: até que ponto desejar ou esperar um grupo de adolescentes homogêneo não corresponde, também, a uma tentativa de padronização e normatização desses sujeitos, impondo-lhes formas pré-estabelecidas de ser e agir? Será que esperar homogeneidade de um grupo de adolescentes com experiências de vida tão diversas não seria também tentativa de querer enquadrá-los em modelos padronizados de atendimento?

Essa experiência grupal “bagunçada” mobilizou toda a equipe socioeducativa e mostrou a importância de espaços coletivos para a coconstrução de possibilidades de inclusão e garantia de direitos de adolescentes, de pensar coletivamente estratégias de mediação de conflitos, metodologias de atendimento socioeducativo e intervenções grupais. As práticas grupais de atendimento socioeducativo, como apontado por Oliveira (2016), podem criar um contexto propício à avaliação e (re)construção de dinâmicas relacionais, rotinas de trabalho e identidades profissionais de (socio)educadores.

O momento de supervisão, sobre o grupo com os adolescentes e em grupo pelos mediadores, também funcionou para apoio e ajuda mútua entre os profissionais, sendo um espaço importante de solidariedade, reflexividade, criação de novas estratégias de trabalho e de afetividade. Isso pode contribuir para processos de trabalho menos adoecedores, solitários e burocráticos no contexto socioeducativo, criticados por estudos anteriores (Oliveira, 2016; Gurski; Stryzalski, 2018; Grassi *et al.*, 2019). Também no momento de supervisão é possível perceber a importância dos processos grupais para o desenvolvimento profissional de socioeducadores e pesquisadores.

Yokoy de Souza (2012) e Cunha, Oliveira e Branco (2020) explanam a necessidade da implantação de uma política de educação permanente para os profissionais do sistema socioeducativo, em uma perspectiva dialogada e contextualizada socioculturalmente. Salientam a importância de existirem espaços grupais de partilha de experiências, tensões e contradições vivenciadas na ação socioeducativa; de circulação de concepções sobre adolescência e socioeducação; e de reflexões sobre valores, crenças, emoções e afetos experimentados no cotidiano do trabalho socioeducativo. A educação permanente de socioeducadores é necessária para o desenvolvimento profissional das equipes de atendimento e para a proteção integral e a garantia de direitos de adolescentes.

No grupo focal “Oficina de Tatuagem”, foi possível perceber a importância do papel de pesquisadora e dos mediadores de grupos, enquanto sujeitos ativos, críticos, cooperativos, corajosos e transformadores de realidades. É preciso coragem para pensar os processos grupais no contexto socioeducativo, para trazer ou deixar que venham à tona ideologias, relações de poder, tensões, desigualdades sociais reproduzidas nas relações grupais. Coragem, para não ter medo de conflitos, do caos, daquilo que não se planeja e nem se controla em um grupo. É necessário reconhecer estes elementos como parte constitutiva e transformadora das experiências humanas e das relações grupais. Coragem para lidar com estes elementos, manejá-los em favor dos processos desenvolvimentais e das potências em movimento que ocorrem no

grupo. Pensar o processo grupal dessa forma, sem pretensão de previsibilidade e controle, nem de que as expectativas se tornarão necessariamente realidade grupal, implica em confiança nos sujeitos que compõem o grupo e confiança nos processos que dele emergem; é pensar o grupo enquanto espaço-tempo histórico, social e cultural, em constantes mudanças e revoluções).

Santos, Beiras e Enderle (2018) apostam na implicação dos próprios profissionais como sujeitos, que desloca os enquadramentos tradicionais de trabalho com pessoas em situação de violência (sofrida e praticada), por exemplo, com jovens que cumprem medidas socioeducativas. Trazem diversas perguntas que provocam os profissionais a se implicarem não apenas como técnicos, mas como sujeitos inseridos no mesmo contexto social, político e histórico das pessoas atendidas, como: “Nós temos medo desses jovens quando os avistamos na rua? Por quê? Qual o propósito do medo? Opera com quem e onde? De que forma este medo direciona meu trabalho neste campo? Reconheço eles como merecedores e passíveis de meu cuidado e atenção profissional?” (p.274).

No grupo focal da GEAMA 2, os adolescentes falaram abertamente sobre os atos infracionais cometidos, em especial os roubos praticados reiteradamente no seu dia a dia. Narraram episódios de violências sofridas e praticadas, detalhando suas vivências no tráfico de drogas e no roubo. Um adolescente, no encerramento do encontro do grupo mostrou no grupo o *chip do macaco*¹⁰ que trazia consigo. Seu comportamento pode sinalizar que o grupo era percebido por ele como espaço de confiança, de acolhida e de reconhecimento social. Situação semelhante ocorreu com Grassi *et al.* (2019) em sua pesquisa com adolescentes na internação, no qual notaram a necessidade de espaços grupais que possibilitem aos adolescentes compartilharem vivências pessoais, sobretudo aquelas ligadas à realidade com as drogas, violência e tráfico, chamado por eles como “mundo do crime”.

No cotidiano do trabalho socioeducativo, é possível que se evidenciem comportamentos e, sobretudo, discursos que interpelam diretamente os profissionais envolvidos. Tais manifestações podem gerar reações subjetivas que conduzam a julgamentos de valor ou mesmo a posturas — verbais ou não verbais — orientadas pela tentativa de “corrigir” as vivências desses adolescentes e a experiência grupal. Podem surgir incômodos que podem advir de diferenças de realidades socioculturais e das diversidades existentes, a ponto de até comprometer a disponibilidade do profissional para a escuta qualificada dos adolescentes. Nessa perspectiva, Santos, Beiras e Enderle (2018) defendem uma prática fundamentada na

¹⁰ Canabinoide sintético produzido artificialmente em laboratório; droga comercializada sob a forma de um pequeno selo de papel com efeito semelhante à maconha.

alteridade presente nas interações, no reconhecimento dos distintos lugares de fala e das experiências de vida situadas. Os autores ressaltam que oferecer espaços de escuta aos adolescentes, assim como deslocar o olhar dos profissionais para reconhecê-los como sujeitos de suas próprias histórias, constitui uma ação que é, antes de tudo, um ato político.

É fundamental garantir um espaço de não julgamento, de interesse genuíno pelo outro, por sua trajetória de vida e pelas realidades que os adolescentes vivenciam — ainda que seus relatos envolvam práticas que sejam socialmente consideradas inadequadas, prejudiciais (e, ainda que, de fato, o sejam). Afinal, como criar espaços de ressignificação e responsabilização aos adolescentes, sem diálogo e sem fala expressiva? Como propiciar a elaboração de experiências e reflexividade, se não for as narrando e as compartilhando? E como tal fala pode emergir, em sua profundidade, singularidade e honestidade, se não for acolhida por uma escuta isenta de julgamentos? A elaboração, a reflexão e a responsabilização acerca dos contextos vividos — condição necessária para uma eventual transformação — dependem da possibilidade de falar sobre eles, de expô-los, verbalizá-los e compartilhá-los em um ambiente que favoreça o reconhecimento e a construção de sentidos.

O grupo é esse espaço privilegiado e potencializador, no qual as falas dos adolescentes podem circular, ser expressas e reconhecidas. Trata-se de um ambiente em que a comunicação é não apenas permitida, mas incentivada — especialmente pela presença de pares que se escutam mutuamente e de profissionais que, além de oferecerem uma escuta atenta e qualificada, exercem a mediação dos sentidos produzidos, favorecendo processos de (re)significação. Escutar, nesse contexto, exige disposição e compromisso ético, sobretudo diante de discursos que, muitas vezes, não se quer ouvir. A sociedade manifesta o desejo por transformações, mas frequentemente demonstra resistência ou dificuldade em acolher falas e narrativas que efetivamente possibilitem tais mudanças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa discorreu sobre as potencialidades de trabalhos em grupo com adolescentes em atendimento socioeducativo em meio aberto, a partir das perspectivas dos próprios adolescentes e dos processos interacionais emergentes nos contextos grupais. Teve como objetivo geral compreender as significações de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida no Distrito Federal sobre o atendimento socioeducativo ofertado na modalidade de grupo no meio aberto. Em referência ao primeiro objetivo específico, as significações construídas com os adolescentes sobre o atendimento socioeducativo em grupo foram vocalizadas como positivas, apesar de existir resistência inicial em participar de grupos. Os grupos foram significados como espaço tempo potente de mediações de reflexões, diálogos, compartilhamentos de experiências e (re)significações.

Os adolescentes significam a medida socioeducativa enquanto uma obrigação punitiva, como algo difícil, “chato”. Já o atendimento em grupo foi significado como um espaço de apoio, socialização e satisfação. Em contraposição com as medidas socioeducativas restritivas de liberdade, significadas como um contexto de sobrevivência, o espaço grupal no atendimento socioeducativo realizado em meio aberto foi significado como um relevante lugar de reflexão e de vivências coletivas juvenis.

As experiências grupais dos adolescentes nas GEAMAs evidenciam uma transformação significativa de significação sobre o atendimento em grupo: de uma expectativa inicial de ser “maior paia” para algo que é “brita”. Isso se deveu a uma combinação de diversos fatores, como: os diálogos coletivos entre pares e entre socioeducandos e socioeducadores; a nutrição emocional e física (através dos momentos de descontração, diversão e lanches); o acompanhamento atencioso e presente dos profissionais das equipes socioeducativas; as oportunidades de participar de práticas de esporte, cultura e lazer (exs: passeios externos e atividades lúdicas cooperativas); e a percepção da possibilidade de redução da “pena” (“medida socioeducativa” atribuída por juiz/a) com a participação nas atividades em grupo (“atendimento socioeducativo” nas GEAMAs). Os achados da pesquisa corroboram estudos anteriores sobre a provável superação da resistência inicial dos adolescentes a participar de grupos via o próprio processo grupal e sobre o fato de que, com frequência, os resultados do trabalho socioeducativo não são explícitos, de forma concreta e imediata, aos profissionais durante o desenvolvimento dos grupos.

A análise das interações, diálogos, e trocas interpessoais ocorridas durante os processos grupais vivenciados pelos adolescentes e jovens nas duas GEAMAs, segundo objetivo

específico desta pesquisa, evidenciaram a diversidade das suas experiências bem como a complexidade e as incongruências que marcam a sua participação nos grupos, revelando uma frequente diferença entre o que é verbalizado e o que é demonstrado pelo grupo.

Com relação ao terceiro e último objetivo específico, as análises da pesquisa defendem a centralidade de espaços-tempo e processos grupais como uma via eficaz para acessar as significações, desejos, necessidades, contradições e reflexões dos adolescentes em atendimento socioeducativo. Os grupos, nesse contexto, têm enorme potencial para promover o desenvolvimento destes adolescentes e jovens e para a garantia de seus direitos. Ao favorecer um ambiente que valoriza a construção coletiva, a autonomia e a expressão das subjetividades, bem como a diversidade de cada sujeito, as práticas grupais contribuem para a constituição de novas identidades e o desenvolvimento de múltiplas habilidades – sejam elas manuais, artísticas, relacionais e outras.

A metodologia de trabalho socioeducativo se orienta por princípios como o exercício da alteridade, a defesa de direitos humanos, a responsabilização e a promoção da criticidade e do protagonismo juvenil. Os achados da pesquisa realçam a importância fundamental dos espaços grupais para a cidadania, a participação, a criatividade, a convivência comunitária, a proteção social e apoio afetivo aos adolescentes. Aliada à redução das intensas desigualdades sociais, os grupos do atendimento socioeducativo podem favorecer novas experiências, a coletivização de demandas, a autonomia e a expressão subjetiva e grupal. Ainda, a circulação coletiva de histórias de vida pode fomentar identificações entre pares e entre rivais, o apoio mútuo e o combate a estigmatizações e criminalizações.

Metodologicamente, o desenvolvimento da pesquisa revelou que as especificidades dos grupos e a dinâmica do atendimento socioeducativo não são compatíveis a delineamentos típicos da ciência moderna, que preconizam experimentações sistematizadas de variáveis em um ambiente controlado pelo pesquisador. Por exemplo, em um primeiro momento, traçar uma linha de base para identificar as significações sobre atendimento em grupo dos adolescentes e jovens em Liberdade Assistida no DF, previamente à sua participação nos grupos, para posterior comparação a significações durante e após sua participação nos grupos.

Não há como se falar em um “antes e depois do grupo”, mas de processos dinâmicos, interpostos e concomitantes ao longo dos grupos no atendimento socioeducativo. Os adolescentes que participaram da pesquisa já haviam passado por grupos anteriores no contexto da socioeducação, nas GEAMAs ou em outras unidades socioeducativas de internação e/ou semiliberdade. Além disso, devido à dinamicidade da instituição, já haviam passado por outros

grupos, atividades coletivas e até mesmo o acolhimento coletivo em grupo, que funciona como porta de entrada em uma das GEAMAs pesquisadas.

O material empírico com os dados brutos dessa pesquisa (diário de campo da observação participante durante seis meses e as transcrições das entrevistas e dos grupos focais) é extenso e relevante. Para os objetivos da pesquisa, as análises se concentraram em cinco núcleos de significação. Para sistematização de novos estudos e publicações, pretende-se realizar outras análises de outros núcleos de significação que não foram objeto desta dissertação. Alguns exemplos são significações relacionadas a: demandas de que trabalho e estágio fossem possibilidades de cumprimento de medida socioeducativa; trabalho e tráfico de drogas; uso de drogas e redução de danos; escolarização e profissionalização.

A modalidade de atendimento em grupo ainda é vista como secundária no sistema socioeducativo, em meio aberto e em meio fechado. Ainda são necessários mais apoios institucionais aos grupos existentes no sistema socioeducativo brasileiro bem como de estudos e pesquisas sobre a temática, a fim de se solidificar um amplo corpo de evidências científicas que possam subsidiar a relevância de investimentos na qualificação do atendimento socioeducativo realizado em grupo.

As análises evidenciam a urgência de políticas públicas que garantam o acesso dos adolescentes a seus direitos na rede intersetorial de proteção e assistência a crianças e adolescentes. A mobilidade urbana e a gratuidade de transporte, por exemplo, são importantes apoios ao atendimento socioeducativo e são centrais para o atendimento socioeducativo realizado em meio aberto, inclusive, para favorecer a participação dos adolescentes nos grupos socioeducativos das GEAMAs.

Devido às limitações de prazo, a pesquisa priorizou a investigação dos próprios adolescentes sobre atendimentos socioeducativos em grupo e não abarcou as significações dos profissionais da socioeducação, apesar de sua importância na promoção dos grupos. Sugere-se para pesquisas futuras a investigação das significações de socioeducadores sobre os grupos realizados no contexto do atendimento socioeducativo, inclusive pensando na qualificação do atendimento socioeducativo e no auxílio à práxis da comunidade socioeducativa.

A pesquisa colabora com subsídios que estimulam a realização de mais trabalhos coletivos e grupais no atendimento socioeducativo, especialmente, naqueles ofertados em meio aberto. Apesar do estudo ter sido realizado em duas GEAMAs do DF, consideramos que suas análises podem encontrar regularidades nas realidades institucionais de outros serviços relacionados a políticas públicas ligadas à área da infância e juventude. Um exemplo disso são

as tensões entre, de um lado, as expectativas institucionais de controle do grupo e ordenamento das atividades coletivas e, de outro, as dinâmicas imprevisíveis e criativas que emergem do/no grupo. Situações parecidas podem ser identificadas em grupos realizados em outras realidades do sistema socioeducativo, em outros serviços socioassistenciais e de saúde, por exemplo.

Sugere-se, para pesquisas futuras, a ampliação do escopo geográfico e a investigação de grupos realizados com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) nas demais unidades federativas do país. Outra sugestão é a realização de pesquisas sobre grupos com adolescentes que cumprem outras medidas socioeducativas, como a Prestação de Serviços à Comunidade (em meio aberto) e a semiliberdade (em meio fechado), por exemplo.

Conclui-se que os grupos no atendimento socioeducativo constituem dispositivos potentes para promover desenvolvimento, cidadania, participação social, convivência comunitária, responsabilização e acesso a direitos de adolescentes e jovens. Para tanto, são necessários investimentos na formação em processos grupais das equipes de atendimento socioeducativo, maior apoio institucional para a realização de grupo e atividades externas no sistema socioeducativo (ex: garantia de lanche e transporte), e revisão dos processos de trabalho no contexto socioeducativo.

Os parágrafos a seguir das considerações finais desta dissertação foram organizadas de forma a sistematizar as principais descobertas construídas ao longo da pesquisa, com especial atenção às experiências vivenciadas nos grupos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. A intenção é que este registro sirva não apenas como síntese analítica do percurso investigativo, mas também como material de reflexão para profissionais que desejem experimentar o uso de metodologias coletivas nos contextos socioeducativos.

As significações produzidas pelos adolescentes neste trabalho, revelam uma preferência pelo atendimento socioeducativo grupal em detrimento do individual, enfatizando que a presença dos pares fomentou a descontração e serviu como um incentivo crucial para a expressão subjetiva. Eles articularam que o grupo, com suas dinâmicas e o diálogo facilitado pelas diversas falas dos colegas, foi essencial para suas existências e ajuda a superar a sensação de "não saber o que falar" nos atendimentos individuais.

Essa vitalidade do processo grupal estende-se para além do espaço formal do atendimento socioeducativo, demonstrando a centralidade da socialização em suas vidas, manifestada na iniciativa de trazerem amigos e outros membros da comunidade para atividades externas promovidas pelas GEAMAs. Tal comportamento sublinha o potencial do grupo como

um espaço potente de produção de coletividades, socialização ampliada e convivência comunitária, bem como a necessidade do rompimento de barreiras institucionais nas unidades socioeducativas, para que os adolescentes se apropriem desses espaços e, ao trazerem suas comunidades, potencializem redes de apoio e intervenções que reconheçam a natureza coletiva de suas necessidades e processos de desenvolvimento.

Sublinha-se a necessidade de ir além das respostas diretas e superficiais proferidas inicialmente pelos adolescentes em atendimento socioeducativo, como o "de boa!". Demanda-se uma escuta atenta, implicada e que respeite o tempo do processo grupal e do estabelecimento do vínculo.

A experiência com os grupos revelou que a dinâmica de apropriação dos espaços pelos adolescentes está ligada também à descontração e à permissão para expressar suas subjetividades, o que, institucionalmente, pode ser percebido como "bagunça" ou desordem. Os desafios enfrentados com os grupos nesta pesquisa, tais como a agitação juvenil e aparente resistência às propostas iniciais do grupo, podem ser indicadores de pertencimento grupal, de consolidação dos laços grupais, de movimentos de reflexões circulares e em plena coconstrução coletiva, contrastando com o silêncio inicial de muitos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo. Embora possam ser considerados de "mais fácil" condução para a equipe técnica, encontros grupais silenciosos e rigidamente coordenados foram menos apreciados pelos socioeducandos.

É fundamental que as instituições socioeducativas acolham as complexidades e singularidades de cada grupo (assim como o grupo se apresenta), a imprevisibilidade e o relativo caos inerente às interações humanas e aos processos grupais, utilizando momentos não previstos como oportunidades para coconstruir intervenções socioeducativas promotoras do desenvolvimento dos adolescentes e das equipes socioeducativas, fortalecendo um trabalho mais colaborativo, menos isolado e burocrático. Também importa superar visões tradicionais e estereotipadas que classificam os adolescentes como "rebeldes", reconhecendo seus comportamentos nos grupos, inclusive de contestação das regras grupais, como expressões legítimas de desenvolvimento.

As narrativas dos adolescentes revelam que a interação social em grupo e as oportunidades de participar de atividades de lazer, esporte e cultura, como passeios a parques e cinemas, são altamente valorizadas e qualificam positivamente a experiência da medida socioeducativa. Isso contrasta com atividades educativas tradicionais ("palestras"), de caráter verticalizado, conteudista e passivo, que não promovem a inter-relação, o diálogo e a cocriação.

A pesquisa indica que o engajamento e a motivação dos jovens em atendimento socioeducativo são significativamente potencializados quando as temáticas dos encontros grupais se conectam com suas realidades socioculturais e suas vivências, como discussões sobre racismo, machismo, sexualidade. Além disso, o contato com pares de diferentes territórios potencialmente enriquece a socialização, ampliando perspectivas de mundo e a troca de experiências.

A pesquisa ressalta a importância de uma abordagem contextualizada e flexível no trabalho com adolescentes em grupos socioeducativos, afastando-se da aplicação mecânica de teorias ou dinâmicas de grupo. É crucial que os profissionais conheçam a realidade sociocultural e os territórios destes jovens, com um olhar atento e intencionalidade para compreender as dinâmicas peculiares de cada grupo e as complexidades das inter-relações dos participantes do grupo.

Os grupos se revelam como espaços privilegiados para que os adolescentes se sintam vistos em suas qualidades e potencialidades, para além do ato infracional. Depreende-se a imperatividade de priorizar as relações interpessoais que se estabelecem nesses contextos, em detrimento de uma ênfase exclusiva na transmissão de conteúdos. Ainda, esses conteúdos devem ser alvo de construção coletiva, fomentando a participação ativa, diálogos construtivos e o respeito à diversidade de interesses de todos os envolvidos no processo grupal.

Encerrar esta dissertação é reconhecer o trabalho socioeducativo como potência do encontro, do diálogo e da convivência como práticas transformadoras. As experiências vivenciadas e analisadas neste estudo reafirmam que a socioeducação se realiza, sobretudo, nas relações — entre adolescentes, profissionais e territórios — e que nelas reside a possibilidade de criação de novas significações, pertencimentos e trajetórias. Que as reflexões aqui sistematizadas possam inspirar olhares sensíveis, práticas mais colaborativas e políticas públicas que reconheçam a complexidade, a singularidade e a riqueza dos processos coletivos. O caminho que se encerra nesta pesquisa permanece aberto, convidando à continuidade da escuta, do estudo, de pesquisas e da ação comprometida com uma socioeducação cada vez mais humana, crítica e emancipatória.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ABRAMO, Helena Wendel. **Juventude e Integração Sul-Americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis**. Rio de Janeiro: Ibase; Pólis, 2007. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/06/10.-Juventude-e-Integrac%C3%A7%C3%A3o-Sul-Americana-Brasil.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

ABRANTES, Cristina Gonçalves de; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Meritocracia: uma ideologia em prol do Neoliberalismo. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 279-298, 20242023. DOI: 10.23925/2594-3871.2023v32i2p279-298. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/54446>. Acesso em: 14 jun. 2024.

ABRAPSO. **Anais do I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social**. São Paulo: ABRAPSO, 1981.

ABRAPSO. **Anais do Congresso Nacional da ABRAPSO**. Belo Horizonte: ABRAPSO, 1988.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; OZELLA, Sergio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, p. 299-322, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Y7jvCHjksZMXBrNJkqq4zjP/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 10 fev. 2023.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 26, p. 222-245, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QtcRbxZmsy7mDrqtSjKTYHp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 11 fev. 2023.

ALMEIDA, Renato Souza de. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 56, p. 151-172, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p151-172>.

ALMEIDA, Sara Peres Dornelles; MARINHO, Juliana da Rosa; ZAPPE, Jana Gonçalves. Atuação do Psicólogo com Adolescentes que Cumprem Medida Socioeducativa: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 51–72, 2021. DOI: 10.12957/epp.2021.59369. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/59369>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ALVES, Míriam Cristiane; SEMINOTTI, Nedio. O pequeno grupo e o paradigma da complexidade em Edgar Morin. **Psico**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 125-133, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/4cGrTWzPLVWWkzfmVzyNRKK/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 03 fev. 2025.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Practice guidelines for group psychotherapy**. Washington, DC: APA, 2019.

ANDALÓ, Carmen. (2006). **Mediação grupal: uma leitura histórico-cultural**. São Paulo: Ágora, 2006.

ARAÚJO, Cláudio Márcio de; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Significações sobre desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 169-194, dez. 2010.

ARRAES, Juliana Duarte. **Por uma Práxis do Fazer Socioeducativo: reflexões sobre o movimento de (re)construção metodológica da UAMA-Paranoá e suas contribuições para a política de atendimento em Meio Aberto no DF**. 2019. 227 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ARRAES, Juliana Duarte; PRESOTTI, Luara. Muitas cenas de uma história em movimento: o cineclube como mediação no trabalho com adolescentes. In: Cynthia Bisinoto; Dayane Silva Rodrigues (org.). **Socioeducação: vivências e reflexões sobre o trabalho com adolescentes**. Curitiba: CRV, 2018. p. 107-119.

BACKES, Dirce Stein *et al.* Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, n. 35, p. 438-442 [sic], 2011. Disponível em:

https://bvs.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_analise_dados_pesquisa_qualitativa.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Luciana Mara Tachini.; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Contribuições da psicologia histórico-cultural para o ensino médio: conhecendo a adolescência. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 47-55, 2018. DOI: 10.5935/2175-3520.20180017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n47/n47a06.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024.

BARROS, Regina Benevides de. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.

BECHELLI, Luiz Paulo de C.; SANTOS, Manoel Antônio dos. Psicoterapia de grupo: como surgiu e evoluiu. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 242-249, mar./abr. 2004.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 21, p. 1-13, jun. 2007.

BORGES, Viviane Velozo; BATISTA, Heidi de Oliveira; DALLA VECCHIA, Marcelo. Os grupos na produção de conhecimento na psicologia: uma revisão da literatura. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 379-390, mai./ago. 2011.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. Elementos para uma história da psicoterapia de grupo. **Revista do Nufen**, Belém, v. 6, n. 1, p. 119-141, jan./jul. 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Pesquisa Participante**. 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. **Levantamento Anual SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Levantamento Anual SINASE 2023**. Brasília: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSINASE2023.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Levantamento Nacional do SINASE - 2024**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Universidade de Brasília, 2025.

BRASIL. **Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf. Acesso em: 08 out. 2023.

BRASIL. **Relatório do Diagnóstico Nacional Sobre a Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; CONANDA; Visão Mundial, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/diagnostico-em-meio-aberto.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2024.

BRASIL. **Resolução CONANDA nº 119, de 13 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília, DF: CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006. Disponível em:

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/sinase_integra.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional De Justiça. **Guia socioeducativo**: caderno III – orientações e abordagens metodológicas. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/03/Guia_Socioeducativo_CadernoIII_1603.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

BRENNER, Ana Kátia; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo de M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005. p. 177-200.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

CARLOS, Sônia Aparecida. O processo grupal. In: JACQUES, Maria da Graça Corcini; STREY, Marlene Neves; BERNARDES, Neli Maria G.; GUARESCHI, Pedrinho A.; CARLOS, Sônia Aparecida; FONSECA, Tânia Maria Galli (Org.). **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 199-206.

CLÍMACO, Alda Amaral da Silva. **Repensando as concepções de adolescência**. 1991. 195 f. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Livia do. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **Psicologia, juventude e sociedade**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2003. p. 1-16.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS**. Brasília, DF: CFP, 2012. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/03/CREPOPCREAS.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025

CORROCHANO, Maria Carla; LACZYNSKI, Patricia. Coletivos juvenis nas periferias: trabalho e engajamento em tempos de crise. **Linhas Críticas**, São Paulo, v. 27, p. 1-19, 2021. DOI: doi.org/10.26512/lc.v27.2021.36720.

COSTA, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da; SANTOS, Maíra Mendes dos; FRANCO, Kelly Silva; BRITO, Afonso de Oliveira. Música e transformação no contexto da medida socioeducativa de internação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 840-855, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n4/v31n4a13.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

COSTA, Luciana Vassallo. **Contribuições de pedagogias dialógicas e da Educação Popular para o atendimento socioeducativo e para uma educação emancipadora**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

CUNHA, Gleicimar Gonçalves; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; BRANCO, Ângela Uchoa. Universo afetivo-semiótico de adolescentes em medida socioeducativa de internação. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e220197, 2020.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2024.

DIAS, Aline Fávaro. Entre sociabilidade e movimentos de resistência: o significado da educação escolar para jovens autores de ato infracional. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP: UFSCar, v. 7, no. 1, p. 70-87, mai. 2013. DOI: <https://doi.org/10.14244/19827199649>. Acesso em: 06 jan. 2025.

DIAS, Cláudia Augusto. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 10, n. 2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330>. Acesso em: 16 out. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Anuário Estatístico do Sistema Socioeducativo (SSE) DF, Ano Base 2020 e 2021: os anos de Pandemia de Covid-19**. Brasília: Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, 2022. Disponível em: <https://www.sejus.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/ANUARIO-ESTATISTICO-DO-SSE-%E2%80%93-DF-ANO-BASE-2020-E-2021-OS-ANOS-DE-PANDEMIA-DE-COVID-19.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal Meio Aberto**. Brasília: Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal, 2013. Disponível em: https://www.crianca.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/ppp_meio_aberto_secrianca.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Os trabalhadores das unidades de meio aberto do sistema socioeducativo do Distrito Federal**. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, 2018. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD_7_Os_Trabalhadores_das_Unidades_de_Meio_Aberto_do_Sistema_Socioeducativo_do_DF.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. Dados estatísticos do meio aberto. Brasília: 2025.

FERREIRA, Guilherme. Psicoterapias de grupo e Grupanálise: suas especificidades e relações. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 1, n. 2/3, p. 265-276, 1989. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/70651432.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GERGEN, Kenneth. J. **Realities and relationships**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

GÓES, Maria Cecília Rafael de; CRUZ, Maria Nazaré da. Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski/Vygotsky. **Pro-Posições**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 66-76, maio/ago. 2006.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Psicologia Comunitária. **Universitas: Ciências da Saúde**, Brasília, v.1, n.2, p. 277-297, 2003. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/download/511/332#:~:text=Diante%20de%20todo%20esse%20debate,da%20comunidade%20e%20das%20pessoas>. Acesso em: 18 set. 2025.

GONÇALVES, Claudia Gomes. A observação participante. In: DOMÍNGUEZ ÁVILA, C. F.; ARÉVALO AMARAL, O. (Org.). **Métodos y técnicas de investigación en contextos de alta vulnerabilidad político-social**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023. p. 111-124.

GONÇALVES, Hebe Signorini; GARCIA, Joana. Juventude e Sistema de Direitos no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 538-553, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/x9yVSJrVWkQJCHGKYMSpZ4t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRASSI, Giulia Oliva; COLTRO, Beatriz Pires; GIACOMOZZI, Andréia Isabel; ROSA, Tathiana Reche Santa. O trabalho do psicólogo com grupos de adolescentes em privação de liberdade. **Estudos interdisciplinares em psicologia**, Londrina, v. 10, n. 36, p. 228-242, dez. 2019.

GURSKI, Rose; STRZYKALSKI, Stéphanie. A escuta psicanalítica de adolescentes em conflito com a lei: que ética pode sustentar esta intervenção? **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 72-98, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382018000100005. Acesso em: 08 jul. 2023.

HALL, Granville Stanley. **Adolescence: Its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education**. New York: D. Appleton and Company, 1904. v. 2.

JOVCHELOVTICH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 90-113.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. O processo grupal. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 77-89.

LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento** (8ª ed.). São Paulo: Brasiliense, 1989.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LEONTIEV, Alexei N. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004. Acesso em: <https://pt.scribd.com/document/493897545/LEONTIEV-A-N-O-Desenvolvimento-Do-Psiquismo>. Acesso em: 20 set. 25.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LIMA, Cárita Portilho de; CAMPOS, Herculano Ricardo. Contribuições da psicologia histórico-cultural para a educação escolar brasileira: o experimento formativo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 183-204, abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i1.52664>.

LOFLAND, John; LOFLAND, Lyn H. **Analisando configurações sociais: um guia para observação e análise qualitativa**. 2. ed. Belmont, CA: Wadsworth, 1984.

LURIA, Alexander R. **A construção da mente**. São Paulo: Ícone, 1992. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/LURIA-Alexander-Romanovich-A-Constru%C3%A7%C3%A3o-da-Mente-2.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

LYRA, Jorge *et al.* "A gente não pode fazer nada, só podemos decidir sabor de sorvete": adolescentes: de sujeito de necessidades a um sujeito de direitos. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 22, n. 57, p. 9-21, ago. 2002.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. Construindo com o outro: uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano. In: DESSEN, Maria Auxiliadora; COSTA JUNIOR, Ánderson Luiz (Orgs). **A Ciência do Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed, 2005b. p. 90-109.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Sistema, grupo y poder**. San Salvador: UCA Ed., 1989. (Colección Textos Universitarios, 10).

MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 201-217, jan./jun. 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MAY, Tim. **Pesquisa social. Questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MONTERO, Maritza. **Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires: Paidós, 2006. Disponível em: <https://www.codajic.org/sites/default/files/sites/www.codajic.org/files/Introducci%C3%B3n%20a%20la%20psicolog%C3%ADa%20comunitaria.%20Desarrollo,%20conceptos%20y%20procesos..pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

OLIVEIRA, Maria Claudia Lopes de. Identidade e narrativa na adolescência. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 427-436, mai./ago. 2006.

OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes de. A ação socioeducativa no contexto da justiça juvenil: Interloquções com a Psicologia Escolar. In: VIANA, M. N.; FRANCISCHINI, R. (Org.). **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 126-139.

OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes de *et al.* Dispositivos dialógicos e mediacionais: subsídios metodológicos para práticas críticas em socioeducação. In: BISINOTO, C.; RODRIGUES, D. S. (Org.). **Socioeducação: vivências e reflexões sobre o trabalho com adolescentes**. Curitiba: CRV, 2018. p. 87-105.

OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. Gênero e Psicologia do Desenvolvimento: quando a ciência é utilizada como força normatizadora das identidades de gênero. **Labrys, Études Féministes / Estudos Feministas**, Salvador, [S. l.], jul./dez. 2014.

ORTEGAL, Leonardo. Questão racial e sistema socioeducativo: uma introdução ao debate. Em: C. Bisinoto; D. S. Rodrigues (Orgs.), **Socioeducação: vivências e reflexões sobre o trabalho com adolescentes**. Curitiba: Editora CRV, 2018, p. 43-56.

OZELLA, Sergio. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONTINI, Maria de Lourdes Jorge; KOLLER, Sílvia Helena; BARROS, Maria N. S. (Org.). **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 16-24. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2025.

OZELLA, Sergio; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 125-151, jan./abr. 2008.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, Colima, México, v. XXIII, ed. 3, p. 161-190, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/316/31652406009/html/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

RASERA, Emerson F.; JAPUR, Marisa. Contribuições do Pensamento Construcionista para o Estudo da Prática Grupal. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 201-209, 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/j/prc/a/YdBDrgjw4QY6sGhhrCJr9Tz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 jun. 2024.

REY, Fernando Luis González. **Epistemología cualitativa y subjetividad**. São Paulo: EDUC, 1997.

REY, Fernando Luis González. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson, 2003.

RIBEIRO, Igo Gabriel Santos; BENELLI, Sílvio José. Jovens negros em conflito com a lei e o racismo de Estado. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos – RIDH**, Bauru, v. 5, n. 1, p. 245-261, jan./jun. 2017.

RODRIGUES, Dayane Silva. **Grupo como dispositivo socioeducativo-dialógico: reflexões sobre uma intervenção com adolescentes em meio aberto**. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

RODRIGUES, Dayane Silva; OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes de. Grupo como dispositivo socioeducativo: pesquisa-intervenção com adolescentes em cumprimento de prestação de serviço à comunidade. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 30-41, jan./jun. 2018.

RODRIGUES, Dayane Silva; OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes de. Psicologia Cultural e Socioeducação: Reflexões sobre Desenvolvimento Humano e Infração Juvenil. **Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 104-118, abr. 2016.

ROSARIO, Ângela Buciano do. Grupo com adolescentes em privação de liberdade: circulação da palavra como possibilidade de ressignificação do ato infracional. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 66-76, jun. 2010. Disponível em https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-29702010000100008&script=sci_arttext. Acesso em: 27 abr. 2025.

ROSSATO, Lucas; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. Psicologia e adolescentes em conflito com a lei: reflexões a partir do estágio. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 1, p. 112-122, 2014. Disponível em <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v15n1/v15n1a09.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Georgiano Joaquim Pereira Antônio dos; KOEHLER, Sônia Maria Ferreira; VILELA, Jéssica da Sousa. Socioeducação e Projeto de Vida: relato de oficinas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado. **Revista Científica do UBM**, Barra Mansa (RJ), ano XXIII, v. 23, n. 43, p. 9-23, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revista.ubm.br/index.php/rcubm/article/view/1784>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SANTOS, Luísa Susin dos; BEIRAS, Adriano; ENDERLE, Clarissa Moreira. Violência de Estado, Juventudes e Subjetividades: Experiências em uma Delegacia Especializada. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. spe2, p. 265-276, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212241>. Acesso em: 16 mar. 2025

SCHERER, Giovane Antonio; PERONDI, Maurício. O juvenicídio e a retratação de políticas públicas: reflexões sobre a mortalidade juvenil no contexto brasileiro. In: PERONDI, Mauricio *et al.* (org.). **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? Para onde vamos?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 105-120.

SCHMITT, Aline Alflen; NASCIMENTO, Deise Maria do; SCHWEITZER, Lucas. Grupo com adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida: relato da experiência em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 11, n. 2, jul./dez. 2016.

SCHOSSLER, Alexandre Baldasso; CARLOS, Sergio Antonio. Por uma visualização do processo grupal. **PSICO**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 159-167, maio/ago. 2006.

SEMINOTTI, Nedio. O grupo como ambiente de fomento e enterro dos sonhos. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL**, 11., Florianópolis, 2001. Anais eletrônicos. Florianópolis: *ABRAPSO*, 2001. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/portuguese-english/disponivel>. Acesso em: 06 abr. 2025.

SEMINOTTI, Nedio; CARDOSO, Cassandra. As configurações vinculares no pequeno grupo potencializando e/ou limitando seu processo. **Vínculo**, São Paulo, v. 4, n. 4, dez. 2007.

SIFUENTES, Thirza Reis; DESSEN, Maria Auxiliadora; LOPES DE OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos. Desenvolvimento humano: desafios para a compreensão de trajetórias probabilísticas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 379-386, out./dez. 2007.

SOUZA, Candida de; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Adolescência em debate: contribuições teóricas à luz da perspectiva histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 23, e35751, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v23.e35751>.

SOUZA, Rosimere de. **Grupo focal**. Rio de Janeiro: *IBAM*; *CONANDA*, 2013. 92 p. (Pesquisa análise da dinâmica de funcionamento dos programas e da execução do serviço de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida — LA e Prestação de Serviços à Comunidade — PSC)).

TOMIO, Noeli Assunta Oro; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Adolescência: uma análise a partir da psicologia sócio-histórica. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 89-99, jan./abr. 2009.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Competências para a vida- trilhando caminhos de cidadania**. 2018. [https://www.unicef.org/brazil/media/1476/file/Competencias para _vida%E2%80%93trilhando caminhos de _cidadania%20.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/1476/file/Competencias para_vida%E2%80%93trilhando caminhos de_cidadania%20.pdf)

VYGOTSKI, Lev Semenovich. **Obras escogidas V – Fundamentos da defectología**. Madrid: Machado grupo de distribución, 2012.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 496 p. (Obras Escolhidas de L. S. Vygotsky, v. 1).

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 349 p.

YALOM, Irvin D.; LESZCZ, Molyn. **Terapia de grupo: teoria e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

YOKOY DE SOUZA, Tatiana. **Processos de desenvolvimento de educadores sociais do sistema de medidas socioeducativas: Indicadores de formação**. 2012. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

YOKOY DE SOUZA, Tatiana; BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu; OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes de. Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano: aspectos históricos e tendências atuais. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 20, p. 357-376, 2008.

YOKOY DE SOUZA, Tatiana; OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes de.; RODRIGUES, Dayane Silva. Eixo IV, Módulo 1: Adolescência como Fenômeno Social. In: OLIVEIRA, C. B. E.; MOREIRA, P. C. B. P. (Org.). **Docência da socioeducação**. Brasília: FUP/UNB; SECADI/MEC, 2014.

YOKOY, Tatiana; RENGIFO-HERRERA, Francisco José. Affective-Semiotic Fields and the Dialogical Analysis of Values and Interpersonal Relations in Socio-educational Contexts. In: M. C. S. Lopes L. de Oliveira; A. U. Branco; S. F. D. C Freire (Orgs.), **Psychology as a Dialogical Science: Self and Culture Mutual Development**. Cham, Switzerland: Springer, 2020, p. 95-114.

YOKOY, Tatiana; RODRIGUES, Dayane. Adolescências Brasileiras e Vulnerabilidades. In: BISINOTO, C. *et al.* **Curso socioeducação como meio de responsabilização e emancipação de adolescentes: material pedagógico**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, 2021. p. 06-42.

ZANELLA, Andréa Vieira. **O ensinar e o aprender a fazer renda de bilro: estudo sobre a apropriação da atividade na perspectiva histórico-cultural**. 1997. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

ZANELLA, Andréa Vieira; LESSA, Clarissa Terres; DA ROS, Sílvia Zanatta. Contextos Grupais e Sujeitos em Relação: Contribuições às Reflexões sobre Grupos Sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 211-218, 2002.

ZANELLA, Andréa Vieira; PEREIRA, Renata Susan. Constituir-se enquanto grupo: a ação de sujeitos na produção do coletivo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 6, n. 1, p. 105-114, 2001.

ZIMERMAN, David E. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS JOVENS ENTREVISTADOS

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “O atendimento em grupo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no Distrito Federal: (Re)significações e potencialidades”, de minha responsabilidade, Luísa Nepomuceno Pereira Lara, como estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação da Profa. Dra. Tatiana Yokoy. O objetivo desta pesquisa é compreender como os(as) próprios(as) adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida entendem o atendimento socioeducativo ofertado na modalidade de grupo.

Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade para cooperar com a pesquisa. Sua participação na pesquisa consiste em: 1) participar de uma entrevista individual sobre sua opinião sobre grupos, após o acolhimento inicial na Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA); 2) autorizar que a pesquisadora observe e participe dos grupos realizados na GEAMA; e 3) participar de um grupo focal, ao final do cumprimento da sua medida socioeducativa, para avaliar a experiência do atendimento em grupo. Estimamos que a entrevista dure 40 minutos e o grupo dure 1 hora e 30 minutos. Você participará da pesquisa nos mesmos dias e turnos em que você estará na GEAMA,

Como forma de melhor registrar os dados, gravaremos o áudio, a voz, na entrevista e no grupo. Todos os materiais da pesquisa ficarão sob minha responsabilidade e serão utilizados exclusivamente para o estudo; não serão compartilhados com a equipe socioeducativa. O material será guardado por mim de forma cuidadosa e segura, para preservar o sigilo e a confidencialidade dos dados e de todas as pessoas envolvidas. Asseguro que nem seu nome nem qualquer informação que permita te identificar serão divulgados e serão mantidos em rigoroso sigilo. Outras pessoas não terão acesso ao material e a sua participação na pesquisa não interfere no seu acompanhamento socioeducativo. Os resultados da pesquisa mostrarão as informações como um todo, sem mostrar nenhuma informação que permita identificar quem participou da pesquisa, e poderão ser apresentados em encontros ou revistas de caráter acadêmico-científico.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Antes de decidir se você deseja participar da pesquisa, você compreender todo o conteúdo. Você pode perguntar tudo o que você não tiver entendido bem, que eu esclarecerei suas dúvidas e prestarei todas as informações necessárias a você (antes, durante e após a pesquisa). Ao final, caso decida cooperar com a pesquisa, de livre e espontânea vontade, você será solicitado(a) a expressar o seu consentimento assinando o documento. Você ficará com uma via deste documento e eu, pesquisadora responsável, com outra via.

Sua colaboração na pesquisa é de muita importância para nós e para a garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, em especial, dos adolescentes que cumprem medidas em meio aberto. Mas, caso você decida não participar ou encerrar sua participação na pesquisa, a qualquer momento, basta entrar em contato comigo e isso não lhes causará nenhum prejuízo ou penalidade e isso não prejudicará seu atendimento socioeducativo.

Um dos benefícios da pesquisa será compreender de que forma o sistema socioeducativo pode prestar um serviço de melhor qualidade para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, por meio de reflexões sobre metodologias grupais de atendimento socioeducativo. Existem riscos mínimos no estudo, que são inerentes aos procedimentos de entrevista e grupo, como a possibilidade de quebra involuntária e não intencional de sigilo ou de você sentir vergonha, cansaço ou desconforto ao recordar episódios das suas vidas. Caso isso ocorra, cuidarei para que a entrevista ou o grupo sejam interrompidos de imediato e tomarei as medidas adequadas para lidar com a situação. Eu me coloco à sua disposição para te acolher, para dialogarmos e, se necessário, podem ser feitos encaminhamentos para serviços de atendimento psicossocial, a fim de assegurar seu bem-estar. Cuidarei para que não ocorra nenhum dano relacionado à sua participação na pesquisa, conforme previsto nas normas brasileiras de pesquisas. Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, você poderá ser indenizado, obedecendo-se as disposições legais vigentes no Brasil.

Sua participação na pesquisa é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Se você tiver qualquer dúvida ou desejar qualquer esclarecimento em relação à pesquisa, você pode me

contatar a qualquer tempo através do telefone (61) ***** ou pelo e-mail luisalarapsicologia@gmail.com. Eu também me coloco à sua disposição para você ter acesso aos resultados do estudo por meio de relatório da pesquisa a ser publicado após sua conclusão. Caso você deseje, podemos marcar uma conversa individualizada para você conhecer o estudo final de que você participou.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. O Comitê é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Se houver alguma dúvida ou consideração com relação aos aspectos éticos da pesquisa ou sobre sua participação na pesquisa, você pode entrar em contato com o Comitê por meio do e-mail cep_chs@unb.br ou do telefone: (61) 3107-1592, no horário de atendimento de 08h às 14h, de segunda a sexta-feira.

Desde já, agradeço seu interesse e a sua valiosa contribuição nesse estudo, que pode contribuir para melhorias no sistema socioeducativo e para a garantia de direitos dos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas.

Eu,, após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, concordo de livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação dos dados em publicações e eventos de caráter científico. Assino este termo, juntamente com a pesquisadora, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder da pesquisadora.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Assinatura da(o) participante

Assinatura da pesquisadora

Pesquisadora responsável: Luísa Nepomuceno Pereira Lara. Telefone: (61) *. E-mail: luisalarapsicologia@gmail.com

Orientadora: Tatiana Yokoy. Telefone: 61 3107-6159. Email: yokoy@unb.br

Endereço dos(as) responsável(is) pela pesquisa: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude. Endereço: Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro. Pavilhão Multiuso 1- Bloco C, 1º andar. Bairro: Asa Norte. Cidade: Brasília-DF. CEP: 70910-900.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO NEGOCIADO JUNTO COM FAMILIARES OU RESPONSÁVEIS LEGAIS PELO ADOLESCENTE

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “O atendimento em grupo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no Distrito Federal: (Re)significações e potencialidades”, de minha responsabilidade, Luísa Nepomuceno Pereira Lara, como estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação da Profa. Dra. Tatiana Yokoy. O objetivo desta pesquisa é compreender como os(as) próprios(as) adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida entendem o atendimento socioeducativo ofertado na modalidade de grupo.

Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade para cooperar com a pesquisa. Sua participação na pesquisa consiste em autorizar o(a) adolescente por quem você é responsável a realizar uma entrevista individual e de um grupo focal sobre como ele(a) percebe o atendimento socioeducativo em grupo e autorizar que a pesquisadora participe dos grupos realizados na Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA). Estimamos que a entrevista dure 40 minutos e o grupo dure 1 hora e 30 minutos. Ele(a) participará da pesquisa nos mesmos dias e turnos em que já estará na GEAMA para seu atendimento socioeducativo.

Como forma de melhor registrar os dados, gravaremos o áudio, a voz, na entrevista e no grupo. Todos os materiais da pesquisa ficarão sob minha responsabilidade e serão utilizados exclusivamente para o estudo; não serão compartilhados com a equipe socioeducativa. O material será guardado por mim, de forma cuidadosa e segura, para preservar o sigilo e a confidencialidade dos dados e de todas as pessoas envolvidas. Asseguro que nem seu nome, nem o nome do(a) adolescente, nem qualquer informação que permita identificar vocês serão divulgados e serão mantidos em rigoroso sigilo. Outras pessoas não terão acesso ao material e a participação na pesquisa não interfere no acompanhamento socioeducativo do(a) adolescente. Os resultados da pesquisa mostrarão as informações como um todo, sem mostrar nenhuma informação que permita identificar quem participou da pesquisa, e poderão ser apresentados em encontros ou revistas de caráter acadêmico-científico.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Antes de decidir se você autoriza a participação do(a) adolescente na pesquisa, você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Você pode perguntar tudo o que você não tiver entendido bem, que eu esclarecerei suas dúvidas e prestarei todas as informações necessárias a você (antes, durante e após a pesquisa). Ao final, caso decida cooperar com a pesquisa, de livre e espontânea vontade, você será solicitado(a) a expressar o seu consentimento assinando o documento. Você ficará com uma via deste documento e eu, pesquisadora responsável, com outra via. Essas mesmas informações também serão passadas ao(a) adolescente, para que seja verificada a voluntariedade dele(a) em fazer parte da pesquisa. Vocês podem conversar entre si e comigo para decidir sobre a participação na pesquisa.

Sua colaboração na pesquisa é de muita importância para nós e para a garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, em especial, dos que cumprem medidas em meio aberto. Mas, caso você ou o(a) adolescente decida não participar ou encerrar a participação na pesquisa, a qualquer momento, basta entrar em contato comigo e isso não lhes causará nenhum prejuízo, penalidade e não prejudicará o atendimento socioeducativo dele(a).

Um dos benefícios da pesquisa será compreender de que forma o sistema socioeducativo pode prestar um serviço de melhor qualidade para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, por meio de reflexões sobre metodologias grupais de atendimento socioeducativo. Existem riscos mínimos no estudo, que são inerentes aos procedimentos de entrevista e grupo, como a possibilidade de quebra involuntária e não intencional de sigilo ou do(a) adolescente sentir vergonha, cansaço ou desconforto ao recordar episódios das suas vidas. Caso isso ocorra, cuidarei para que a entrevista ou o grupo sejam interrompidos de imediato e tomarei as medidas adequadas para lidar com a situação. Eu me coloco à disposição para acolher o(a) adolescente, para dialogarmos e, se necessário,

podem ser feitos encaminhamentos para serviços de atendimento psicossocial, a fim de assegurar o bem-estar dele(a). Cuidarei para que não ocorra nenhum dano relacionado à sua participação na pesquisa, conforme previsto nas normas brasileiras de pesquisas. Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, você poderá ser indenizado, obedecendo-se as disposições legais vigentes no Brasil.

Sua participação na pesquisa é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Se você tiver qualquer dúvida ou desejar qualquer esclarecimento em relação à pesquisa, você pode me contatar a qualquer tempo através do telefone (61) ***** ou pelo e-mail luisalarapsicologia@gmail.com. Eu também me coloco à sua disposição para você ter acesso aos resultados do estudo por meio de relatório da pesquisa a ser publicado após sua conclusão. Caso você deseje, podemos marcar uma conversa individualizada para você conhecer o estudo final de que você participou.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. O Comitê é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Se houver alguma dúvida ou consideração com relação aos aspectos éticos da pesquisa ou sobre sua participação na pesquisa, você pode entrar em contato com o Comitê por meio do e-mail cep_chs@unb.br ou do telefone: (61) 3107-1592, no horário de atendimento de 08h às 14h, de segunda a sexta-feira.

Desde já, agradeço seu interesse e a sua valiosa contribuição nesse estudo, que pode contribuir para melhorias no sistema socioeducativo e para a garantia de direitos dos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas.

Eu,, responsável pelo(a) adolescente, após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, concordo de livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação dos dados em publicações e eventos de caráter científico. Assino este termo, juntamente com a pesquisadora, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder da pesquisadora.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Assinatura da(o) responsável

Assinatura da pesquisadora

Pesquisadora responsável: Luísa Nepomuceno Pereira Lara. Telefone: (61) *. E-mail: luisalarapsicologia@gmail.com

Orientadora: Tatiana Yokoy. Telefone: 61 3107-6159. Email: yokoy@unb.br

Endereço dos(as) responsável(is) pela pesquisa: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude. Endereço: Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro. Pavilhão Multiuso 1- Bloco C, 1º andar. Bairro: Asa Norte. Cidade: Brasília-DF. CEP: 70910-900.

APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS ADOLESCENTES ENTREVISTADOS

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “O atendimento em grupo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no Distrito Federal: (Re)significações e potencialidades”, conduzida por mim, Luísa Nepomuceno Pereira Lara. Eu sou psicóloga e sou estudante de mestrado na Universidade de Brasília (UnB). Seus responsáveis permitiram que você participe do estudo, mas você só participará se você também desejar.

O nosso objetivo é compreender como os(as) próprios(as) adolescentes/ jovens em cumprimento de medida socioeducativa entendem o atendimento socioeducativo ofertado em grupo. Os adolescentes/ jovens que irão participar dessa pesquisa também estão cumprindo Liberdade Assistida nas Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMAs). Com a sua participação na pesquisa, espero entender de que forma o sistema socioeducativo pode oferecer um serviço de qualidade para você e para outros(as) adolescentes/ jovens.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Assentimento, em que você expressa a sua concordância (assentimento) em participar da pesquisa. Você pode decidir sobre sua participação na pesquisa em conversa com seu familiar/ responsável e, somente depois, assinar o documento. Essas mesmas informações foram passadas ao seu familiar/responsável e a sua participação na pesquisa somente ocorrerá caso ele(ela) autorize.

Você pode perguntar tudo o que você não tiver entendido bem, que esclarecerei suas dúvidas e prestarei todas as informações necessárias a você (antes, durante e após a pesquisa). Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato comigo através do telefone: (61) ***** ou pelo e-mail: luisalarapsicologia@gmail.com

Convidamos você a participar de uma entrevista individual sobre sua opinião sobre grupos (após o acolhimento inicial na GEAMA) e de um grupo focal (ao final do cumprimento da sua medida socioeducativa), para avaliar a experiência do atendimento em grupo. Também pedimos sua autorização para que a pesquisadora participe dos grupos realizados na GEAMA. Estimamos que a entrevista dure 40 minutos e o grupo dure 1 hora e 30 minutos. Não há respostas certas nem erradas; estamos interessadas em conhecer o seu ponto de vista e as suas experiências. Eu gostaria muito de te ouvir e conhecer o que você acha sobre os atendimentos em grupo, para que possamos sempre melhorar o trabalho e atender bem os(as) adolescentes/ jovens.

A pesquisa será feita na própria GEAMA, nos dias e turnos em que você ali estará para o atendimento socioeducativo, mas a sua participação na pesquisa não interfere de nenhuma forma em seu acompanhamento pela equipe da GEAMA.

Com o objetivo de melhor registrar os dados do estudo, gravaremos o áudio, apenas a voz, durante a entrevista e o grupo, com a sua permissão. Eu, como responsável pela pesquisa, tratarei esse material com todo o cuidado e segurança. O material será armazenado de modo seguro e acessível apenas a mim, sob minha responsabilidade. Eu lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, nem qualquer informação que permita te identificar. Além do seu familiar/responsável, que autorizou sua participação na pesquisa, não contaremos a ninguém que você está participando e nem daremos a outras pessoas informações compartilhadas por você na pesquisa.

Criaremos um ambiente seguro na entrevista e no grupo, para que sejam criados laços de confiança e todos se sintam confortáveis em partilhar suas vivências e seus pontos de vista. É possível que, em algum momento, apareçam assuntos que sejam delicados para você. Caso você sinta qualquer desconforto, aconteça algo que você não goste ou você não queira continuar a participar da pesquisa, você pode me dizer no momento da própria atividade e/ou também pode me procurar depois, por e-mail ou telefone, que você receberá todo o suporte necessário. Eu me coloco à disposição para fazer seu acolhimento individual e, se for necessário, posso te encaminhar para serviços de atendimento psicossocial, a fim de assegurar seu bem-estar.

Quando os resultados da pesquisa forem publicados no futuro, em minha dissertação de mestrado e em eventos ou revistas acadêmico-científicos, não aparecerá o seu nome nem nenhum dos nomes do(as) adolescentes/jovens participantes. Quando terminarmos a pesquisa, podemos marcar um

encontro com você e seu responsável para apresentar os resultados do estudo, caso vocês tenham interesse.

Sua participação na pesquisa irá contribuir para garantir os direitos dos(a) adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Mas, caso você decida não participar ou encerrar sua participação na pesquisa, a qualquer momento, basta entrar em contato comigo e isso não lhes causará nenhum prejuízo ou penalidade e isso não prejudicará seu atendimento socioeducativo.

Se você quer participar da pesquisa, por gentileza, assine no espaço que há no final da folha. Uma cópia desse documento ficará com você e a outra comigo, que sou a pesquisadora.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. Se houver alguma dúvida ou consideração com relação aos aspectos éticos da pesquisa ou sobre sua participação na pesquisa, você pode entrar em contato com o Comitê por meio do e-mail cep_chs@unb.br ou do telefone: (61) 3107-1592, no horário de atendimento de 08h às 14h, de segunda a sexta-feira.

Desde já, agradeço seu interesse e a sua valiosa contribuição nesse estudo, que pode contribuir para melhorias no sistema socioeducativo e para a garantia de direitos dos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas.

Eu,, após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, assinto/ concordo de livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Pesquisadora responsável: Luísa Nepomuceno Pereira Lara. Telefone: (61) *****. E-mail: luisalarapsicologia@gmail.com

Orientadora: Tatiana Yokoy. Telefone: 61 3107-6159. Email: yokoy@unb.br

Endereço dos(as) responsável(is) pela pesquisa: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude. Endereço: Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro. Pavilhão Multiuso 1- Bloco C, 1º andar. Bairro: Asa Norte. Cidade: Brasília-DF. CEP: 70910-900.

APÊNDICE D – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA COM OS ADOLESCENTES

Data da entrevista: _____
Horário de início: _____

Local: _____
Horário de término: _____

Fase1: Rapport (Fase preparatória para a entrevista)

- Estabelecimento de vínculo de confiança entre entrevistadora e entrevistado(a);
- Apresentações da pesquisadora e do(a) adolescente entrevistado(a);
- Ambientação, acolhimento e vinculação;
- Apresentação do objetivo da pesquisa e esclarecimentos sobre a participação livre e voluntária do adolescente;
- Enfatizar que a colaboração na pesquisa não interfere no atendimento socioeducativo.
- Negociação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com jovens entre 18 e 21 anos de idade ou do Termo de Assentimento com adolescentes. Esclarecer dúvidas.

Fase 2: Questões semiestruturadas

- Para você, o que é um grupo?
- Teve alguma história que você vivenciou em grupo que te marcou?
- Você conhece alguém que já participou de algum grupo? Onde? Como foi?
- Na sua vida, você já participou de algum grupo? Onde? Como foi?
- Qual sua opinião sobre o atendimento em grupo?
- Você acabou de vivenciar o acolhimento inicial com a equipe da GEAMA. Eles te explicaram que você irá participar de atendimentos em grupo.
- O que passou pela sua cabeça nessa hora?
- Como você se sentiu quando ficou sabendo que irá participar dos grupos da GEAMA?
- O que você acha que vai acontecer nos grupos aqui na GEAMA?
- Como é para você estar na GEAMA?
- Como você percebe a sua medida socioeducativa- Liberdade Assistida?

Fase 3: Caracterização sociodemográfica do(a) entrevistado(a)

- Unidade federativa e data de nascimento:
- Idade:
- Cidade em que reside:
- Escolaridade:
- Está estudando atualmente? () Não () Sim. Em que ano escolar?
- Renda Familiar Mensal:
- Autodeclaração de raça/etnia:
- Identidade de gênero:
- Orientação sexual:

Fase 4: Encerramento da entrevista

- Indagar se o adolescente/jovem deseja comentar alguma informação da sua entrevista;

- Indagar como o adolescente/jovem se sentiu ao participar da entrevista. Verificar se alguma pergunta ou se a entrevista gerou algum tipo de desconforto e se existe necessidade de eventual encaminhamento;
- Esclarecer dúvidas e se colocar à disposição do participante para complementar informações antes, durante e após a sua participação na pesquisa;
- Enfatizar a confidencialidade das informações e que a participação na pesquisa não terá influência no atendimento socioeducativo do adolescente/jovem;
- Esclarecer que a pesquisa continuará com um segundo momento em que a pesquisadora irá observar os grupos da GEAMA e um terceiro momento em que a pesquisadora irá fazer um grupo com os adolescentes da GEAMA; e
- Enfatizar a relevância da entrevista e agradecer a participação do adolescente/jovem na pesquisa.

APÊNDICE E – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE GRUPO FOCAL

Data do grupo: _____
Horário de início: _____

Local: _____
Horário de término: _____

Fase 1- Apresentação do grupo

- A. Introdução e boas-vindas aos(às) participantes do grupo
- Cumprimentar os participantes e agradecer por sua presença;
 - Pedir aos participantes, incluindo a pesquisadora, que se apresentem brevemente;
 - Explicar que o objetivo do grupo é avaliar como foi a experiência de ter participado de atendimento socioeducativo em grupo;
 - Sensibilizar os participantes sobre a importância de realizarem uma avaliação honesta sobre o processo grupal vivenciado, sem julgamentos e sem interferência no seu atendimento socioeducativo.

Fase 2- Desenvolvimento do grupo

- A. Recapitulação dos encontros anteriores do grupo
- Pedir que relembrem temáticas dos encontros dos grupos de que participaram;
 - Resumir brevemente os principais tópicos discutidos nos encontros anteriores.
- B. Discussão e *feedback* coletivo:
- Criar um clima grupal de abertura e encorajamento para os participantes compartilharem suas experiências nos encontros, suas opiniões e significações a respeito do atendimento socioeducativo em grupo;
 - Abrir espaço para que os participantes expressem suas opiniões, comentários e reflexões sobre os encontros grupais vivenciados; e
 - Estimular o debate e a interação entre os participantes, encorajando diálogos e reflexões coletivas.
- C. Aprofundamento da discussão coletiva com mediação de dinâmica de grupo
Será utilizada uma dinâmica de grupo para promover um espaço seguro e lúdico e estimular que o grupo discuta questões como:
- Quando você ficou sabendo que ia participar de atendimentos em grupo, o que você achou?
 - Você acabou de vivenciar um grupo desenvolvido pela equipe da GEAMA. O que você achou de ter cumprido a medida socioeducativa no formato de grupo?
 - Se alguém te chamasse para participar de grupo novamente, você iria? Por quê?
 - Teve alguma história que você vivenciou no grupo que te marcou?
 - Qual encontro você mais gostou? Por quê?
 - Qual encontro você menos gostou? Por quê?
 - Algo te surpreendeu na participação dos grupos?
 - Algo te decepcionou na participação dos grupos?
 - O que foi mais difícil para você nos grupos?
 - O que foi mais fácil para você nos grupos?
 - Quem eu fui no grupo? Quem sou eu fora do grupo, no dia a dia?
- D. Aprofundamento da discussão com mediação estética

Serão disponibilizados recursos estéticos diversificados para que todos os participantes possam observar e escolher um que represente a sua experiência no atendimento socioeducativo vivenciado em grupo.

Os materiais incluirão: imagens diversificadas; recortes de revistas; objetos aleatórios e palavras impressas representando sentimentos. Também serão disponibilizadas folhas em branco e canetas para que os adolescentes/jovens possam escrever ou desenhar.

Os adolescentes/ jovens serão estimulados a responder questões como:

- O que significa grupo para você?
- O que significou para você os encontros grupais que você participou na GEAMA?
- Como você percebe a sua medida socioeducativa- Liberdade Assistida?
- Identificar pontos-chave surgidos na discussão coletiva para aprofundamento;
- Incentivar os participantes a se expressarem e a exemplificarem casos concretos do que viveram nos encontros grupais;
- Identificar pontos de convergência entre as perspectivas, destacando pontos em comum nas experiências dos(as) participantes; e
- Explorar possíveis divergências de opiniões entre os participantes e as razões por trás dessas diferenças.

Fase 3- Avaliação e encerramento do grupo

A. Encerramento do encontro

- Resumir os principais pontos discutidos durante o grupo focal;
- Informar sobre a confidencialidade das informações coletadas;
- Em círculo em pé, pedir para que cada um fale uma palavra sobre como foi o grupo focal e uma palavra que complete a frase: “grupo para mim é...”;
- Oferecer um espaço para perguntas adicionais ou comentários finais dos participantes; e
- Agradecer aos participantes por sua contribuição e reforçar a importância das suas contribuições.

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT) PARA A PESQUISA



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

VEMSEDF
VARA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO DISTRITO FEDERAL

Processo SEI 0004957/2023

DECISÃO

A fim de subsidiar a elaboração de trabalho de dissertação do curso de mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude ofertado pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares na Universidade de Brasília (PPGPPIJ/CEAM/UnB), com o tema *“O atendimento em grupo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto do Distrito Federal: (Re)significações e potencialidades”*, sob orientação da Professora Doutora Tatiana Yokoy de Souza, **AUTORIZO** a estudante **Luísa Nepomuceno Pereira Lara**, a realizar pesquisa no âmbito desta Vara de Execução de Medidas Socioeducativas e da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS/DF), com permissão para acessar as dependências das Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMAs) para a observação de práticas de atendimento em grupo, realizar entrevistas semiestruturadas com adolescentes/jovens que estejam cumprindo medida socioeducativa de Liberdade Assistida no Distrito Federal; observar os participantes de grupos ofertados em duas GEAMAs (Paranoá e Samambaia) e criar grupo focal com adolescentes/jovens que vivenciaram o atendimento socioeducativo ofertado em grupo.

Os objetivos da pesquisa incluem compreender as significações de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida, identificar significações antes da participação em grupos, analisar interações durante processos grupais, analisar (re)significações após a vivência de grupos e investigar as potencialidades do atendimento socioeducativo em grupo.

A pesquisa será realizada em três etapas, envolvendo entrevistas semiestruturadas, observação participante de grupos e grupos focais com os participantes, visando contribuir para a sistematização de conhecimentos sobre medidas socioeducativas em meio aberto e metodologias grupais de atendimento socioeducativo, buscando melhorar a ação socioeducativa e garantir os direitos dos adolescentes, conforme as leis pertinentes.

Ressalto que as datas para visitas nas Gerências de Atendimento em Meio Aberto do DF e realização das entrevistas com os socioeducandos e eventualmente com servidores do Sistema Socioeducativo deverão ser agendadas previamente com a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF - SUBSIS/DF, com a Escola Distrital de Socioeducação, com a Diretoria do Meio Aberto - DIMA, bem como com a Gerências de Atendimento em Meio Aberto - GEAMAs.

A pesquisadora se compromete a respeitar, no que couber, as orientações elaboradas pela Seção de Comunicação Institucional da Vara da Infância e da Juventude (anexas), bem como as

determinações exaradas pela DIMA e GEAMAs do DF, pela Escola Distrital de Socioeducação e pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF - SUBSIS/DF.

Ressalvo, ainda, que deverão sempre ser respeitados a **voluntariedade** dos socioeducandos e servidores em participar da pesquisa, bem como o disposto no art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sobre a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais de crianças e adolescentes, e no art. 143 do já citado diploma legal, sobre a vedação à divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

A presente autorização tem validade de 1 (um) ano, a contar da presente data.

LUANA LOPES SILVA
Juíza de Direito Substituta

VEMSEDE, assinado eletronicamente na data abaixo consignada.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Lopes Silva, Juiz(a) de Direito Substituto(a)**, em 20/10/2023, às 13:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3292768** e o código CRC **3DA584BA**.



0004957/2023

3292768v5